

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	13
3.4 - Política destinação de resultados	14
3.5 - Distribuição de dividendos	18
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	19
3.7 - Nível de endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	47
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	52
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	58
4.5 - Processos sigilosos relevantes	59
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	60
4.7 - Outras contingências relevantes	63
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	64

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	65
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	75
5.3 - Descrição - Controles Internos	78

Índice

5.4 - Programa de Integridade	81
5.5 - Alterações significativas	85
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	86
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	87
6.3 - Breve histórico	88
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	90
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	91
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	92
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	95
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	96
7.3 - Produção/comercialização/mercados	98
7.4 - Principais clientes	103
7.5 - Efeitos da regulação estatal	104
7.6 - Receitas relevantes no exterior	106
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	107
7.8 - Políticas socioambientais	108
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	116
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	117
8.2 - Alterações na condução de negócios	118
8.3 - Contratos relevantes	119
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	120
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	121
9.1.a - Ativos imobilizados	127
9.1.b - Ativos Intangíveis	128
9.1.c - Participação em sociedades	129
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	130
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	131

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	150
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	151
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	152
10.5 - Políticas contábeis críticas	153
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	157
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	159
10.8 - Plano de Negócios	160
10.9 - Outros fatores com influência relevante	161
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	162
11.2 - Acompanhamento das projeções	164
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	166
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	178
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	182
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	184
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	185
12.7/8 - Composição dos comitês	196
12.9 - Relações familiares	201
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	202
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	212
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	213
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	214
13.2 - Remuneração total por órgão	220
13.3 - Remuneração variável	224
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	226
13.5 - Remuneração baseada em ações	234
13.6 - Opções em aberto	240
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	243
13.8 - Precificação das ações/opções	245

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	247
13.10 - Planos de previdência	248
13.11 - Remuneração máx, mín e média	251
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	252
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	253
13.14 - Remuneração - outras funções	254
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	255
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	256
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	257
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	260
14.3 - Política remuneração dos empregados	261
14.4 - Relações emissor / sindicatos	262
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	263
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	264
15.3 - Distribuição de capital	344
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	345
15.5 - Acordo de Acionistas	346
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	347
15.7 - Principais operações societárias	348
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	352
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	353
16.2 - Transações com partes relacionadas	354
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	359
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	361
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	364
17.2 - Aumentos do capital social	365
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	371
17.4 - Redução do capital social	372

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	373
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	374
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	375
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	376
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	377
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	378
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	393
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	394
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	395
18.8 - Títulos emitidos no exterior	396
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	397
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	400
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	401
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	402
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	403
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	404
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	405
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	406
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	408
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	409
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	410
21.3 - Responsáveis pela política	413
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	414

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Belmiro de Figueiredo Gomes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gabrielle Helú

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente

Belmiro de Figueiredo Gomes, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG 52.699.074-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 805.421.589-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Presidente da Sendas Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que **(a)** reviu o presente Formulário de Referência; **(b)** todas as informações contidas no presente Formulário de Referência atendem às disposições da Instrução CVM nº 480, em especial àquelas dos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

31 de maio de 2021.

Belmiro de Figueiredo Gomes
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2. Declaração da Diretora de Relações com Investidores

GABRIELLE HELÚ, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG 33.765.127-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 352.485.818-00, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Sendas Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins do item 1.2 do Formulário de Referência da Companhia, declara que **(a)** reviu o presente Formulário de Referência; **(b)** todas as informações contidas no presente Formulário de Referência atendem às disposições da Instrução CVM nº 480, em especial àquelas dos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

7 de maio de 2021.

Gabrielle Helú
Diretora de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondente ao exercício encerrado em 2018 e (ii) relatórios de revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$2.092.152,07 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros Santos	01/01/2018	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, n/a, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: Humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: (i) emitir parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e empresas controladas, correspondente ao exercício encerrado em 2019 e (ii) relatórios de revisão das informações financeiras trimestrais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$2.171.826,16 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros Santos	01/01/2019	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: Humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: (i) emitir parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e empresas controladas, correspondente ao exercício encerrado em 2020; (ii) relatórios de revisão das informações financeiras trimestrais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro; (iii) serviços de revisões e validações de créditos tributários; e (iv) serviços relativos a reorganização societária e registros na CVM e SEC
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$7.696.045,91 referente a serviços de auditoria; e R\$477.551,02 referente a serviços de revisões e validações de créditos tributários (não auditoria)

Justificativa da substituição**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Stela de Aguiar Cerqueira	01/01/2020	339.295.868-94	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, n/a, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: stela.cerqueira@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 Outras Informações Relevantes

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, caberá a esse Comitê, dentre outras atribuições: (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de serviços de auditoria independente e de qualquer outro serviço à Companhia; e (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração da Companhia, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

Além das informações acima, não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes com relação aos assuntos tratados nesta Seção 2.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.410.000.000,00	9.701.000.000,00	4.092.000.000,00
Ativo Total	18.821.000.000,00	35.905.000.000,00	10.933.000.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	36.043.000.000,00	28.082.000.000,00	23.017.000.000,00
Resultado Bruto	5.914.000.000,00	4.733.000.000,00	4.172.000.000,00
Resultado Líquido	1.398.000.000,00	1.060.000.000,00	1.076.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	268.351.567	257.730.518	173.216.947
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	5,254301	37,640090	23,623555
Resultado Básico por Ação	5,216418	4,058140	6,211863
Resultado Diluído por Ação	5,22	4,06	6,21

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) *informar o valor das medições não contábeis*

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes (i) do resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) das despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes é uma medida de rentabilidade calculada pelo EBITDA excluindo as Outras Despesas e Receitas Operacionais e também outros efeitos não recorrentes. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA apresentou um aumento de 32,8% em relação a 2019, passando de R\$ 2,119 bilhões em 2019 para R\$ 2,814 bilhões em 2020. Em 2018, o EBITDA totalizou R\$ 1,996 bilhão. O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes apresentou um crescimento de 21,6% em relação a 2019, passando de R\$ 2,130 bilhões em 2019 para R\$ 2,591 bilhões em 2020. Em 2018, o EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$ 1,563 bilhão.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, assim como os respectivos valores do EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes e suas respectivas margens:

Medições não contábeis

(R\$milhões, exceto %)	ASSAÍ		
	2020	2019	2018
EBITDA	2.814	2.119	1.996
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	7,8%	7,5%	8,7%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(97)	(11)	(3)
Efeitos não recorrentes	-	-	436
IFRS16	320	-	-
EBITDA Ajustado	2.591	2.130	1.563
Margem de EBITDA Ajustada sobre receita operacional líquida	7,2%	7,6%	6,8%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(R\$milhões, exceto %)	ASSAÍ		
	2020	2019	2018 (1)
Lucro Líquido Companhia	1.398	1.076	1.076
(+) Imposto de Renda	436	426	477
(+) Resultado financeiro líquido	443	200	120
(+) Depreciação e amortização	537	417	323
EBITDA	2.814	2.119	1.996
Receita operacional líquida	36.043	28.082	23.017
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	7,8%	7,5%	8,7%
(+) Outras Despesas e Receitas Operacionais	97	11	3
(-) Efeitos não recorrentes	-	-	(436)
IFRS16	320	-	-
EBITDA Ajustado	2.591	2.130	1.563
Margem de EBITDA Ajustado sobre receita operacional líquida	7,2%	7,6%	6,8%

(1) Efeitos não recorrentes. Em 2018 esses efeitos totalizaram R\$ 436 milhões, composto por R\$ 369 milhões de estorno da provisão de créditos de ICMS ST relacionado a períodos anteriores a 2018 no 2T18 e R\$ 67 milhões de complemento desses créditos no 4T18.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, pois acredita ser uma medida prática para aferir o seu desempenho operacional.

A Administração utiliza o EBITDA ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

O EBITDA e o EBITDA ajustado são informações suplementares às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados.

O EBITDA e a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

O EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não possuem um significado padrão e suas definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA, margem EBITDA, EBITDA ajustado e margem EBITDA ajustado utilizadas por outras companhias. O

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, outras despesas e receitas operacionais e também outros efeitos não recorrentes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações prestadas neste item referem-se aos eventos subsequentes que constam das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Listagem SENDAS no Novo Mercado da B3 e NYSE

A Companhia através do Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2021, comunicou ao mercado que em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos American Depositary Securities (“ADS”) de emissão da Companhia na New York Stock Exchange (“NYSE”).

Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão de 26 de fevereiro de 2021 (“Data Corte”), receberam ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social do GPA. As ações ordinárias de emissão do GPA passaram a ser negociadas “com direito ao recebimento de ações de emissão de Sendas”, sob o código “PCAR3” até a Data de Corte, inclusive, sendo que, a partir de 01 de março de 2021, as ações ordinárias de emissão do GPA passaram ser negociadas “ex direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão de Sendas” e as ações de Sendas passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado sob o código “ASAI3”.

Os ADSs de emissão da Companhia iniciaram a negociação na NYSE a partir de 01 de março de 2021 e até 05 de março de 2021, inclusive, na modalidade “*when issued*” sob o código “ASAI WI”. Os ADSs de emissão da Companhia passaram a ser negociados normalmente (“*regular way*”) na NYSE a partir de 08 de março de 2021 sob o código “ASAI”.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 Política de destinação dos resultados**

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia:</p> <p>(a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda;</p> <p>(b) a importância a ser distribuída a título de participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, conforme determinado pelo Conselho de Administração, em observância ao Plano de Participação nos Resultados, nos termos e limites estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia;</p> <p>(c) 5% para a formação de reserva legal;</p> <p>(d) será destinado montante à formação de reservas para</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia:</p> <p>(a) 5% para a formação de reserva legal;</p> <p>(b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para execução de orçamento de capital aprovado ou distribuir dividendos adicionais.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia:</p> <p>(a) 5% para a formação de reserva legal;</p> <p>(b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para execução de orçamento de capital aprovado ou distribuir dividendos adicionais.</p>

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	<p>contingências, caso deliberado pela Assembleia Geral; e</p> <p>(e) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para a Reserva de Expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, nos termos do Estatuto Social, ou para a execução de orçamento de capital aprovado.</p> <p>O lucro remanescente, se houver, poderia ser distribuído como dividendos adicionais.</p>		
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>Conforme deliberado em AGO realizada em 28 de abril de 2021, do lucro líquido de R\$1.399.022.749,58, foram destinados:</p> <p>(a) R\$5.245.374,62 à Reserva legal;</p> <p>(b) R\$310.000.000,00 à conta de juros sobre o capital próprio;</p> <p>(c) R\$ 84.944.343,74 à conta de dividendos; e</p> <p>(d) R\$998.833.031,22 à Reserva para</p>	<p>Conforme deliberado em AGO realizada em 30 de abril de 2020, do lucro líquido de R\$1.047.080.139,26, foram destinados:</p> <p>(a) R\$52.354.006,96 à Reserva legal;</p> <p>(b) R\$247.058.823,53 à conta de juros sobre o capital próprio; e</p> <p>(c) R\$630.434.269,17 à Reserva de lucros.</p>	<p>Conforme deliberado em AGO realizada em 30 de abril de 2019, do lucro líquido de R\$1.098.751.288,57, foram destinados:</p> <p>(a) R\$54.937.564,43 à Reserva legal;</p> <p>(b) R\$115.000.000,00 à conta de juros sobre o capital próprio; e</p> <p>(c) R\$50.000.000,00 à conta de dividendos; e</p> <p>(d) R\$878.813.724,14 à Reserva de lucros.</p>

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	Expansão.		
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	(a): 0,37% (b): 22,16% (c): 6,07% (d): 71,40%	(a): 5,00% (b): 23,60% (c): 60,21%	(a): 5,00% (b): 10,47% (c): 4,55% (d): 79,98%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares.	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares.	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares
d. Eventuais restrições	O instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal.	O instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal.	A Companhia não estava sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não tinha uma política específica de destinação de resultados nesses três exercícios sociais.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		1.393.777.374,96	994.726.132,30	1.020.710.374,63
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		22,241716	24,836869	11,266663
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		103,867162	14,757638	26,289437
Dividendo distribuído total		310.000.000,00	247.058.823,53	115.000.000,00
Lucro líquido retido		1.083.777.374,96	747.667.308,77	905.710.374,63
Data da aprovação da retenção		28/04/2021	30/04/2020	30/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			310.000.000,00		247.058.823,53		115.000.000,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou quaisquer reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	17.411.000.000,00	Índice de Endividamento	12,97253000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		223.000.000,00	876.000.000,00	0,00	65.000.000,00	1.164.000.000,00
Empréstimo	Quirografárias		1.840.000.000,00	4.545.000.000,00	214.000.000,00	0,00	6.599.000.000,00
Total			2.063.000.000,00	5.421.000.000,00	214.000.000,00	65.000.000,00	7.763.000.000,00

Observação

Os saldos apresentados na linha Títulos de Dívida acima se referem à rubrica de debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) *à Companhia*

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter contratos de locação das lojas em termos aceitáveis, e a Companhia poderá não conseguir obter ou renovar a tempo licenças de operação de suas lojas e de seus centros de distribuição

A maioria das lojas da Companhia é instalada em imóveis alugados. A localização estratégica das lojas é fundamental para o desenvolvimento da própria estratégia de negócios da Companhia e, como resultado, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de um número significativo dos seus contratos de locação vier a ser encerrado e ela não conseguir renovar esses contratos em termos aceitáveis, ou sequer renová-los. Além disso, de acordo com a legislação aplicável, os proprietários podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente a cada três anos. Um aumento significativo no valor dos imóveis alugados pode afetar adversamente a posição financeira e o resultado operacional da Companhia.

As lojas e centros de distribuição da Companhia também estão sujeitos à obtenção de certas licenças de funcionamento. A não obtenção ou a não renovação de referidas licenças de funcionamento pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Uma vez que o desempenho contínuo e pacífico das atividades nas lojas e centros de distribuição atuais é considerado um fator relevante para o sucesso da estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra o fechamento desses estabelecimentos em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de operação necessárias.

A distribuição de produtos da Companhia depende de um número limitado de centros de distribuição e a Companhia depende do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar seus produtos, sendo que qualquer interrupção em seus centros de distribuição ou atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as suas necessidades de abastecimento e a distribuição de produtos a lojas e clientes

No formato de atacado de autosserviço, aproximadamente 33% dos seus produtos são distribuídos por nove centros de distribuição, localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil carecem de adequado desenvolvimento e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para que possam atender adequadamente ao país e às necessidades comerciais da Companhia.

Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018) ou outras causas inesperadas podem retardar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e reduzir suas vendas, o que pode afetar a Companhia adversamente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a abertura de novas lojas que podem exigir a abertura de novos centros de distribuição, ou expansão dos centros de distribuição existentes para fornecer e atender a demanda das lojas adicionais. As operações podem ser afetadas negativamente caso a Companhia não possa abrir novos centros de distribuição ou não consiga expandir os centros de distribuição atuais, para atender as necessidades de fornecimento dessas novas lojas.

Os sistemas da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode causar um efeito adverso relevante em seus negócios e reputação

A Companhia, assim como todas as empresas inseridas no mundo digital, esteve e está sujeita a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com níveis variados de sofisticação. Essas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade de seus sistemas e dados, incluindo informações confidenciais, sensíveis ou pessoais de nossos clientes.

A Companhia mantém o que acredita ser controles de segurança técnicos razoáveis e adequados, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de gerenciamento para lidar com essas ameaças. Embora essas medidas sejam projetadas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em seus sistemas, certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, podem ocorrer.

Além disso, alguns dos fornecedores e provedores de serviços da Companhia têm acesso significativo a informações confidenciais e estratégicas de seus sistemas, incluindo informações confidenciais relativas a seus clientes.

Qualquer acesso não autorizado ou liberação de seus sistemas e dados ou de seus clientes, fornecedores ou provedores de serviços pode atrapalhar suas operações, e, ainda, causar perdas de informações e levar a Companhia a incorrer em custos significativos, que poderiam ter um efeito material adverso em seus negócios e reputação.

Os sistemas de informação da Companhia podem sofrer interrupções devido a fatores além de seus controles, como desastres naturais, invasões e ataques cibernéticos, falhas em telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer um desses tipos de interrupção pode afetar adversamente suas operações, impactando assim a geração de caixa e a posição financeira da Companhia.

Falhas na proteção da base de dados da Companhia, que contém dados pessoais de seus clientes e empregados, e desdobramentos na legislação de proteção de dados e de privacidade, podem afetar adversamente os negócios da Companhia, sua posição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia mantém um banco de dados de informações sobre seus funcionários e clientes, que inclui principalmente, mas não se limita a, dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se ocorrer uma violação em seus procedimentos de segurança que afetem a integridade de seu banco de dados, incluindo o acesso não autorizado das informações pessoais de seus

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

clientes, a Companhia poderá ser alvo de procedimentos legais, resultando em danos, multas e prejuízo à sua reputação.

Atualmente, o processamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma série de regras, como a Constituição Federal, a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”) e a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (“Marco Civil da Internet”). Falhas no cumprimento de determinadas disposições de tais leis, especialmente em relação a (i) fornecer informações claras sobre as operações de processamento de dados realizadas pela Companhia, (ii) observar o objetivo da coleta de dados original; (iii) os prazos legais para o armazenamento de dados do usuário, e (iv) a adoção de padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados pessoais processados, podem acarretar penalidades, como multas e até suspensão temporária ou permanente das atividades de processamento de dados pessoais pela Companhia.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), que trata da proteção de dados pessoais no Brasil, a qual entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto pelas sanções administrativas que entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, em razão da aprovação da Lei nº 14.010/2020. A LGPD estabelece uma nova estrutura legal a ser observada no tratamento de dados pessoais, incluindo o de nossos clientes, fornecedores e funcionários. A LGPD estabelece, entre outras coisas, os direitos dos titulares de dados pessoais, a necessidade de se ter uma base legal para tratar dados pessoais, requisitos de governança, responsabilização e prestação de contas, obrigações relacionadas a incidentes de segurança, vazamentos e usos indevidos de dados pessoais, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). No caso de descumprimento aos termos da LGPD, a Companhia pode estar sujeita não só a sanções administrativas (que podem envolver situações de bloqueio e eliminação de dados, bem como suspensão e proibição das atividades de tratamento de dados, até multas de até R\$ 50.000.000,00), mas também a litígios judiciais e, conseqüentemente, a alto impacto reputacional e potencial perda de valor de mercado. A ANPD poderá revisar os padrões e procedimentos de proteção de dados baseados na LGPD, mas o ministério público, os órgãos de defesa do consumidor e o poder judiciário certamente terão participação relevante na interpretação e aplicação da lei, especialmente nos primeiros momentos da estruturação e início das atividades da ANPD.

Em preparação para o cumprimento da lei, a Companhia revisou suas políticas e seus procedimentos internos. No entanto, dada a sua recente vigência, a falta de regulamentação de pontos críticos pela ANPD e a incerteza sobre as possíveis interpretações da LGPD por diferentes agentes, a Companhia não pode assegurar que não está exposta a litígios relacionados ao tema e o potencial sofrimento de sanções no futuro.

O segmento de atacarejo brasileiro é sensível a quedas no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o segmento de atacarejo brasileiro passou por períodos de desaceleração econômica que levaram a reduções nos gastos do consumidor. O sucesso das operações no segmento depende de vários fatores relacionados aos gastos e à renda do consumidor, incluindo condições gerais de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. As reduções na disponibilidade de crédito e as políticas de crédito mais rígidas adotadas por nós e pelas administradoras de cartão de crédito podem afetar negativamente nossas vendas. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis em todo o mundo refletidas na economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos do consumidor e a renda disponível, especialmente para as classes de renda mais baixa, que têm menos acesso ao crédito do que as classes de renda mais alta, condições de refinanciamento de dívidas mais limitadas e mais suscetibilidade a ser afetada por aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista. Não se pode assegurar que as ações e processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. A Companhia constituiu provisões para os processos em que a avaliação de perda é considerada como provável pela Administração e com base nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, observado que a avaliação da Administração acerca da probabilidade de perda, principalmente no caso de contingências tributárias, é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e de outras regras legais. As provisões constituídas pela Companhia podem ser insuficientes para fazer face ao custo total decorrente de eventuais decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. Exemplificativamente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências tributárias que totalizavam R\$ 2.408 milhões, para os quais nenhuma provisão estava registrada em 31 de dezembro de 2020, uma vez que a avaliação de perda de tais processos foi considerada como possível.

Assim, caso o total ou uma parcela significativa das ações e dos processos administrativos venha a resultar em decisão desfavorável à Companhia, isso pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria dessas causas, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira. Para descrição das contingências contenciosas materiais, vide item 4.3 e item 4.6 deste Formulário de Referência e nota explicativa nº 20 (Provisão para demandas judiciais) das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas chave

Para suportar e desenvolver suas operações, a Companhia deve atrair e manter colaboradores com competências e conhecimentos específicos. A Companhia enfrenta diversos desafios inerentes à administração de um grande número de empregados em regiões geográficas diversas. Pessoas chave

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

poderão deixar a Companhia por motivos diversos e o impacto de sua saída é de difícil previsão, podendo, assim, dificultar a implementação de planos estratégicos e afetar adversamente os resultados dos negócios.

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações ordinárias

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, ela está obrigada a pagar aos seus acionistas um mínimo de 25% de seu lucro líquido anual a título de dividendos, apurados e ajustados de acordo com o método da legislação societária e fiscal brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou ser apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira, podendo não estar disponível para distribuição a título de dividendos. Caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições são desaconselháveis, em vista da situação financeira da Companhia, ela pode não pagar dividendos aos seus acionistas em um exercício fiscal específico, a ser deliberado, se for o caso, por assembleia de acionistas.

A Companhia está ainda sujeita a restrição para distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório em decorrência de restrições contratuais impostas por contratos financeiros. Para uma descrição dessa restrição, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de proteger os seus direitos de propriedade intelectual

O sucesso futuro da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger suas marcas atuais e futuras e de defender seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia obteve registros de marcas registradas que protegem suas marcas e produtos e realizou pedidos e espera continuar realizando pedidos de registro de marcas e patentes para proteger novos produtos e marcas desenvolvidas. A Companhia não pode assegurar que os registros de marcas e patentes serão concedidos com relação a qualquer um de seus pedidos. Existe também o risco de, inadvertidamente, não renovar uma marca ou uma patente em tempo hábil ou de que seus concorrentes se oponham, requeiram a anulação ou contornem quaisquer registros de marcas e patentes existentes ou futuras obtidas ou licenciadas pela Companhia. Embora tenha atuado de forma adequada para proteger seu portfólio de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio), a Companhia não pode assegurar que as medidas que tomou serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão dos direitos de propriedade. Qualquer falha por parte da Companhia em proteger seus direitos de propriedade contra infrações ou apropriações indevidas pode afetar adversamente seus negócios, resultados de operações, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, em sua capacidade de desenvolver seus negócios.

O negócio da Companhia depende de suas marcas. A Companhia pode não ser capaz de manter e aprimorar suas marcas, ou pode receber reclamações desfavoráveis de clientes ou publicidade negativa, o que pode afetar adversamente suas marcas.

A Companhia acredita que suas marcas, como o Assaí, contribuem significativamente para o sucesso

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

do seu negócio. A marca Assaí foi classificada como a 19ª marca mais valiosa do Brasil, segundo estudo intitulado “Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2020” publicado pela consultoria global de marcas Interbrand em 2020. De acordo com o estudo, a marca Assaí está avaliada em aproximadamente R\$ 580 milhões. A Companhia também foi eleita a empresa mais admirada do Brasil pelo voto popular na edição 2020 da pesquisa “Melhores e Maiores” da revista Exame. A pesquisa anual da revista Exame classifica mais de 1.000 empresas brasileiras em várias categorias. “Melhores e Maiores” é considerada uma das mais conceituadas premiações corporativas do Brasil. A Companhia também acredita que manter e aprimorar essas marcas é fundamental para expandir sua base de clientes, que depende em grande parte de sua capacidade de continuar a criar a melhor experiência de cliente, com base em seus preços competitivos e sua grande variedade de produtos.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre as ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar sua reputação e diminuir a confiança do consumidor na Companhia. Uma diminuição na força de nossas marcas e reputação pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os volumes de vendas e operações da Companhia, além disso a Companhia está exposta a riscos relacionados a financiamentos e empréstimos de clientes

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações dos varejistas brasileiros de setores diversos ao setor alimentício. O aumento da taxa de desemprego combinado com taxas de juros relativamente altas resultaram em uma maior restrição da disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. A taxa de desemprego atingiu 13,5% em 2020 ante 11,9% em 2019 e 12,3% em 2018. Não houve melhoras significativas considerando as reduções graduais da taxa básica de juros no Brasil, visto que a taxa SELIC, variou de 2,75%, 4,5% e 6,5% em dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Os volumes de vendas da Companhia, especialmente para produtos não alimentícios e, conseqüentemente, os seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados se a disponibilidade de crédito aos consumidores for reduzida ou se a política do governo brasileiro restringir a concessão de crédito aos consumidores.

Além disso, a Companhia está envolvida por meio da FIC na concessão de crédito a clientes por meio de joint venture com o Itaú Unibanco Holding S.A., ou Itaú Unibanco, uma das maiores instituições financeiras privadas do Brasil. A FIC oferece exclusivamente cartões de crédito, serviços financeiros e cobertura de seguro em nossas lojas. Para maiores informações vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

A FIC está sujeita aos riscos normalmente associados à prestação de serviços de financiamento, incluindo o risco de inadimplência no pagamento do principal e juros e qualquer descasamento de custo e vencimento do nosso financiamento em relação ao custo e vencimento do financiamento aos clientes, que poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, a FIC é uma instituição financeira regulamentada pelo Banco Central do Brasil e, portanto, sujeita a ampla regulamentação. A estrutura regulatória do sistema financeiro brasileiro está em constante mudança. As leis e regulamentos existentes podem ser emendados, e sua aplicação ou interpretação também podem mudar, e novas leis e regulamentos podem ser adotados. A FIC e, portanto, nós, podemos ser adversamente afetados por mudanças regulatórias, incluindo aquelas relacionadas a:

- requisitos de capital mínimo;
- requisitos para investimento em capital fixo;
- limites de crédito e outras restrições de crédito;
- requisitos de contabilidade;
- sistemas de intervenção, liquidação e / ou gestão especial temporária; e
- taxa de juros.

As regras e intervenções do governo brasileiro podem afetar adversamente as operações e lucratividade da Companhia mais do que as de um concorrente sem operações financeiras similares.

A Companhia depende de vendas pagas com cartão de crédito. Quaisquer mudanças nas políticas dos adquirentes comerciais podem afetar adversamente a Companhia e seus negócios.

Parte relevante das vendas da Companhia são pagas com cartão de crédito. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 46% e 50%, respectivamente, da nossa receita operacional líquida era representada por vendas a prazo, principalmente na forma de vendas com cartão de crédito. Dessa forma, para poder oferecer vendas com cartão de crédito a seus clientes, a Companhia depende das políticas dos adquirentes, incluindo as tarifas cobradas. Qualquer mudança nas políticas dos adquirentes, incluindo, por exemplo, sua taxa de desconto de comerciante, pode afetar adversamente a Companhia e seus negócios.

Os movimentos de venda pela internet, podem afetar negativamente as vendas de canais tradicionais, e a Companhia pode não ter uma resposta tempestiva a essa concorrência

Nos últimos anos, as vendas pela internet de alimentos, vestuário e produtos para a casa aumentaram significativamente na América Latina, e a Companhia espera que essa tendência continue à medida que redes mais tradicionais entrem no ramo de vendas *on-line* ou expandam sua infraestrutura digital existente. Por exemplo, a Amazon anunciou recentemente que ampliará seus negócios no Brasil. Os concorrentes podem vender pela internet diretamente aos consumidores, diminuindo a importância dos canais tradicionais de distribuição, como atacado de autosserviço, supermercados e lojas de varejo. Certas redes de alimentos na *internet* têm custos operacionais significativamente mais baixos do que os hipermercados e supermercados tradicionais, porque não dependem dos custos de uma rede de pontos de venda ou de uma grande mão de obra de vendas. Como resultado, essas redes de alimentos na internet podem ser capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos de alguns formatos da Companhia e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários no atacado de autosserviço e no varejo e entregar diretamente produtos aos consumidores. A Companhia acredita que seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

estão usando cada vez mais a internet para realizar compras de alimentos e outros bens de varejo, e que essa tendência provavelmente continuará, especialmente como resultado da pandemia da COVID-19.

Além disso, a tecnologia empregada no varejo de alimentos e eletrodomésticos evolui constantemente, como parte de uma cultura digital moderna. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar a essas mudanças com rapidez suficiente para atender às demandas e preferências de seus clientes, bem como aos padrões da indústria em que opera.

A Companhia não pode fornecer qualquer garantia de que sua estratégia será bem-sucedida em atender às demandas dos clientes ou manter sua participação de mercado à luz dos negócios de Internet de seus concorrentes. Se as vendas pela Internet no Brasil continuarem a crescer, a confiança dos consumidores nos canais de distribuição tradicionais, como nossas lojas de varejo, pode ser substancialmente diminuída, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Alguns dos instrumentos de dívida da Companhia contêm cláusulas que podem limitar sua capacidade de operar seus negócios e gerar outras consequências adversas

A Companhia é parte de instrumentos de financiamento que possuem cláusulas restritivas que a obrigam a manter índices financeiros específicos, medidos trimestralmente. O cumprimento dessas cláusulas pode exigir que a Companhia tenha que tomar medidas para reduzir a dívida de forma contrária aos seus objetivos de negócios. Eventos fora de seu controle, incluindo mudanças nas condições gerais de negócios e econômicas, podem afetar a sua capacidade de cumprir esses índices financeiros. A Companhia pode não cumprir tais índices, e os credores podem não renunciar à obrigação da Companhia em cumpri-los. Ressalta-se que, os instrumentos que regem a primeira emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que limitam a capacidade da Companhia de distribuir dividendos além do dividendo mínimo exigido legalmente. Para maiores informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

O descumprimento, por parte da Companhia, de qualquer uma dessas cláusulas pode resultar em um evento de inadimplência na respectiva linha de crédito, o que pode ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-acceleration e cross default*) de outras obrigações da Companhia. Caso isso ocorra, os ativos ou fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar totalmente os empréstimos dos contratos de dívida em aberto, se acelerados em um evento de inadimplência, e não há garantia de que a Companhia seria capaz de reembolsar, refinanciar ou reestruturar os pagamentos desses contratos de dívida. Para mais informações, ver Seção 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode ser afetada pelo seu nível de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um total de R\$7.831 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$2.120 milhões no circulante e R\$5.711 milhões no não circulante. Se a Companhia não for capaz de pagar ou refinanciar seus empréstimos, em suas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

respectivas datas de vencimento, isso pode afetar adversamente a Companhia e sua situação financeira. O endividamento da Companhia pode:

- dificultar que a Companhia satisfaça suas obrigações, incluindo o pagamento do serviço da dívida;
- limitar a capacidade da Companhia de obter recursos adicionais para operar o seu negócio;
- demandar grande parte do fluxo de caixa da Companhia para arcar com o serviço de dívida, limitando a sua capacidade de utilizar tais recursos para capital de giro, despesas de capital e outros;
- limitar a flexibilidade de planejamento ou reação da Companhia frente à concorrência ou alterações no setor;
- colocar a Companhia em desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes que tenham um endividamento menor;
- tornar a Companhia mais vulnerável ao aumento de taxa de juros, resultando em aumento nos custos dos juros em relação a dívida com taxa de juros flutuante; e
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições gerais adversas da economia e do seu segmento de atuação, incluindo mudanças nas taxas de juros ou uma desaceleração nos negócios da Companhia ou na economia em geral.

Adicionalmente, qualquer negócio que a Companhia adquira por meio de captação de novas dívidas, como foi o caso do Êxito, quando controlado pela Companhia, pode aumentar a alavancagem da Companhia e causar um ou mais dos efeitos descritos acima.

b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia, ou seu grupo de controle

O Grupo Casino tem a capacidade de direcionar os negócios e assuntos da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, o Grupo Casino era o proprietário legítimo de 41,17% do capital social total da Companhia. O Grupo Casino tem o poder, de: (1) indicar a maioria dos membros de nosso conselho de administração, que, por sua vez, indicam nossos diretores executivos; e (2) determinar o resultado da grande maioria das ações que requerem a aprovação dos acionistas. Conseqüentemente, o Grupo Casino é considerado acionista controlador de acordo com a Legislação Societária Brasileira. Os interesses e decisões de negócios do Grupo Casino podem prevalecer sobre aqueles preferidos por outros acionistas da Companhia.

c) aos acionistas da Companhia

Não aplicável.

d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais ela poderá ser solidária ou subsidiariamente responsáveis

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pertence a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, exemplificadamente, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

Resultados negativos da joint venture podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação em outras sociedades operacionais (para mais informações, vide o item 8 deste Formulário de Referência). Dessa forma, parte do resultado da Companhia decorre do resultado dessas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório dessas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

e) aos fornecedores da Companhia

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores. A Companhia adquire suas bebidas e produtos de carne de cinco principais fornecedores. Os produtos fornecidos por esses fornecedores representaram aproximadamente 10% das vendas totais da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Se algum desses fornecedores não for capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e, conseqüentemente, sob o resultado.

Atualmente, há fornecedores relevantes da Companhia envolvidos na Operação Lava Jato, sendo que desdobramentos das investigações e eventuais condenações de tais empresas podem afetar adversamente sua capacidade de fornecimento de produtos para a Companhia e, conseqüentemente, o nível de vendas de tais produtos pela Companhia a seus clientes.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares ou indevidas

Devido à grande pulverização e terceirização das operações dos seus prestadores de serviço e da cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não pode garantir que alguns deles não venham a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços. Caso quantidade significativa dos seus prestadores de serviço ou fornecedores o façam, a Companhia poderá vir a ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção dos consumidores da Companhia sobre seus produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como no valor das suas ações no mercado.

f) aos clientes da Companhia

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o consumo de produtos

Os produtos que a Companhia comercializa em suas lojas podem causar reações adversas a seus consumidores. Incidentes envolvendo tais produtos poderão causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os seus produtos estavam defeituosos, deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado a tais produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, poderá causar a perda de confiança de seus consumidores na segurança, eficácia e qualidade dos produtos comercializados nas suas lojas, especialmente com relação aos produtos de “marcas exclusivas”. Qualquer alegação dessa natureza contra uma marca da Companhia e/ou os produtos comercializados nas suas lojas poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A Companhia enfrenta concorrência significativa e pressão para se adaptar a mudanças nos hábitos de consumo, o que pode afetar negativamente sua participação de mercado e lucro líquido

A Companhia atua nos setores de atacado de autosserviço, que é altamente competitivo. A Companhia compete em preço, sortimento de produtos, localização e *layout* das lojas e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e a Companhia pode não ser capaz de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. A Companhia enfrenta concorrência intensa de pequenos varejistas, especificamente daqueles que operam no segmento informal da economia. A Companhia também compete com grandes redes nos segmentos de atacado de autosserviço e de varejo. Além disso, nos seus mercados, e particularmente nas áreas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a Companhia concorre com outras redes de alimentos, mercadorias gerais e atacado de autosserviço, bem como supermercados locais e mercearias independentes. No setor de eletrodomésticos, também concorre com grandes redes multinacionais e grandes empresas especializadas. Aquisições ou fusões no setor também poderão

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

aumentar a concorrência e afetar adversamente a participação de mercado e lucro líquido da Companhia.

Se não for capaz de competir com sucessos em seus mercados-alvo (incluindo adaptar seu formato de loja ou *layout*, identificar locais e abrir lojas em áreas preferidas, ajustar rapidamente seu sortimento de produtos ou preços) ou ajustar de outra forma às mudanças de preferências do consumidor, como compras em dispositivos móveis, seus negócios e resultados de operação poderão ser materialmente e adversamente afetados.

O surto global de doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) pode atrapalhar as operações da Companhia e ter um impacto negativo nos seus negócios, condição financeira, resultados ou perspectivas operacionais.

Como as compras em atacado de autosserviço e varejo são consideradas um serviço público essencial, as operações comerciais da Companhia não foram afetadas significativamente pelas medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro e pelos governos estaduais e municipais. A Companhia teve um aumento temporário nas vendas em suas lojas, visto que as pessoas estocaram alimentos em casa pela possibilidade de quarentena. Adicionalmente, em abril de 2020 o Governo Federal criou o auxílio emergencial temporário para apoiar os brasileiros a enfrentar a crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, renovado parcialmente em 2021. O auxílio emergencial foi e é destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados que podem usar diretamente o benefício nas lojas de atacado de autosserviço e varejistas. Dessa forma, houve um aumento das vendas atreladas a este benefício a população para a compra de alimentos. A Companhia pode sofrer redução das vendas após o término dessa ação do governo.

Para promover um ambiente seguro para os clientes, fornecedores e funcionários, a Companhia implementou medidas emergenciais de proteção à saúde em suas lojas e na sede da Companhia, contratando funcionários temporários para manter as lojas operacionais e investiu em treinamento adicional, o que causou um aumento no seu custo operacional.

Residentes no Brasil estão sendo incentivados a fazer quarentena por conta própria, a fim de conter a propagação da COVID-19. Isso pode significar que as lojas da Companhia ou de outras empresas fiquem fechadas temporariamente devido à redução da força de trabalho, inclusive por doenças e a pedido do governo ou devido a redução do tráfego de consumidores e hábitos de compra. A Companhia também enfrenta risco na cadeia de fornecimento, como o aumento dos controles e o embargo de mercadorias produzidas em áreas infectadas, além de falhas de terceiros, incluindo fornecedores, fabricantes, contratados, bancos comerciais, parceiros de *joint ventures* e parceiros de negócios externos, no cumprimento de suas obrigações, ou interrupções significativas na capacidade destes parceiros de cumprirem com suas obrigações. A extensão em que o novo coronavírus e/ou outras doenças afetam a Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive novas informações que possam surgir sobre a gravidade do novo coronavírus e/ou outras doenças e as ações para contê-las e diminuir seus impactos, entre outros. Consequentemente, os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente pelo medo de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

exposição a incertezas relacionadas ou efeitos reais da pandemia da COVID-19 ou surto de doença semelhante.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia poderia ser materialmente e adversamente afetada por violações da Lei Anticorrupção brasileira e leis anticorrupção similares

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”), o *Foreign Corrupt Practices Act* (“FCPA”) e leis anticorrupção semelhantes em outras jurisdições geralmente proíbem as empresas e seus intermediários de realizarem pagamentos impróprios a funcionários do governo ou outras pessoas com o objetivo de obter ou manter negócios. Nos últimos anos, verificou-se um aumento na aplicação de leis anticorrupção, com um aumento dos processos criminais e civis movidos contra empresas e particulares, bem como investigações mais frequentes e agressivas e processos de aplicação pelo Departamento de Justiça dos EUA e pela SEC.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de passividade rigorosa para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais contra a administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis. A Lei Anticorrupção brasileira considera que a efetiva implantação de programas de *compliance* podem mitigar as penalidades administrativas a serem aplicadas em consequência de atos prejudiciais contra a administração pública.

Adicionalmente, a Lei francesa nº 1.691, de dezembro de 2016 (“Lei Sapin II”), refere-se à transparência, à coibição de corrupção e à modernização da atividade econômica, e estipula que as empresas devem estabelecer um programa anticorrupção para identificar e mitigar os riscos de corrupção. Sob a Lei Sapin II, qualquer pessoa física ou jurídica pode ser responsabilizada criminalmente por oferecer uma doação, presente ou recompensa com a intenção de induzir um funcionário público estrangeiro a abusar de sua posição ou influência para obter uma vantagem indevida. A Lei Sapin II é aplicável a empresas pertencentes a um grupo cuja matriz esteja sediada na França e cuja força de trabalho inclua pelo menos 500 funcionários em todo o mundo e, portanto, também é aplicável à Companhia. As principais disposições anticorrupção da Lei Sapin II estão em vigor desde 1º de junho de 2017.

A Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos de controle interno as protegerão de atos imprudentes ou criminosos cometidos por seus empregados, funcionários de qualquer uma de suas empresas ou terceiros intermediários. No caso da Companhia acreditar ou ter motivos para acreditar que seus empregados ou funcionários violaram ou podem ter violado as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo o FCPA, a Companhia poderá ser obrigada a investigar ou ter de contratar advogado externo, para conduzir a investigação dos fatos e circunstâncias relevantes, o que poderá levar a Companhia a incorrer em custos e demandar atenção da alta administração.

Falhas no cumprimento das leis anticorrupção ou qualquer investigação por má conduta ou ações de fiscalização pode sujeitar a Companhia a multas, perdas de licenças de operação e prejudicar a sua

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

reputação, bem como outras penalidades, as quais podem materialmente e adversamente afetar a Companhia e a sua reputação.

Normas e intervenções do governo brasileiro que afetem operações financeiras podem afetar adversamente os volumes de vendas e operações da Companhia.

A FIC, participada indireta da Companhia, é uma instituição financeira regulamentada pelo Banco Central e, portanto, sujeita a ampla regulamentação. A estrutura regulatória do sistema financeiro brasileiro está em constante mudança. As leis e regulamentos existentes podem ser alterados, de forma que sua aplicação ou interpretação podem mudar, e novas leis e regulamentos podem ser adotados. A FIC e, conseqüentemente, a Companhia, podem ser adversamente afetadas por mudanças regulatórias, incluindo aquelas relacionadas a:

- requisitos de capital mínimo;
- requisitos para investimento em capital fixo;
- limites de crédito e outras restrições de crédito;
- requisitos de contabilidade;
- sistemas de intervenção, liquidação e/ou gestão especial temporária; e
- taxa de juros.

As regras e intervenções do governo brasileiro podem afetar adversamente as operações e lucratividade da Companhia em maior medida do que as de um concorrente sem operações financeiras.

i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável pois a Companhia não tem operações no exterior.

j) às questões socio ambientais

A Companhia está sujeita à leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas podem afetar adversamente a reputação e a posição financeira da Companhia

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente ao processo de licenciamento e gestão da sua operação de lojas e centros de distribuição. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências e padrões de licenças ou protocolos ambientais no que se refere a efluentes, gases refrigerantes, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações no ar, solo e água, bem como descarte e manejo de resíduos em suas lojas e centros de distribuição. O não cumprimento das referidas leis e regulamentos poderá expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar terceiros pelos danos causados e/ou gestão de crises reputacionais. A Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais estritos. Nesse caso, talvez a Companhia seja obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos visando

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar significativamente e adversamente a Companhia.

k) riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, incluindo a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e pressão recessiva sobre a economia brasileira, e qualquer surto no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, podendo afetar adversamente e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Desde dezembro de 2019, uma nova linhagem de coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou pelo mundo. O surto de COVID-19 obrigou governos, inclusive no Brasil, a adotar medidas para conter a disseminação da COVID-19 por meio de bloqueios de cidades, restrições de viagens e transporte público, fechamento de lojas e negócios e quarentenas de emergência, entre outras, que causaram rupturas significativas na economia global e nas operações comerciais habituais de uma lista crescente de setores e países. As medidas adotadas para combater o surto de COVID-19 afetaram adversamente e continuarão a afetar adversamente a confiança dos negócios e o sentimento do consumidor, e foram, e talvez continuem sendo, acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiro e de *commodities*, bem como nas bolsas de valores no mundo todo.

No Brasil, refletindo a escala de aversão ao risco do investidor, o mercado de ações desencadeou diversas suspensões automáticas, conhecidas como circuit breaker, e o índice benchmark de cerca de 70 ações negociadas no B3, ou índice Ibovespa, caiu 36,9% a partir de 1º de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, acompanhando a tendência dos mercados acionários internacionais principalmente relacionada ao início da pandemia. Após queda de 17,8% no primeiro semestre de 2020, o índice Ibovespa recuperou-se fortemente e avançou 2,9% ao final do ano.

A disseminação da COVID-19, especialmente se as medidas para coibir a disseminação do vírus persistirem, pode ter implicações macroeconômicas mais amplas, incluindo níveis reduzidos de crescimento econômico e possivelmente uma recessão global, cujos efeitos poderão ser sentidos muito tempo após a contenção da propagação da doença. Devido às incertezas relacionadas à duração dessa nova linhagem do vírus, a Companhia não pode estimar os impactos adicionais que a COVID-19 pode causar no preço e no desempenho dos valores mobiliários de sua emissão. Qualquer mudança relevante nos mercados financeiros brasileiro e internacional ou na economia brasileira como resultado desses eventos ou desenvolvimentos pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a pandemia da COVID-19 pode impactar negativamente nos negócios da Companhia, causando ou contribuindo para, dentre outras coisas, os negócios, resultados de operações, condições financeiras e fluxos de caixa da Companhia, conforme descrito abaixo:

(i) Com o auxílio emergencial oferecido pelo governo brasileiro aos trabalhadores informais, às pequenas empresas independentes e aos empregados desempregados de abril de 2020 a dezembro de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

2020 para combater a crise econômica causada pela pandemia da COVID-19 tendo sido interrompido e retomado parcialmente em abril de 2021, ocorre uma redução no poder de compra de parte dos clientes, especialmente os dependentes desse auxílio governamental, que conseqüentemente impactará negativamente as receitas da Companhia;

(ii) A Companhia não pode assegurar que as medidas emergenciais de saúde que adota continuarão a ser eficazes ou que não terá que adotar novas medidas de proteção, incluindo o trabalho a partir de políticas domiciliares. Caso tenha que adotar tais medidas estas poderão divergir dos planos originais de sua administração e aumentar seus custos operacionais;

(iii) Se estados e municípios continuarem a implementar diferentes medidas preventivas da COVID-19, a Companhia terá que despender tempo para implementá-las, aumentando, conseqüentemente, seus custos operacionais. Além disso, a Companhia não pode garantir que será capaz de cumprir plenamente essas medidas, o que pode impactar negativamente a maneira como opera suas lojas;

(iv) Caso haja uma piora na situação pandêmica no futuro, a Companhia terá que realizar novos investimentos com trabalhadores temporários adicionais e novas adaptações em nossas lojas, o que poderá aumentar seus custos operacionais; e

(v) Se novas restrições que impactem a capacidade de produção dos fornecedores da Companhia forem impostas, esta poderá enfrentar escassez de produtos no futuro. Caso isto ocorra, a Companhia terá que buscar fontes alternativas de abastecimento, que poderão ser mais caras, além de não estarem disponíveis no momento, o que poderá resultar em atrasos nos embarques e, posteriormente, para abastecimento dos clientes da Companhia.

O governo brasileiro tem exercido historicamente e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. As condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar adversamente a Companhia e as cotações dos seus valores mobiliários

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, em algumas situações, fez mudanças significativas na política e regulamentações. Algumas das ações do governo brasileiro para controlar a inflação e influenciar políticas e regulações frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controle de preços, controle cambial e controle de remessa, desvalorizações, controles de capital e limites nas importações. O negócio, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças políticas e regulatórias de nível federal, estadual ou municipal ou fatores como: (i) instabilidades econômica, política e social; (ii) aumento da taxa de desemprego; (iii) taxas de juros e políticas monetárias (tais como medidas restritivas de consumo que possam afetar a renda da população e medidas governamentais que possam afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil); (iv) aumentos relevantes na inflação ou forte deflação em preços; (v) flutuações da moeda; (vi) controles de importação e exportação; (vii) controle cambial e restrições sobre remessa internacional (como aqueles estabelecidos em 1989 e no começo dos anos 1990); (viii) alterações a leis ou regulamentações

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos; (ix) esforços para implementar reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo a majoração de tributos, de forma geral e especificamente sobre dividendos); (x) escassez e racionamentos de energia e água; (xi) liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos; (xii) outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a possibilidade de o governo implantar mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores geram incertezas na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e de títulos e dos valores mobiliários emitidos no estrangeiro por sociedades brasileiras. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades comerciais da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais e também podem afetar adversamente o preço de negociação dos seus valores mobiliários.

Tais fatores são consolidados na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com um crescimento fraco do produto interno bruto (“PIB”) em 2018, 2019 e 2020. As taxas de crescimento (retração) real do PIB do Brasil desde 2018 foram de -4,1% em 2020, 1,1% em 2019 e 1,1% em 2018.

Os resultados das operações e condições financeiras da Companhia foram e continuarão a ser afetados pelo enfraquecimento do PIB brasileiro. Desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, o uso de produtos e serviços da Companhia, que pode ter efeito adverso no preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios, resultados das operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para um declínio da confiança do mercado na economia brasileira, bem como para um ambiente político em deterioração. Apesar da lenta recuperação econômica e da ainda alta vulnerabilidade fiscal, vários fundamentos macroeconômicos brasileiros melhoraram desde 2017. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a conquista de taxas de juros historicamente baixas.

As perspectivas econômicas para 2021 continuam a enfrentar incertezas significativas. A economia brasileira deve continuar se recuperando. De acordo com o Relatório Focus de 25 de janeiro de 2021, a previsão média do mercado atualmente prevê crescimento do PIB em 3,40% em 2021 e de 4,5% em 2022.

Além disso, o Brasil tem sofrido com alta volatilidade, devido às incertezas geradas por várias investigações em andamento sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal, incluindo a “Operação Lava Jato”.

Essas investigações afetaram adversamente o cenário político e econômico brasileiro. Os efeitos da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Operação Lava Jato e de outras investigações sobre corrupção geraram um impacto adverso na imagem e na reputação das companhias envolvidas, bem como na percepção geral de mercado acerca da economia, do ambiente político e do mercado de capitais do Brasil.

Além disso, durante os meses de abril e maio de 2020, o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro se envolveu em polêmicas políticas que culminaram na demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e na renúncia do Ministro da Justiça, Sergio Moro. Esses ex-ministros eram considerados figuras importantes dentro do atual Governo Federal e as circunstâncias em que as mudanças ministeriais ocorreram causou ainda mais instabilidade na economia e no mercado de capitais brasileiro.

O Presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por supostos atos impróprios divulgados pelo ex-Ministro da Justiça, Sergio Moro. Segundo o ex-Ministro, o presidente procurou influenciar a indicação de diretores da Polícia Federal do Brasil. Se for considerado que o Presidente cometeu os atos alegados, quaisquer consequências decorrentes de tal investigação, incluindo o início de um possível processo de impeachment, podem ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

A Companhia não pode prever se as investigações em andamento resultarão em mais instabilidade política ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou executivos de empresas privadas surgirão no futuro, bem como não é capaz de estimar totalmente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios.

Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar adversamente o valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

Historicamente, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. A inflação e certas medidas tomadas pelo governo brasileiro para contê-la, incluindo o aumento da taxa SELIC estabelecida pelo Banco Central, juntamente com a especulação sobre as medidas governamentais a serem adotadas, afetaram materialmente e adversamente a economia brasileira e contribuíram para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro e nos afetando adversamente. A inflação anual do Brasil, medida pelo índice geral de preços (Índice Geral de Preços - Mercado), foi de 23,1% em 2020, 7,31% em 2019 e 7,54% em 2018. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou inflação de 4,52% em 2020, 4,31% em 2019 e 3,75% em 2018, segundo o IBGE.

O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, restringiram e poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central e a redução das taxas de juros desencadearam e poderão desencadear aumentos na inflação e, conseqüentemente, aumento na volatilidade e necessidade repentina e significativa de aumento na taxa de juros, que podem afetar negativamente o negócio e aumentar os pagamentos sobre o endividamento da Companhia. Adicionalmente, há a possibilidade da Companhia

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

não conseguir reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos.

Além disso, as quedas na taxa de juros podem afetar sua capacidade de manter margens de juros cobradas nas vendas a prazo, o que poderia ter efeito negativo sobre a receita operacional líquida. Medidas do governo brasileiro para combater a inflação que aumentam a taxa de juros podem ter efeito adverso, considerando que o endividamento da Companhia é indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancários (“CDI”). Pressões inflacionárias podem reduzir a capacidade da empresa de acessar o mercado financeiro externo ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem ser prejudiciais para a Companhia ou afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Qualquer deterioração na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

Avaliações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos em futuras emissões de dívida nos mercados financeiros. Agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas notas de crédito soberano, as quais são baseadas em diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, medidas de endividamento e perspectiva de mudanças destes fatores.

A Standard & Poor's (“S&P”) reduziu a nota de crédito do Brasil para BB- com perspectiva estável em luz das dúvidas sobre a eleição presidencial de 2018 e dos esforços para reforma da previdência. Em dezembro de 2019, a S&P revisou de estável para positiva a perspectiva do rating do Brasil, em função de medidas de consolidação fiscal realizadas pelo governo que têm ajudado a reduzir o ainda alto déficit do país e a nota de crédito de BB- foi mantida. Em decorrência da pandemia da COVID-19, em 2020, a S&P manteve a nota de crédito do País em BB- com perspectiva estável.

A agência Moody's colocou a nota de crédito da dívida externa do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, mantendo-a em setembro de 2018, citando os novos cortes de gastos do governo esperados. Em maio de 2019, a Moody's confirmou nota de crédito da dívida externa do Brasil em Ba2 e alterou a perspectiva para estável, reafirmando esta classificação em 2020.

A agência Fitch também rebaixou a nota de crédito do Brasil para BB-menos em fevereiro de 2018, com perspectiva estável em razão dos déficits fiscais e pelo peso da dívida do governo brasileiro. Diante da deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19, o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em 2020.

As revisões das notas das agências S&P e Fitch para BB- em anos anteriores, afetaram negativamente os preços de negociação de títulos de dívida e de equity de emissores brasileiros.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Quaisquer rebaixamentos adicionais das notas de crédito soberano do Brasil poderão elevar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia

A moeda brasileira tem historicamente apresentado frequente e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Em 2018, o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano, em comparação a 2017, atingindo R\$ 3,875 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. Em 2019, novamente o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano, em comparação com 2018, atingindo R\$4,0301 para US\$1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em 14 de maio de 2020, frente à pandemia da COVID-19 o câmbio entre o real e o dólar norte-americano era de R\$5,9372 para US\$1,00. Em 2020, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em relação a 2019, atingindo R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em 22 de abril de 2021, o câmbio entre o real e o dólar norte-americano era de R\$5,4970 para US\$1,00. Não há como assegurar que o real não irá depreciar ainda mais frente ao dólar norte-americano.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumento das taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros e estimula a intervenção governamental, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também causou, inclusive no contexto do abrandamento econômico, diminuição das despesas do consumidor, pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. A depreciação também poderá reduzir o valor em moedas estrangeiras das distribuições e dividendos e o equivalente em tais moedas do valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode ser material e adversamente afetada pelas variações de taxa de câmbio, inclusive as relativas à conversão entre real e o dólar norte-americano.

l) riscos relacionados à cisão com a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”)

A Companhia pode não atingir alguns ou todos os benefícios esperados da Reorganização (conforme definido abaixo), bem como a Reorganização pode afetar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode não ser capaz de alcançar todos os benefícios estratégicos e financeiros esperados da segregação da sua participação em Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”) e da transferência de certos ativos operacionais (“Parcela Cindida Sendas”), tendo em vista a incorporação do acervo cindido da Companhia pela CBD (“Cisão Sendas”) e da cisão parcial da CBD, que visaram a segregar a totalidade da participação acionária detida pela CBD na Companhia (“Parcela Cindida CBD”), com a entrega das ações de emissão da Companhia de propriedade da CBD diretamente aos acionistas da Companhia, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia (“Cisão CBD” e, em conjunto com a Cisão Sendas, a “Reorganização”), ou tais benefícios podem ser atrasados ou não ocorrer de uma maneira geral. A expectativa é que a Reorganização gere os seguintes benefícios, entre outros:

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- permitir que cada uma das empresas separadas aumente seu foco estratégico em seus negócios, pois cada empresa opera em um mercado diferente, com diferentes oportunidades e modelos de negócios;
- melhorar a eficiência operacional de cada uma das empresas separadas, eliminando as ineficiências da estrutura da holding e permitindo que a CBD se concentre na qualidade dos produtos e serviços, na conveniência do cliente e na experiência geral do consumidor, ao mesmo tempo em que permite que a Sendas Assaí se concentre em questões da cadeia de suprimentos, redução no número de unidades de manutenção de estoque, ou SKUs, e necessidades básicas de serviço;
- melhorar a alocação de recursos pelas empresas separadas e permitir que cada empresa alcance condições de financiamento mais atraentes, pois os investidores são mais capazes de entender cada negócio autônomo; e
- criar valor para os stakeholders, pois o valor intrínseco de cada empresa separada é reconhecido pelos investidores com base nos atributos e desempenho das empresas separadas.

Especificamente, a Companhia pode não conseguir esses e outros benefícios antecipados por uma variedade de razões, incluindo, entre outros:

- a Reorganização exigirá quantidades significativas de tempo e esforço da gestão, o que pode desviar a atenção da administração em operar e crescer seus negócios;
- seguindo a Reorganização, pode ser mais suscetível a flutuações de mercado e outros eventos adversos do que se ainda fizesse parte da CBD; e
- após a Reorganização, o seu negócio será menos diversificado do que o negócio da CBD anterior à Reorganização.

Ademais, a Companhia gastou e continuará a gastar gastando tempo e recursos significativos de gestão e continuarão incorrendo em despesas substanciais devido a taxas de serviços jurídicos, consultivos e contábeis relacionadas à Reorganização. Essas despesas devem ser pagas independentemente da Reorganização estar concluída. Tais condições ou alterações podem atrasar a conclusão da Cisão e reduzir os benefícios previstos da operação.

Se a Companhia não conseguir alguns ou todos os benefícios esperados com a Reorganização, ou se tais benefícios forem atrasados, os seus negócios, condições financeiras e resultados das operações podem ser prejudicados.

A Reorganização pode não ser bem sucedida e, como uma companhia independente e de capital aberto, a Companhia não desfrutará dos mesmos benefícios que desfrutava como subsidiária da CBD.

Com a conclusão da Reorganização, a Companhia é uma companhia de capital aberto independente. O processo de se tornar uma companhia de capital aberto independente pode desviar a atenção da diretoria em focar nos negócios e nas prioridades estratégicas da Companhia. Ademais, a Companhia pode não ser capaz de emitir dívidas ou ações em termos aceitáveis para ela, bem como poderá não ser capaz de atrair e manter funcionários, conforme desejado. Ainda, a Companhia poderá não ter a capacidade de receber integralmente os benefícios antecipados da separação e da transformação em

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

uma companhia aberta independente, ou a percepção destes benefícios pode ser adiada, caso algum dos riscos identificados neste item, ou outros eventuais, venham a ocorrer.

Como uma companhia de capital aberto independente, a Companhia será uma empresa menor e menos diversificada do que a CBD, e poderá não ter acesso a recursos financeiros semelhantes aos disponíveis com a CBD anteriormente à Reorganização. A Companhia não pode prever o efeito que a Reorganização terá em seu relacionamento com parceiros ou funcionários ou o seu relacionamento com reguladores governamentais. Além disso, como uma empresa menos diversificada, a Sendas será mais suscetível a impactos negativos gerados por mudanças de condições do mercado global, reformas regulatórias e outros fatores do setor industrial, o que pode ter um efeito adverso material em seus negócios, perspectivas, condições financeiras e resultados das operações.

A capacidade da Companhia de operar efetivamente o seu negócio pode sofrer caso não seja estabelecida, de forma rápida e econômica, funções administrativas e de apoio próprias necessárias para operar como uma companhia aberta independente.

Como subsidiária da CBD, a Companhia historicamente contou com recursos financeiros (incluindo controles financeiros e de conformidade) e certos recursos legais, administrativos e outros da CBD para operar seus negócios. Em particular, a CBD historicamente forneceu à Companhia serviços nos seguintes domínios de serviço: tesouraria, jurídico, controle financeiro e contábil, operações de recursos humanos e imóveis.

Em relação à Reorganização, a Companhia está criando seus próprios sistemas financeiros, administrativos, de governança corporativa e de conformidade com a empresa listada e outros sistemas de suporte, inclusive para os serviços que a CBD historicamente forneceu, ou pode precisar contratar terceiros para substituir sistemas da CBD que não estão estabelecidos internamente. Esse processo pode ser complexo e demorado. Além disso, também está estabelecendo ou expandindo a sua própria tesouraria, auditoria interna, relações com investidores, governança corporativa e conformidade de empresas listadas e outras funções corporativas.

Essas funções corporativas estão além do escopo dos domínios de serviços operacionais anteriormente fornecidos pela CBD e exigirão que a Companhia desenvolva novas funções corporativas autônomas. A Sendas espera incorrer em custos únicos para replicar, ou terceirizar para outros provedores, essas funções corporativas para substituir os serviços corporativos adicionais que a CBD historicamente forneceu antes da Cisão. A CBD continuará a fornecer suporte para certas funções administrativas após a Reorganização por aproximadamente um ano seguindo o Acordo de Separação que a Companhia celebrará com a CBD. Qualquer falha ou tempo de inatividade significativo em seus sistemas financeiros próprios, administrativos ou outros de suporte ou nos sistemas financeiros, administrativos ou outros de suporte da CBD durante o período de transição no qual a CBD fornece suporte poderá afetar negativamente os resultados e operações da Companhia, bem como impedir o pagamento de seus fornecedores e funcionários, a execução de negócios e transações em moeda estrangeira ou realizar serviços administrativos ou outros em tempo hábil, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Sendas.

Em particular, as operações comerciais diárias da Sendas dependem de seus sistemas de tecnologia da informação. Por exemplo, uma parcela significativa das comunicações entre seus funcionários, clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e fornecedores ocorrem em suas plataformas de tecnologia da informação. A Companhia espera que a separação dos sistemas de tecnologia da informação dos sistemas da CBD seja complexa, demorada e potencialmente custosa. Há também o risco de perda de dados no processo de separação da tecnologia da informação. Como resultado de sua dependência de sistemas de tecnologia da informação, o custo dessa integração e transferência de tecnologia da informação e qualquer perda de dados-chave podem ter um efeito adverso em seus negócios, condições financeiras e resultados das operações.

Ainda, como uma companhia aberta independente, Companhia incorrerá em custos legais, de contabilidade e outras despesas significativas que não eram incorridas como uma subsidiária da CBD. O Sarbanes-Oxley Act de 2002 (“Sarbanes-Oxley”), assim como regras adotadas posteriormente pela SEC e pela NYSE, impuseram diversos requerimentos para companhias abertas, incluindo regras relacionadas à governança corporativa. Por exemplo o Sarbanes-Oxley requer que seja mantido e periodicamente avaliado um sistema de controles internos acerca de reporte financeiro e controle e procedimentos relativos à divulgação. Em especial, a Sendas e seus administradores terão que realizar avaliação de sistemas e processos e testes de seus controles de reporte financeiro para permitir que a administração e seu auditor independente reporte acerca da efetividade desses controles.

A Sendas atualmente testa seus controles internos acerca de reporte financeiro em bases regulares de acordo com as práticas e políticas de reporte financeiro da CBD. No entanto, ao fazer isso como uma entidade independente pode requerer que a administração e pessoal da Companhia para gastar um tempo substancial para cumprir com esses requerimentos e também aumentar os custos legais e financeiros de compliance. Em especial, o cumprimento com a regra acima mencionada do Sarbanes-Oxley irá requerer uma despesa de contabilidade relevante e significativos esforços da administração. A Companhia não pode garantir nesse momento que todos os seus controles serão considerados efetivos e seus controles internos acerca de reporte financeiro podem não satisfazer os requerimentos regulatórios quando se tornarem aplicáveis a ela.

Além disso, a listagem das ações da Companhia na B3 e na NYSE irá fazer com que ela tenha que cumprir com os requerimentos de listagem e outros regulamentos para cada bolsa. O cumprimento de dois grupos de regulação, que podem ter diferentes padrões e exigências, irá requerer mais tempo e esforço da administração.

Os serviços de transição que a CBD concordou em oferecer à Companhia podem não ser suficientes para as suas necessidades. Além disso, a Companhia ou a CBD podem deixar de cumprir vários acordos de transição que serão executados como parte da Reorganização, bem como a Sendas pode deixar de ter os sistemas e serviços necessários para quando determinados contratos de transição expirarem.

Em relação à Reorganização, a Companhia e a CBD firmaram um Acordo de Separação e outros acordos relacionados. O Acordo de Separação vai prever o desempenho de serviços empresariais chave pela CBD para benefício da Companhia por um período de tempo após à Reorganização. Esses serviços podem não ser suficientes para atender às necessidades da Companhia e os termos desses serviços podem não ser iguais ou melhores do que os termos que Companhia poderia ter recebido de terceiros não afiliados, incluindo a sua capacidade de obter indenização.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia contará com a CBD para satisfazer suas obrigações de desempenho e pagamento nos termos desses acordos. Se a CBD não conseguir cumprir suas obrigações nos termos desses acordos, incluindo suas obrigações de indenização, a Sendas pode incorrer em dificuldades ou perdas operacionais. Se a Companhia não tiver seus próprios sistemas e serviços em vigor, ou se não tiver acordos com outros provedores desses serviços, uma vez que certos acordos de transição expiram, ela pode não ser capaz de operar seus negócios efetivamente, e isso pode ter um efeito adverso em seus negócios, condições financeiras e resultados das operações. Além disso, após a expiração de seus acordos com a CDB, a Sendas pode não ser capaz de obter esses serviços a preços tão favoráveis ou em termos tão favoráveis.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de oscilações. Risco de mercado significa a perda potencial decorrente de oscilações negativas nas taxas de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

a) *Risco de taxa de juros*

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

Atualmente, a Companhia mantém grande parte de suas reservas de caixa aplicada a taxas correlacionadas ao CDI, as quais em sua grande maioria possuem liquidez diária, e sobre esta aplicação auferem receitas de juros, que variam em função do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha R\$ 3,440 bilhões em aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia também se utiliza de empréstimos bancários para atender às suas necessidades financeiras, os quais originalmente são contratados em dólar e com *swaps* para obrigações em reais, que são remuneradas com base no CDI.

A tabela abaixo fornece informações sobre seus instrumentos significativamente sensíveis à taxa de juros. Para a dívida de taxa de juros variável, a taxa apresentada é a taxa média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2020.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Prevista					Total	Custo de Financiamento	Valor Justo	Taxa de Juros Média Anual
	31 de dezembro de 2020								
	2021	2022	2023	2024	Posteriormente				
<i>(R\$ milhares)</i>									
Ativos									
Caixa e Bancos – Brasil ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	64	-	64	
Equivalentes de Caixa denominados em real	-	-	-	-	-	3.440	-	3.440	97% of CDI
Caixa e Bancos – Exterior ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	29	-	29	
Total de Caixa e disponibilidades	-	-	-	-	-	3.532	-	3.532	
Passivos									
Empréstimos e Financiamentos									
Taxa fluante denominada em reais	318	464	546	14	31	1.373	13	1.359	(CDI+2,31%a.a.) + (TR + 9,80%a.a.)
Taxa fluante de debentures, denominada em reais	2.274	2.785	3.019	293	337	8.709	1	8.708	CDI+2,27%a.a.
Total dos Passivos	2.592	3.248	3.565	308	369	10.082	15	10.068	

A tabela abaixo apresenta as informações históricas acerca das taxas de juros relevantes para os instrumentos de financiamento da Companhia nos últimos três anos.

	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
CDI ⁽¹⁾	2,76%	5,96%	6,42%

(1) Taxa anualizada relativa ao final de cada período.

A tabela abaixo fornece informações sobre a dívida da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2020.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Prevista						Valor
	2021	2022	2023	2024	Posteriormente	Total	Justo
	<i>(R\$ milhares)</i>						
Empréstimos e financiamentos							
Reais	223	389	487	0	65	1.164	933
Total de empréstimos e financiamentos	223	389	487	0	65	1.164	933
Debêntures e notas promissórias							
Reais	1.840	2.059	2.272	214	214	6.599	5.863
Total de Debêntures	1.840	2.059	2.272	214	214	6.599	5.863

A exposição da Companhia em dívidas em dólar era de R\$203 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019 e R\$655 milhões em 31 de dezembro de 2018). Sua utilização de instrumentos financeiros de derivativos está limitada substancialmente ao uso dos contratos de *swap* de moeda cruzada para mitigar os riscos cambiais. Os contratos de *swap* de moeda estrangeira permitem que a dívida de taxa fixa de curto e longo prazo denominada em dólar norte-americano e euros seja trocada por dívida de taxa flutuante denominada em real, com base na variação da taxa de CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida originalmente denominada em dólares norte-americanos era de R\$203 milhões (R\$0 em 31 de dezembro de 2019 e R\$655 milhões em 31 de dezembro de 2018), a qual estava coberta pelos *swaps* da taxa flutuante em reais, baseada na taxa de CDI, e foi tratada em uma base combinada como se esses empréstimos fossem originalmente em reais acrescidos de CDI. Além disso, os contratos de *swap* não estabelecem alienação fiduciária.

b) Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais. Vide item 4.2 (a) acima.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, o que pode comprometer a liquidez da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

- **Caixa e equivalentes de caixa**

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

- **Contas a receber**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

O quadro abaixo resume as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia nos últimos três exercícios.

	Controladora			Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020
No início do exercício	(5)	(4)	(1)	(32)
Perdas/reversão registrada no exercício			(3)	(51)
Baixa de contas a receber	1	(1)		42
Operação descontinuada				43
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	-	(6)
Combinação de negócios				
No fim do exercício	<u>(4)</u>	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>

d) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Empréstimo e financiamentos	(7.831)	(8.477)	(778)	(8.821)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	3.532	1.876	1.411	5.026
(-) Instrumentos financeiros derivativos	68	10	52	40
Dívida líquida	(4.231)	(6.591)	685	(3.755)
Patrimônio líquido	(1.410)	(7.098)	(4.092)	(9.701)
% Dívida líquida sobre Patrimônio líquido	300%	93%	17%	39%

e) *Risco de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

	Em 31 de dezembro 2020			
	Menos de 1	De 1 a 5	Mais de 5	Total
	ano	anos	anos	
Empréstimos e financiamentos	318	1.037	18	1.373
Debêntures	2.018	5.392	-	7.410
Instrumentos financeiros derivativos	(61)	(11)	(2)	(74)
Passivo de arrendamento	423	1.918	2.913	5.254
Fornecedores	5.058	-	-	5.058
Total	7.756	8.336	2.929	19.021

Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigado a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava envolvida em processos administrativos e ações judiciais decorrentes do curso normal de seus negócios, de natureza cível, regulatória, consumidor, imobiliária, trabalhista e tributária. Não é possível estimar o valor de todos os custos potenciais a serem incorridos ou das multas a serem impostas, os quais poderão superar os valores provisionados pela Companhia.

(i) *Processos cíveis*

A Companhia é parte em diversas ações de natureza cível, regulatória, consumidor e imobiliária, que envolvem pedidos de indenização, revisão de aluguéis, pagamento de multas, entre outros e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$49 milhões (R\$36 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$36 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos cíveis (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujos montantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R\$1 milhão.

Não havia, em 31 de dezembro de 2020, ação judicial de natureza cível que, individualmente, fosse relevante para os negócios da Companhia.

(ii) *Processos previdenciários e trabalhistas*

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos previdenciários e trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão de R\$ 64 milhões para contingências trabalhistas (R\$ 75 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$53 milhões em 31 de dezembro de 2018). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos externos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Não havia, em 31 de dezembro de 2020, ação judicial de natureza previdenciária e trabalhista que, individualmente, fosse relevante para os negócios da Companhia e/ou os negócios das controladas da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes*(iii) Processos tributários e administrativos*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão tributária no montante de R\$169 milhões referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável (R\$ 143 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$147 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos administrativos e judiciais de natureza tributária (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujos montantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R\$100 milhões.

Processo nº 16561.720117/2013-11 MPF nº 08.1.85.00-2012-00264-9	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	15/10/2013
d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista S.A (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 161.669.526,57
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Decisão de 1ª Instância parcialmente procedente. Decisão de 2º instância favorável ao contribuinte. Recurso Especial da Fazenda provido por voto de qualidade. Rejeitado os Embargos de Declaração opostos em face da decisão que deu provimento ao Recurso Especial da Fazenda. Tendo em vista que não foi julgado o tema relacionado à multa qualificada, os autos retornaram ao carf para julgamento. Deu-se parcial provimento ao Recurso de Ofício para reestabelecer a exigência da multa isolada relativa à parcela da compensação de prejuízos fiscais. Fazenda opôs Embargos de Declaração os quais aguardam julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R\$ 86.254.667,78 (ii) Remota: R\$ 75.414.858,79

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 15563.720274/2015-13	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	18/12/2015
d. partes no processo	Sendas Distribuidora S/A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 231.516.614,29
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas, sob alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Apresentada impugnação. Decisão de 1ª Instância desfavorável. Decisão de 2ª instância parcialmente favorável, aguardando julgamento dos embargos de declaração.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 15563.720275/2015-50	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	18/12/2015
d. partes no processo	Sendas Distribuidora S/A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 263.488.842,03
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de PIS/COFINS relativa à Glosa de diversos créditos. Decisão de 1ª e 2ª Instância parcialmente favorável. Aguardando julgamento do recurso especial de ambas as partes.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 15563.720020/2018-30	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	01/03/2018
d. partes no processo	Sendas Distribuidora (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 183.202.551,13
f. principais fatos	Auto de infração visando a glosa de créditos diversos de PIS/COFINS. Decisões de 1ª e 2ª instância parcialmente procedente, aguardando julgamento de recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

i. valor provisão) provisionado (se houver	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.
--	---

Processo nº 19311.720308/2015-84	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil
c. data de instauração	17/12/2015
d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista S.A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 104.530.900,79
f. principais fatos	Discussão relativa à multa por descumprimento de obrigação acessória (EFD). Decisão de 1ª e 2ª instância, parcialmente procedente. Aguardando julgamento do recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 40858121	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	12/12/2016

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista e Atacadista (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 303.784.705,55
f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute crédito indevido de ICMS em razão de suposto inidoneidade do fornecedor. Decisão de 1ª instância desfavorável, aguardando julgamento do recurso administrativo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R\$279.878.834,01 (ii) Remota: R\$ 23.905.871,54
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Não há provisão para os processos descritos neste item 4.3 como individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2020.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor e de suas controladas.

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral não sigiloso em que a Companhia ou suas controladas eram parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia nenhum processo sigiloso relevante envolvendo a Companhia ou suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Conforme já descrito no capítulo 4.3, a Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, não sigilosos e relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia indica abaixo informações sobre processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto, de acordo com a natureza, dos quais a Companhia e suas controladas são partes:

(i) Processos cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível, regulatória, consumerista e imobiliária e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se os seguintes:

- A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para esses processos era de R\$23 milhões (R\$28 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$28 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), INMETRO e Prefeituras e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha provisões para esses processos no valor de R\$55 milhões (R\$8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$8 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- O total dos valores provisionados para as demandas cíveis em 31 de dezembro de 2020, incluindo para as demandas mencionadas acima, é de R\$49 milhões (R\$36 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$36 milhões em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Processos trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão total no montante de R\$64 milhões para contingências trabalhistas (R\$61 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2018). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos externos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

(iii) Processos tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) cesta básica; (iv) IPI na revenda de produtos importados e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 para esses assuntos é de R\$169 milhões (R\$ 143 milhões para a controladora e R\$ 221 milhões para o consolidado em 31 de dezembro em 2019,

Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$2.408 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.353 milhões em 31 de dezembro de 2019) e são relacionadas principalmente a:

(i) IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$466 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$457 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$440 milhões em 31 de dezembro de 2018);

(ii) COFINS, PIS – A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$632 milhões de 31 de dezembro de 2020 (R\$666 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$667 milhões em 31 de dezembro de 2018);

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

- (iii) ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$1.235 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.157 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$1.195 milhões em 31 de dezembro de 2018), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial;
- (iv) ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$13 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$13 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$27 milhões em 31 de dezembro de 2018) e que aguardam decisões administrativas e judiciais;
- (v) INSS – A Companhia foi autuada pela incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$21 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$21 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$20 milhões em 31 de dezembro de 2018). Os processos estão em discussão administrativa e judicial; e
- (vi) Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentre outros, totalizando R\$24 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$20 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$56 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2020 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$17 milhões (R\$19 milhões em 31 de dezembro de 2019).

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é uma emissora nacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia (“Política de Gestão de Riscos”).

- b) *os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:*
- i. os riscos para os quais se busca proteção*
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção*
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos da Companhia, os quatro principais riscos que se busca proteção são:

- a) **Estratégicos:** Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.
- b) **Operacionais:** Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.
- c) **Compliance:** Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.
- d) **Tecnologia da Informação (TI):** Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos corporativos da Companhia, é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio da Companhia. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este “estabelecimento do contexto” é uma etapa fundamental para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia e em suas controladas é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e conseqüentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, conseqüentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Gestão de Riscos com periodicidade que pode variar de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados das áreas de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como de campanhas internas e treinamentos sobre Código de ética, compliance e boas práticas de gestão na Companhia, quando necessários.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador indireto, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos da Companhia e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração da Companhia:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio, da sociedade e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos (“Apetite a Riscos”);
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos priorizados;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;
- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna da Companhia para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos;
- Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando-lhe o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da área de auditoria interna e da área de controles internos e *compliance* da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos da Companhia;
- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos priorizados, alinhados ao contexto de negócios e às diretrizes do Conselho de Administração;
- Supervisionar as atividades de gestão de riscos, seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
- Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos priorizados identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;
- Avaliar, aprovar e recomendar à Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas;
- Avaliar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras anuais da Companhia; e
- Recomendar ao CA a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de eventuais propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.

(c) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando também os temas socioambientais e todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
 - Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos priorizados da Companhia;
 - Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
 - Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;
 - Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e
 - Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.
- (d) Diretoria Executiva (DIREX):
- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
 - Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
 - Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
 - Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.
 - Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos priorizados;
 - Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;
 - Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e
 - Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(e) Área de Gestão de Riscos:

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor, considerando também os temas socioambientais e integrada dentro de toda a Companhia (incluindo suas controladas);
- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;
- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição dos riscos;
- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e
- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

(f) Área de compliance:

- Realizar análise de riscos de terceiros, de modo a mitigar possíveis riscos de corrupção, fraude, conflitos de interesses e risco reputacional, assegurando o cumprimento de leis e regulamentos anticorrupção vigentes e conforme a matriz de riscos priorizados;
- Monitorar as análises de riscos de terceiros realizadas com base no grau de classificação de riscos;
- Auxiliar na elaboração e adequação das normas, políticas e procedimentos de forma a reduzir a exposição aos riscos do negócio; e
- Disseminar a cultura de Compliance e integridade, através de treinamentos e comunicações assegurando o cumprimento de leis e regulamentos existentes e normas internas, procurando mitigar os riscos identificados.

(g) Área de controles internos:

- Mapeamento de riscos e implementação de controles SOX;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Revisão dos controles da matriz SOx junto as áreas de negócio;
 - Realização dos testes de SOx;
 - Apoiar as áreas na implementação dos planos de ação e na remediação de pontos identificados antes e após as fases do processo de auditoria SOx;
 - Atendimento a auditoria externa;
 - Auxiliar na elaboração de normas, políticas e manuais de procedimento;
 - Mapear e avaliar aderência às Normas e Procedimentos e adequar os processos para as melhores práticas de mercado;
 - Acompanhamento e controle de *follow-up* dos principais aspectos reportados (auditoria interna, controles internos e gestão de riscos); e
 - Apoio as áreas nas melhorias de controles e processos.
- (h) Área de Segurança da Informação:
- Conduzir o processo de gestão de riscos de segurança da informação;
 - Manter comunicação efetiva com o time de Gestão de Riscos sobre possíveis ameaças e novas medidas de segurança;
 - Informar imediatamente a área de gestão de riscos, sobre violações, falhas, anomalias e outras condições que possam colocar em risco as informações e ativos da empresa;
 - Monitorar os acessos às informações e aos ativos de tecnologia (sistemas, bancos de dados, recursos de rede), tendo como referência a Política e as Normas de Segurança da Informação;
 - Implantar e manter funcionais os controles e padrões de segurança definidos para os ativos de tecnologia;
 - Definir controles para tratamento de riscos, vulnerabilidades, ameaças e não conformidades identificadas pelos processos de Segurança da Informação;
 - Propor as metodologias e processos referentes à segurança da informação, como classificação da informação, avaliação de risco e análise de vulnerabilidades;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Classificar e reclassificar o nível de acesso às informações sempre que necessário;
 - Viabilizar, controlar a implementação e divulgar, de forma corporativa, a Política, Normas e Padrões de Segurança da Informação para todos os colaboradores, a arquitetura e os processos pertinentes à Segurança da Informação;
 - Desenvolver e estabelecer, com o envolvimento da área de Comunicação Interna, programas de conscientização e treinamentos de Segurança da Informação;
 - Realizar trabalhos de análise de vulnerabilidades, com intuito de assegurar o nível de segurança dos sistemas de informações e dos demais ambientes em que armazenam, processam ou transmitem as informações de interesse da empresa;
 - Tratar os riscos e vulnerabilidades identificados em ativos, sistemas ou processos sob responsabilidade da área ou interesse da empresa;
 - Conduzir a gestão de incidentes de segurança da informação, incluindo as investigações para determinação de causas e responsáveis e a comunicação dos fatos ocorridos;
 - Propor ações corretivas para os incidentes de segurança da informação;
 - Solicitar informações às demais áreas da empresa e realizar testes e avaliações de segurança, no intuito de verificar o cumprimento e aderência da Política de Segurança da Informação, sempre que necessário;
 - Realizar a avaliação dos projetos das áreas de negócio e do TI do Assaí realizando os apontamentos de segurança necessários para implantação/contratação do Software/Serviço/Solução;
 - Propor projetos e iniciativas para melhoria do nível de segurança das informações do Assaí; e
 - Propor investimentos relacionados à segurança da informação com o intuito de minimizar os riscos.
- (i) Dono do risco: É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a área de gestão de riscos;
 - Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto à

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

área de gestão de risco;

- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs; e
 - Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.
- (j) Facilitador/Responsável: É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
 - Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;
 - Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e
 - Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.
- (k) Área de Auditoria Interna:
- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
 - Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;
 - Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores- chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e
 - Reportar periodicamente ao COAUD, órgão ao qual a área de auditoria interna se vincula funcionalmente, e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na Companhia.
- (l) Colaboradores:
- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos, Ética, Compliance e Boas práticas de Gestão.
- (m) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras da Companhia, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Controles Internos e a área de Gestão de Riscos da Companhia revisam periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantêm uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna da Companhia nos assuntos internos. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções. Tendo em vista que a área de auditoria interna própria foi recentemente constituída, tal avaliação será feita oportunamente pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Aplicação, Captação e Câmbio da Companhia, que define as principais estratégias a serem adotadas para mitigar os riscos de mercado.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A administração da Companhia desenvolve estratégias e desenvolve controles internos de forma a minimizar os riscos elencados no item 4.2 do Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de *swap* em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Contratos de *swap* ou *forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, de câmbio, risco de crédito e de liquidez.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e sua controlada estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

Risco da taxa de câmbio

O Grupo Éxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações. As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

- Contas a receber

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança. Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas. O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro apresentado no item 4.2 do Formulário de Referência resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(f) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto cada Diretoria das Unidades de Negócio é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio da Companhia, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento de tal política.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio aplicada para a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros mantém as principais práticas de controles internos a seguir apresentadas.

A Companhia, atualmente, possui diversas práticas de controles internos, como a condução de treinamentos para colaboradores acerca das principais normas de *Compliance* da Companhia, o desenvolvimento de planos de ação junto às áreas de negócios da Companhia para mitigar potenciais riscos reputacionais e perdas financeiras relevantes futuras, a avaliação periódica dos principais riscos relacionados ao ambiente tecnológico e aos processos operacionais da Companhia, dentre outros, sendo que cada uma dessas práticas está sob responsabilidade primária de uma das áreas de controle da Companhia, conforme descritas no item 5.3(b) abaixo.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

(a) Área de Gestão de Riscos da Companhia, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos junto aos administradores e diretores;

(b) Área de *Compliance* é responsável por promover a cultura da ética e integridade, com base nas melhores práticas de mercado, visando a prevenção, detecção e resposta aos riscos de *Compliance* identificados. Desenvolve juntamente com os responsáveis das áreas de negócio planos de ação, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc);

(c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;

(d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;

(e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(f) Auditoria interna da Companhia que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A área de Controles Internos, que se reporta à área de Auditoria Interna, é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“SOx”). A área de Controles Internos também é responsável por supervisionar as atividades da área de *Compliance* da Companhia, a qual se reporta diretamente à área de Auditoria Interna. Entretanto, cabe enfatizar que essas áreas atuam de maneira independente, de forma a não compartilhar recursos com a equipe de Auditoria Interna.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Coso*, emitido em 2013, para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

Vale ressaltar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos e *compliance* da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna da Companhia, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano atual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria e reportado ao Conselho de Administração.

A Área de Gestão de Riscos da Companhia avalia periodicamente os riscos inerentes aos processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por parte dos gestores das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração da Companhia contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório de deficiências preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia, relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi identificada uma deficiência referente a eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

de auditoria, identificamos deficiências de controles relacionados aos acessos lógicos dos sistemas em escopo (gestão de acessos) e gerenciamento de rotinas automáticas, conforme seguem abaixo:

1. Gestão de Acessos: foram identificadas deficiências na gestão de acessos de usuários dos sistemas da Companhia nos processos de concessão, revogação, movimentação e revogação; e
2. Gerenciamento de rotinas automáticas: para algumas falhas de jobs não houve a formalização das tratativas realizadas na correção do problema, bem como, o encerramento do chamado não foi realizado de forma tempestiva.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação a deficiência apontada no item “d” acima, a Administração entende que as diferenças apontadas foram extensivamente analisadas e não houve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Inclusive, em meados de 2020 foi adotado pela Companhia um amplo plano de remediação, trazendo melhorias em nossos controles de ITGC visando mitigar os eventuais riscos de forma sustentável e permanente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia está elaborando o seu Programa de Integridade. Até a sua implementação, ela continuará seguindo o Programa de Integridade da CBD, sua ex-controladora, e que foi estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, mas com supervisão periódica pelo Conselho de Administração da Companhia, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados pela Companhia, destacam-se:

- a. Código de Ética, com as principais diretrizes, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;
- b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; e Atendimento a Fiscalização;
- c. Comitê de Ética, composto pelo Diretor Presidente, Diretor Gestão e Gente e Ouvidoria, Jurídico, Auditoria, Operações e Secretário do Comitê;
- d. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte à área de Auditoria Interna;
- e. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Direitos Humanos, Compliance, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;
- f. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração e tratativas de consequência; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

g. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A Companhia realizará, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;

b. Comitê de Ética: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação o Comitê de Ética pode contar com a contribuição eventual da Ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;

c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles e Compliance;

d. Ouvidoria: área responsável por receber e dar tratativa às denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reportará, periodicamente, os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria;

e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria; e

f. Auditoria Interna: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Comitê de Auditoria.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia se aplica a administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

O Código foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de janeiro de 2021. O Código de Ética e a Política Anticorrupção da Companhia podem ser acessados no *website* da Companhia em sua página na internet www.assai.com.br.

A alta administração e os colaboradores serão treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos serão realizados presencialmente e via e-learning, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares da Companhia estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, sem ou por justa causa.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias, é operacionalizado por terceiros, sob a responsabilidade da Ouvidoria, sendo que eventuais reportes são realizados ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Prestador de serviço terceiro é responsável pelo recebimento das ocorrências, e o time interno dedicado a ouvidoria é responsável pela análise e distribuição para as Áreas apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*), que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme respostas acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	18/12/2003
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/12/2020

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 18 de dezembro de 2003, em São Paulo. No entanto, a história da Companhia remonta a 1974, com a inauguração pelo seu fundador, da primeira loja Assaí Atacadista, com foco no abastecimento do pequeno transformador.

Em 2007, a Companhia foi parcialmente adquirida pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), uma empresa do Grupo Casino, sendo que, em 2011, a CBD comprou a parcela remanescente da Companhia, passando a deter a totalidade do capital dessa sociedade. Anteriormente à aquisição pela CBD, a Companhia operava somente no estado de São Paulo, sendo que, posteriormente, a Companhia expandiu geograficamente suas operações, e, ao final de 2008, operava com 28 lojas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, e ao final de 2011, com 59 lojas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal.

Em 2011, a Companhia passou a investir em um novo formato de loja, com maior sortimento de mercadorias, self-checkout e melhorias no ambiente como estacionamento coberto, wi-fi na loja, ar condicionado e iluminação natural. Em 2017, a Companhia se tornou a maior marca do grupo Casino do mundo (em receita bruta), e em 2018 e 2019 foi eleita uma das 25 melhores marcas do Brasil pela Interbrand.

Em 2016, a CBD promoveu uma reorganização de ativos com o objetivo de concentrar os negócios da bandeira Assaí na Companhia e os negócios de multivarejo na CBD, por meio das seguintes operações: (i) cisão parcial da Companhia com versão dos ativos e passivos da Companhia ligados às lojas do multivarejo para a CBD; (ii) incorporação da Barcelona Comércio Atacadista e Varejista S.A.; e (iii) incorporação da Xantocarpa Participações Ltda.. Com essas incorporações, todas as lojas com o modelo de venda de atacado de autosserviço (*cash & carry*) foram transferidas para a Companhia.

Em julho de 2017 a Companhia lançou o cartão Passaí, através da *joint venture* com o Banco Itaú e passou a ofertar serviços financeiros em todas as suas lojas. O cartão tem se mostrado cada vez mais relevante para os nossos clientes e para a Companhia. Com uma carteira superior à 1 milhão de cartões e representando 5% das vendas, tem uma proposta de valor que permite ao cliente pagar preço de atacado comprando apenas 1 item, reforçando o posicionamento de entregar vantagem e economia aos seus clientes.

Além do cartão Passaí, o cliente também encontra seguros, assistências e crédito pessoal que reforçam a intenção da Companhia de criar soluções que atendam as diferentes necessidades e perfis de clientes.

Ainda em 2017, a Companhia se tornou a maior marca, em termos de receita bruta, do Grupo Casino em todo o mundo. Em 2018, 2019 e 2020 foi nomeada uma das 25 melhores marcas do Brasil pela Interbrand.

Em 24 de julho de 2019, o Conselho de Administração da CBD, então controlador da Companhia, recomendou à Companhia a aprovar o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito” e “OPA Éxito”, respectivamente),

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

sociedade de capital aberto localizada na Colômbia, operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia no mercado de shopping centers, sob a marca Viva.

A OPA Éxito foi lançada em outubro de 2019 e, em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital do Éxito aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Companhia de valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019). A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019 e foi parcialmente paga com os recursos obtidos pela Companhia na sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

Em 9 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da CBD autorizou o início de estudo para segregação da unidade de *cash and carry* de CBD por meio de uma operação de cisão parcial da CBD e da Companhia, as quais foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da CBD, realizadas em 31 de dezembro de 2020.

No âmbito da cisão parcial, foram protocolados pedido de listagem e admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, o qual foi deferido em 10 de fevereiro de 2021, e pedido de listagem dos *American Depositary Securities* (“ADSs”) de emissão da Companhia na New York Stock Exchange (“NYSE”), o qual foi deferido em 12 de fevereiro de 2021.

Com isso, as ações de emissão da Companhia detidas pela CBD foram distribuídas aos acionistas de CBD, após o encerramento do pregão em 26 de fevereiro de 2021, na razão de uma ação de emissão de Sendas para cada uma ação de emissão de GPA, sendo que, a partir de 1º de março de 2021, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Novo Mercado. Enquanto que, os ADSs de emissão da Companhia foram negociados de 1º de março de 2021 a 5 de março de 2021, inclusive, na modalidade “*when issued*”, sendo que a partir de 8 de março de 2021 passaram a ser negociados normalmente.

Ainda, no âmbito das cisões, a Companhia recebeu, por meio de permuta de parte das ações de Éxito por ela detidas, terrenos e 50% das quotas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações S.A., sociedade que detém participação na Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, uma empresa brasileira que opera serviços financeiros nas lojas da Companhia e nas lojas da CBD com direitos exclusivos para oferecer cartões de crédito, serviços financeiros e apólices de seguro (exceto para garantia estendida).

Para mais informações acerca das cisões e da permuta, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era objeto de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Outras Informações Relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia atua no Brasil sob a bandeira “Assaí” e atualmente é o maior player puro no segmento de atacado de autosserviço (ou “*cash and carry*”) em termos de receita bruta consolidada. Em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 36,043 bilhões. As operações de atacarejo envolvem a venda de mais de 8.000 itens de mercearia, alimentos, perecíveis, bebidas, embalagens, produtos de higiene e limpeza, entre outros. Os clientes da Companhia incluem varejistas de alimentos preparados (incluindo restaurantes, pizzarias e lanchonetes), usuários finais (incluindo escolas, pequenos negócios, instituições religiosas, hospitais e hotéis), varejistas convencionais (como mercearias e supermercados de bairro) e pessoas físicas. Ademais, a Companhia vende seus produtos por meio de suas lojas físicas e por meio de televendas (retirada na loja).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava em 184 lojas, com uma área total de vendas de 809 mil m², com presença em 23 estados e o Distrito Federal. Adicionalmente, a Companhia possui uma infraestrutura logística apoiada por 10 centros de distribuição no Brasil.

Atualmente, a Companhia está evoluindo em sua transformação digital por meio do desenvolvimento de uma experiência de compra integrada, por meio do investimento em: (1) infraestrutura Wi-Fi em todas as suas lojas; (2) check-out automático; (3) vendas por meio de aplicativos digitais; e (4) envio por meio de seu canal de televendas.

A Companhia também detém uma participação minoritária indireta na FIC, uma empresa brasileira que opera serviços financeiros em nossas lojas e nas lojas da CBD com direitos exclusivos para oferecer cartões de crédito, serviços financeiros e apólices de seguro (exceto para garantias estendidas).

A Companhia gera todas as suas receitas operacionais no Brasil. Antes da Reorganização Societária, concluída em 31 de dezembro de 2020, a Companhia também gerava uma parte de sua receita operacional de suas operações de varejo na Colômbia, Argentina e Uruguai, como resultado da aquisição da Éxito em 27 de novembro de 2019.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 184 lojas, sendo que destas, (i) 36 lojas possuíam uma área de vendas de 1 a 3 km², formato que acredita ser mais adequado para permitir que seus clientes e fornecedores substituam rapidamente seus suprimentos; (ii) 78 lojas com área de vendas de 3 a 5 km², formato que acredita ser mais adequado para famílias grandes em centros urbanos; e (iii) 70 lojas com área de venda de 5 a 8 km², formato que acredita ser mais adequado para compras a granel.

A tabela abaixo apresenta o número de lojas, a área total de vendas e a média de vendas por loja e o número total de funcionários para as lojas da marca Assaí:

Número de lojas	Área total de vendas (m ²)	Média de vendas por loja (m ²)	Número total de Funcionários ⁽¹⁾
-----------------	--	--	---

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	184	809.061	4.397	39.197
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	166	712.613	4.293	36.045
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	144	597.988	4.153	29.922

(1) Com base no número equivalente de funcionários em tempo integral, que é o produto do número de funcionários do varejo alimentar (tempo integral e parcial) e a proporção entre as horas mensais médias dos funcionários do varejo alimentar e as horas mensais médias dos funcionários do varejo alimentar. O índice de rotatividade da Companhia nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foi, respectivamente, 27,6%, 26,2% e 23,8%

A partir da tabela acima, nota-se que a expansão da Companhia ao longo dos anos é acompanhada pelo crescimento de número de colaboradores, sendo que a Companhia no ano de 2012 possuía 10 mil colaboradores, atingindo a marca de 50 mil colaboradores no fim do ano de 2020, o que demonstra um crescimento de cinco vezes em 8 anos.

A tabela abaixo, por sua vez, indica o número de lojas por região:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019
Norte	11	10
Centro-Oeste	18	17
Sudeste	101	92
Nordeste	49	42
Sul	5	5

Adicionalmente, uma nova loja da marca Assaí, localizada na região sudeste do Brasil, foi inaugurada entre janeiro e abril de 2021.

Neste mesmo sentido, a tabela a seguir apresenta o crescimento das vendas de lojas abertas há pelo menos nos últimos 12 meses aos períodos indicados e que não foram fechadas ou permaneceram fechadas por um período de sete ou mais dias consecutivos.

2015	2016	2017	2018	2019	2020
12,0%	19,1%	11,4%	8,3%	6,3%	14,1%

Além disso, a tabela a seguir apresenta a receita bruta média mensal por m²:

Em 31 de dezembro de (R\$ milhares)					
2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.0	3.5	3.8	4.0	4.1	4,4

Assim, a tabela abaixo demonstra a evolução das lojas da marca Assaí para os períodos indicados acima:

	Número de Lojas
31 de dezembro de 2017	126
Durante o ano de 2018	

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Lojas abertas	16
Lojas fechadas	—
Lojas transformadas para marca Assaf	2
31 de dezembro de 2018	144
Durante o ano de 2019	
Lojas abertas	21
Lojas fechadas	—
Lojas transformadas para marca Assaf	1
31 de dezembro de 2019	166
Durante o ano de 2020	
Lojas abertas	16
Lojas fechadas	1
Lojas transformadas para marca Assaf	3
31 de dezembro de 2020	184

De janeiro a maio de 2021, a Companhia abriu duas novas lojas da marca Assaf.

2015	Exercício social encerrado em 31 de dezembro				
	2016	2017	2018	2019	2020
71,4	92,6	117,5	145,1	168,8	179,2

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**7.1.A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:**

- a) *interesse público que justificou sua criação*
- b) *atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:*
- *os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”,*
 - *quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições, e*
 - *estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas,*
- c) *processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas*

Não aplicável à Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia opera no Brasil por meio do atacado de autosserviço (cash & carry) que consiste na comercialização de produtos alimentícios e não alimentícios a transformadores, utilizadores, revendedores e consumidores finais, por meio da bandeira Assaí.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**b) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia**

A partir de 31 de dezembro de 2020, a Companhia passou a ter um único segmento operacional, que é o atacado de autosserviço.

Exercício social findo em 31 de dezembro de						
Receita Líquida	2020		2019		2018	
	(em R\$ milhões)	% da Receita Líquida	(em R\$ milhões)	% da Receita Líquida	(em R\$ milhões)	% da Receita Líquida
Atacado de autosserviço	36.043	100%	28.082	92,9%	23.017	100,0%
Éxito	NA	NA	2.150	7,1%	-	n.a.
Total da Receita Líquida	36.043	100%	30.232	100,0%	23.017	100,0%
Total da Receita Bruta	39.536	-	32.992	-	25.092	-
Devoluções e cancelamento de vendas	-73		(68)		(49)	
Total de Impostos e contribuições sobre vendas e serviços prestados	(3.420)	-	(2.692)	-	(2.026)	-

c) lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

Exercício social findo em 31 de dezembro de						
Lucro Líquido - Operações continuadas	2020		2019		2018	
	(em R\$ milhões)	% do Lucro Líquido	(em R\$ milhões)	% do Lucro Líquido	(em R\$ milhões)	% do Lucro Líquido
Atacado de autosserviço	1.398	100%	1.047	99%	1.076	100%
Grupo Éxito	NA	NA	13	1%	-	n.a.
Total do Lucro Líquido	1.398	100%	1.060	100%	1.076	100%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Os produtos do Assaí são comercializados para transformadores, utilizadores, revendedores e consumidores finais. Apenas uma parcela dos produtos é produzida e/ou manuseada nas lojas, a partir de formulações elaboradas pela equipe de desenvolvimento e formação técnica de perécíveis.

A Companhia não produz os produtos que são vendidos por meio de marcas exclusivas. Estes produtos são produzidos por fornecedores selecionados, após avaliação da qualidade de seus serviços e a capacidade de atender a demanda. O desenvolvimento de produtos sob marca exclusiva é orientado por um processo, que tem como objetivo padronizar e assegurar a produção e o lançamento do produto dentro dos objetivos comerciais e estratégicos das marcas, bem como garantir o padrão de qualidade.

b) características do processo de distribuição

Para apoiar o crescimento no atacado de autosserviço, o Assaí possui modelos distintos de lojas adaptados para operar em regiões com realidades logísticas desafiadoras num país de dimensões continentais como o Brasil. Estes modelos englobam lojas com 100% do seu abastecimento diretamente pelos fornecedores, assim como lojas, normalmente em grandes centros urbanos, com 60% do seu volume abastecido pelo centro de distribuição. Esta estratégia resulta aproximadamente em um volume de distribuição de 70% entregue diretamente nas lojas e 30% entregue por meio de 10 centros de distribuição em 6 diferentes estados do Brasil. Os centros de distribuição são estrategicamente localizados para permitir o Assaí a trabalhar com abastecimento de itens de estoque de baixo giro. Tais vantagens são sustentadas pelo atual formato das lojas, que possuem ampla capacidade de armazenamento e pela área total de armazenamento dos centros de distribuição de aproximadamente 155.000 m².

Os processos de logística e distribuição são organizados de acordo com os produtos vendidos nas lojas. Assim, os processos de distribuição são orientados pelos procedimentos descritos abaixo.

Vendas com cartão de crédito

Todas as lojas da Companhia aceitam pagamentos para compras com os principais cartões de crédito, como MasterCard, Visa, Diners Club, American Express e cartões de crédito *co-branded* emitidos pela FIC. As lojas também aceitam cartões de crédito virtuais por meio de métodos como o Apple Pay. Não é necessária a concessão de crédito contas para essas transações, pois os riscos de crédito são assumidos pelas empresas de cartão de crédito ou bancos emissores.

A FIC é empresa brasileira que opera serviços financeiros em lojas da marca Assaí e nas lojas da CBD com direitos exclusivos para oferecer cartões de crédito, serviços financeiros e apólices de seguro, exceto para garantia estendida. A FIC opera há mais de dez anos e em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 tinha uma carteira de 3,2 milhões e 3,6 milhões de contas de cartão de crédito, respectivamente, de clientes (incluindo a carteira de Cartão Extra, Cartão Pão de Açúcar, Cartão Passaí e Cartão Ponto Frio). O Cartão Passaí é um cartão de crédito da bandeira associado à bandeira Assaí que oferece preços de cash & carry para clientes pessoa física. Em 31 de dezembro de 2020, mais de

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

1,2 milhão de Cartões Passaí foram emitidos. Neste sentido, a tabela abaixo indica o número acumulado de Cartões Passaí emitidos:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
(R\$ milhares)		
2018	2019	2020
613	1.048	1.273

A Companhia e a CBD detêm, cada uma, 50% da Bellamar, uma holding cujo único ativo é um investimento em 35,76% das ações da FIC. O Itaú Unibanco e a Via Varejo S.A. (ex-subsidiária da CBD) detêm 50% e 14,24%, respectivamente, das ações da FIC. O Itaú Unibanco determina as políticas financeiras e operacionais da FIC e indica a maioria de seus diretores.

A Companhia adquiriu 50% das ações da Bellamar em 31 de dezembro de 2020 no âmbito da reorganização societária.

A Companhia mantém sua estratégia de aumentar a participação dos cartões de crédito e serviços financeiros da FIC em suas lojas como uma importante ferramenta de fidelidade e mecanismo para aumentar as vendas e lucratividade adicional. Os cartões de crédito da FIC oferecem opções de pagamento para os titulares dos cartões nas lojas, com o objetivo de proporcionar-lhes benefícios e comodidade.

Tele vendas (Retira em loja)

O Assaí possui um canal de tele vendas, voltado predominantemente ao atendimento de pessoa jurídica, que permite aos clientes, em compras de maiores volumes, negociar diretamente melhores preços, volumes e condições de pagamento. Esse canal representou aproximadamente 9,5% de suas vendas totais em 2020 e 8,7% em 2019. Essa operação realiza prospecção ativa e receptiva com o mercado em geral, bem como a separação prévia dos produtos, proporcionando comodidade ao cliente de simplesmente retirar em loja.

Marketing e Tecnologia da Informação

Ademais, para se consolidar nos setores em que atua a Companhia possui estratégia de marketing focada em preços competitivos, experiência de compra agradável e um sortimento significativo de produtos sob medida para as regiões onde nossas lojas estão localizadas, que objetiva fidelizar e atrair novos clientes. Para tanto, a Companhia conta com equipes de *marketing* que são compostas por especialistas em *branding*, mídia, planejamento, promoções, eventos, inteligência de mercado, sustentabilidade e *trade marketing*, que se dedicam ao desenvolvimento de campanhas de marketing digital e offline de qualidade, dirigidas ao seu público-alvo de comerciantes, processadores, grandes usuários e consumidores finais. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia gastou R\$ 145 milhões e R\$ 143 milhões, respectivamente, em publicidade.

Em complemento a suas campanhas de *marketing*, a Companhia investiu R\$ 63,5 milhões e R\$ 63 milhões em tecnologia da informação nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, respectivamente. Através destes investimentos, a Companhia busca identificar oportunidades e mapear ganhos de eficiência, por meio da integração de serviços e funções em seus segmentos operacionais, com foco na governança e nos clientes.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

c) característica do mercado de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados (*market share*)

Dentro dos canais de vendas alimentares brasileiro, o atacado de autosserviço é o maior canal e o que possui a maior taxa de penetração nos domicílios brasileiros, atingindo 63% em 2020 segundo a Nielsen. São mais de 860 lojas desse formato no país, com faturamento anual que ultrapassa os R\$130 bilhões segundo a Nielsen. Atualmente, o Assaí é o segundo maior *player* do mercado, sendo que encerrou o ano de 2020 com 29% de *market share*.

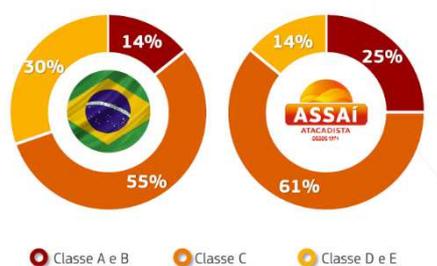
(ii) Condições de competição nos mercados

O setor de atacado de autosserviço vem se fortalecendo muito ao longo dos últimos anos no Brasil, apresentando crescimento ano após ano. Tal desenvolvimento tem se dado por meio de investimentos importantes realizados por redes já existentes, bem como pela transformação de Supermercados e Hipermercados em lojas Atacarejos.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (“ABRAS”), o setor varejista de alimentos brasileiro representou aproximadamente 7,5% do PIB brasileiro em 2020, e com receita bruta de aproximadamente R\$554 bilhões em comparação com aproximadamente R\$378 bilhões em 2019.

De acordo com o IBGE, a população total do Brasil era de aproximadamente 212 milhões em julho 2020, representando um crescimento de 0,77% desde julho de 2019. Dado que mais de 84% da população vive em áreas urbanas, onde estão localizadas a maior parte das operações da Companhia, e a população urbana tem aumentado a uma taxa maior do que a população como um todo, o negócio da Companhia está bem posicionado para se beneficiar do crescimento urbano do Brasil e das economias de escala relacionadas ao crescimento urbano.

Além da forte presença regional, a Companhia oferece amplo acesso à população brasileira, possuindo clientes em todas as classes sociais, sendo que no ano de 2018, de acordo com o Instituto Locomotiva e a FGV Social, seus clientes por classe social vs média do Brasil, representavam:



Segundo levantamento do IBGE, em 2020, a cidade de São Paulo tinha uma população estimada de 12,3 milhões e a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população estimada de 6,7 milhões, sendo estas as duas maiores cidades do Brasil. O estado de São Paulo tem uma população total estimada em 46 milhões, representando 21,9% da população brasileira e é o maior mercado consumidor da Companhia, com 77 lojas em 2020. O estado do Rio de Janeiro é o segundo maior mercado consumidor da Companhia, com 22 lojas em 2020.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Durante 2019, o consumo no Brasil aumentou 1,7%, enquanto o PIB do país cresceu 1,1%. Esse aumento do PIB deveu-se principalmente ao crescimento do segmento de serviços, principalmente no que diz respeito ao desempenho dos setores de varejo e imobiliário. A tabela a seguir apresenta os diferentes níveis de renda das famílias brasileiras, de acordo com o Índice de Potencial de Consumo de 2020 (IPC *Maps* 2020), publicado pela IPC Marketing Editora.

Níveis de Renda	<u>Renda média mensal</u>
	(R\$)
A	25.554
B1	11.279
B2	5.641
C1	3.085
C2	1.749
D/E	720

Entre nossos clientes, em 2019 aproximadamente 61% são classificados como classe de renda C, 25% como classe de renda A e B e 14% como classe de renda D e E.

De acordo com um estudo do IPC *Maps* 2020, os domicílios de classe A representam apenas 2,1% de todos os domicílios, as classes B1 e B2 representam coletivamente 20,9% de todos os domicílios, as classes C1 e C2, as mais representativas no Brasil, representam coletivamente 48,7% de todos os domicílios urbanos e as classes D e E representam coletivamente 28,3% de todos os domicílios. Nos últimos anos, o poder de compra médio e o número de domicílios urbanos das classes C, D e E aumentaram.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, não conseguimos conduzir um estudo de campo para atualizar esses números em 2020. Esperamos retomar essa atividade em 2021.

Considerando também que o salário mínimo mensal brasileiro aumentou 5% de R\$1.045 em fevereiro de 2020 para R\$1.100 em janeiro de 2021, a Companhia espera, como resultado de aumentos salariais graduais e de uma população em crescimento constante, que o aumento do consumo pelos níveis de renda mais baixos ocorra ao longo do tempo.

Além disso, atualmente, a rede Assaí tem como principais concorrentes Atacadão, Maxxi, Makro, Fort, Tenda, Roldão e diversos outros *players* regionais.

d) eventual sazonalidade

A Companhia vivencia historicamente sazonalidade em seu resultado operacional principalmente em virtude das vendas tradicionalmente mais intensas em época de festas, como Páscoa e Natal, além de seu mês de aniversário e a Black Friday.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável,*
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores, e*
- iii. eventual volatilidade em seus preços*

Em relação aos itens “i” e “iii” acima, a Companhia esclarece que, devido à sua base amplamente diversificada de produtos, não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

Para o item “ii”, as compras de produtos alimentares provêm de um grande número de fornecedores não afiliados. Como resultado, não há dependência de um único fornecedor.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) *montante total de receitas provenientes do cliente*

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b) *segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente*

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A operação de um empreendimento de atacado de autosserviço exige, em suas diversas etapas, contemplando desde a construção até a operação propriamente dita, um conjunto amplo de licenças e autorizações. Estas licenças e autorizações são concedidas por órgãos distintos para uma ampla gama de situações: viabilidade de implantação, remoção de solos, supressão de vegetação, execução da construção, utilização da área construída, segurança, etc.

As licenças e autorizações possuem fins diversos: fiscais, de engenharia, de segurança e ambientais, contemplando uma magnitude tal que precisa ser detalhada individualmente. Para o processo de construção até a operação de uma loja, é necessário obter até 86 licenças e autorizações.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, lei federal que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, inclusive, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou todos os empreendimentos potencialmente poluidores ou geradores de impacto ambiental. A responsabilidade pela concessão, de acordo com legislação específica, é definida de acordo com as características do empreendimento e com as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, pelo impacto negativo ser reduzido.

A atuação desses órgãos é distinta, conforme o tipo de atividades a serem exercidas, sendo certo que as atividades exercidas pela Companhia são, quando cabíveis, licenciadas pelas secretarias estaduais e municipais.

As principais diretrizes do licenciamento ambiental estão traçadas na Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e traz um conjunto de normas para a preservação ambiental. O processo de licenciamento ambiental, em regra, possui três etapas. A primeira é a Licença Prévia (LP), que deve ser solicitada na fase de planejamento ou ampliação do empreendimento. Essa licença apenas aprova a viabilidade ambiental e estabelece condições para o desenvolvimento do projeto, mas não autoriza sua instalação. A Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes nos projetos aprovados, fixando cronograma para execução e medidas mitigadoras para a implantação e controle ambiental. A Licença de Operação (LO) por sua vez, autoriza a operação da atividade após a verificação do devido cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores. Em alguns Estados a atividade desenvolvida pela Companhia pode ser dispensada de licenciamento ambiental, por ser atividade de baixo impacto ambiental.

Além das licenças ambientais, existem outras licenças necessárias para a operação de cada estabelecimento, como a licença de funcionamento expedida pelas prefeituras após a aprovação de projeto de construção e obtenção do Habite-se; a licença emitida pelo Corpo de Bombeiros, que em muitos Estados é denominada AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e a licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária dos municípios.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Para a obtenção de qualquer uma das licenças e autorizações exigidas pode ser solicitada, pelos órgãos pertinentes, estudos técnicos e projetos complementares.

(b) política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e adoção de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável a leva a buscar continuamente o equilíbrio nas questões econômicas, sociais e ambientais em sua operação, assim como em sua cadeia de valor, o que, por sua vez, aumenta o valor não só da Companhia, mas também a preocupação com seus *stakeholders* e toda a sociedade.

E tem algumas políticas públicas para suportar suas diretrizes e compromissos ambientais:

- política ambiental: https://www.assai.com.br/gestao-do-impacto-ambiental#politica_ambiental
- política de compra de carne bovina : https://www.assai.com.br/sites/default/files/politica_carnes_bovinas_2020.pdf

Alguns exemplos de ações que foram implementadas estão descritos no item 7.8 deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia é titular de diversas marcas e diversos nomes de domínio relevantes para o desenvolvimento das suas atividades. Tais marcas e nomes de domínio, bem como as possíveis consequências da perda de tais ativos, estão descritas na seção 9.1 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía receita proveniente do exterior.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui atividades no exterior.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 Políticas socioambientais

Atualmente, o Assaí segue as diretrizes e políticas de sua ex-controladora, a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). A área de Sustentabilidade da Companhia é fruto das iniciativas desenhadas nos últimos anos que foram implementadas buscando a inovação contínua e novos jeitos transformadores de fazer negócio. A partir dos nossos aprendizados, evoluímos e reforçamos o compromisso com a construção de um futuro mais sustentável e o fortalecimento de redes que geram valor compartilhado com todos os nossos públicos de relacionamento, atuando para aperfeiçoar e inovar o modelo de negócio da Companhia, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais responsável e inclusiva.

Por conta da capilaridade e abrangência das operações, a responsabilidade da Companhia como agente transformador da sociedade é ainda maior. Por isso, a área de Sustentabilidade da Companhia atua de acordo com as diretrizes adotadas globalmente pelo Grupo Casino, baseada em seis eixos prioritários e estratégicos.

- Transformação da cadeia de valor;
- Consumo e oferta consciente;
- Gestão do impacto ambiental;
- Engajamento com a sociedade.
- Gestão integrada e transparência;
- Valorização da nossa gente;

Para viabilizá-los, várias iniciativas vêm sendo implementadas nos últimos anos com a finalidade da Companhia ser, sempre, a primeira escolha dos clientes, gerando valor para o negócio e para milhares de vidas impactadas por ele. Para nortear/direcionar os compromissos socioambientais, a companhia segue as seguintes políticas:

- Código de ética da companhia
- Carta ética de fornecedores
- Política de Meio ambiente
- Política de direitos humanos e diversidade
- Política de compra de carne bovina

Outros tópicos que destacamos de nossas operações no ano de 2020 são os seguintes:

1. Transformação da cadeia de valor e Oferta Consciente:

Em 2018, nossa cadeia de suprimentos foi avaliada levando em consideração riscos sociais e ambientais do negócio. Após priorizar categorias específicas da cadeia de suprimentos e de produtos, um plano de ação foi definido, incluindo as seguintes ações com desdobramentos em 2020:

- **Bem-estar animal:** a produção de ovos foi elencada como uma das prioridades das cadeias de fornecimento para o tema de bem estar animal na companhia. Por isso o Assaí vem desenvolvendo uma agenda contínua de formações e sensibilizações para times internos e fornecedores, buscando o desenvolvimento dessa categoria e sistema produtivo da cadeia. Além disso, promovemos ovos livre de gaiolas, caipiras e orgânicos, por meio de ofertas, promoções e campanhas midiáticas de forma a aumentar a consciência de nossos clientes, desenvolvendo fornecedores e expandindo o abastecimento para garantir a disponibilidade em

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

nossas lojas. No segundo semestre de 2020, expandimos a oferta desse portfólio para 100% das lojas Assaí;

- Condições de trabalhos: todas as fábricas envolvidas na etapa de fabricação de produtos de origem em países considerados de risco, independentemente do tipo de fornecedor (agente, importador, comercializador, empresa exportadora, etc.) são elegíveis a auditorias sociais, cujo processo está previsto no “*Supplier Compliance Program (SCOP) – Supplier Manual*”, aplicável à todas as unidades de negócio do Grupo Casino;
- Compromisso com o combate ao desmatamento e conservação de biomas: todos os fornecedores frigoríficos que compram gado direto de fazendas, são obrigados, para fornecerem a companhia, utilizar uma ferramenta de geomonitoramento (imagens via satélite) para análise socioambiental das fazendas e, também têm a obrigação de enviar os dados por meio de um sistema de rastreabilidade da companhia. Fazendas e ou fornecedores que não estão em aderência com a política e procedimentos da Companhia são bloqueados.

2. Gestão do Impacto Ambiental

A Política de Gestão Ambiental do Assaí apresenta os princípios, compromissos e diretrizes que orientam a atuação da companhia, de seus colaboradores(as) e prestadores de serviço quanto à sustentabilidade e gestão ambiental, além de zelar pelo cumprimento das legislações vigentes. As diretrizes da Política de Gestão e Impacto Ambiental seguem as prioridades das Nações Unidas definidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em todos os seus projetos, ações e programas ambientais, o Assaí se compromete em seguir as normas e políticas ambientais vigentes, considerando todos os critérios descritos nas legislações, como a Política Nacional do Meio Ambiente, ou das Secretarias de Meio Ambiente, e acordos internacionais aos quais o Brasil tenha aderido, entre outras pertinentes ao segmento de negócios da companhia.

Para orientar nossas ações, estabelecemos quatro compromissos principais, que se desdobram em planos de ação com metas, monitorados e aprimorados constantemente. São eles: a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a redução da geração de resíduos, a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e o respeito a biodiversidade.

Eficiência Energética: As lojas do Assaí são construídas levando em consideração a eficiência energética e a gestão do impacto ambiental. As novas lojas, por exemplo, possuem iluminação 100% em LED; já vêm com sistema automatizado de ar-condicionado, que desliga automaticamente caso a temperatura esteja adequada; e são construídas com fachada de vidro e telhas translúcidas, iniciativas que reduzem o consumo de energia elétrica, que permitiram que a Companhia instituisse uma política de 3 horas de luzes desligadas por dia. Além disso, com o intuito de promover uma operação cada vez mais sustentável, o Assaí investe na instalação de usinas solares na cobertura de suas lojas, diminuindo a distância entre a geração e o consumo de energia, aproveitando áreas inutilizadas e aumentando a independência do fornecimento da distribuidora local. Ao todo, são oito unidades de usinas solares em operação, com mais de 14 mil painéis fotovoltaicos, que somam mais de 27 mil² de área (equivalente a 4 campos de futebol).

Iniciamos também em dezembro de 2019 o processo de migração para o Mercado Livre de Energia, que já gera uma economia de custo em torno de até 30 % e compreende 57% das lojas atuais. Dessas, 34 lojas são abastecidas por parque eólico. A expectativa é que 100% das lojas estejam migradas para o Mercado Livre de Energia até o final de 2021, utilizando energia 100% renovável, seja proveniente de pequenas centrais hidrelétricas, biogás, usinas solares ou eólicas. A iniciativa permite que deixemos de utilizar geradores a diesel em determinados horários, reduzindo a emissão de gases causadores do efeito estufa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Além disso, por meio de sua ex-controladora, a CBD, alcançou o resultado de A- em 2020 no CDP (*Carbon Disclosure Project*), e contou com indicadores do Assaí, contribuindo para a melhoria dessa classificação.

- Gases Refrigerantes: Com o objetivo de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrentes do vazamento de gases refrigerantes nas câmaras frigoríficas, máquinas e balcões refrigerados, o Assaí conta com inspeções periódicas promovidas pelo time de manutenção de cada loja, para identificar as fontes de vazamento e realizar a manutenção dos equipamentos. A substituição das máquinas e equipamentos nas lojas mais antigas do parque, e menos eficientes, consta no planejamento estratégico da área de Manutenção, e a implantação de tais projetos impactam positivamente na redução do consumo de gases refrigerantes;
- Logística Reversa: com o objetivo de incentivar atitudes sustentáveis por nossos clientes, e atender a legislações do segmento, ampliamos o número de estações de reciclagem no Assaí, atingindo 29 lojas. Em sua maioria, as estações são frutos de parceria com concessionárias de energia, em um projeto da ANEEL, que, como forma de incentivar a prática da reciclagem, bonifica usuários com créditos na fatura residencial de energia de forma proporcional à quantidade de resíduos reciclada. Como resultado, no primeiro semestre de 2020, coletamos mais de 400 toneladas de materiais recicláveis considerando todas as nossas estações de reciclagem no Assaí;
- Pilhas e baterias: O Assaí disponibiliza coletores portáteis em todas as suas lojas para receber pilhas e baterias descartadas do consumidor doméstico. Em 2020, foram coletadas mais de 17 toneladas de pilhas e baterias, que tiveram sua destinação ambientalmente adequada;
- Lâmpadas: O Assaí também disponibiliza aos seus clientes o programa de coleta de lâmpadas inutilizadas, através da parceria com a Reciclus. Hoje contamos com 75 lojas com pontos de coleta e, em 2020, destinamos mais de 17 toneladas de lâmpadas depositadas por nossos clientes;
- Doação FLV (frutas, legumes e verduras): em 2020, doamos mais de 1.100 toneladas de alimentos perecíveis (impróprios para venda, mas adequadas para consumo) a instituições parceiras. Ao todo, 101 lojas do Assaí participaram desse projeto ao longo do ano.

2. Engajamento com a Sociedade:

O Instituto GPA, braço social da CBD, é o responsável pela estratégia e operacionalização do investimento social do grupo e da companhia. No ano de 2020, diversas ações do Instituto tiveram enorme impacto na sociedade e, para o Assaí, podendo-se destacar:

Academia Assaí de Bons Negócios: criada em 2017, a Academia Assaí Bons Negócios promove o empreendedorismo no setor de alimentos em todo o País, por meio de quatro eixos de atuação: Informação, Formação, Reconhecimento e Apoio a outras instituições. Em 2020, reformulamos o portal da Academia Assaí Bons Negócios, tornando-o um hub de informação que oferece ainda mais conteúdo, notícias e dicas – sempre de forma 100% gratuita - para apoiar os(as) empreendedores(as), principalmente nesse período de pandemia, onde eles(as) tiveram que adaptar muitos aspectos de seus negócios. Entre as principais novidades em 2020, lançamos o podcast semanal “Negócio em Dia”, que traz discussões sobre temas atuais para empreendedores(as) da área de alimentação. Alinhado com o dinamismo da nova plataforma e o maior contato com o público-alvo, lançamos em agosto/2020 as mídias sociais próprias da Academia Assaí, o Instagram e o Facebook.

Premiação de reconhecimento de empreendedores(as) – Em 2020, pelo 3º ano consecutivo, foi realizado o Prêmio Academia Assaí Bons Negócios que reconhece e premia empreendedores(as) de

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

alimentos. Nessa edição participaram empreendedores certificados no curso “Superando Desafios” da Academia Assaí, que puderam se inscrever em uma das três categorias do prêmio - “Ponto de venda fixo”, “Vendedor(a) ambulante” e “Vendas por encomendas”. Devido ao cenário de pandemia de Covid-19, nesse ano a premiação foi reformulada para auxiliar e apoiar ainda mais esses(as) empreendedores(as) na gestão de seus negócios. O ano foi de incertezas e grandes mudanças no setor de alimentação, afetando diretamente os micro e pequenos negócios. Com isso, além de aumentar em 10 vezes o número de premiados, o apoio oferecido passou a ser de três meses. Foram apoiados 150 micros e pequenos(as) empreendedores(as) de alimentação – formalizados(as) ou não - em categorias de todas as regiões do Brasil para apoiar a sustentação desses negócios. Foram mais de 12 mil inscritos, 72% a mais que no ano anterior, e 150 vencedores(as), premiados(as) em diversas etapas, que receberam uma semana de capacitação online com aulas ministradas por diferentes especialistas em temas importantes para apoiar o enfrentamento à crise, e apoio financeiro por três meses, além de vales-compras, assessoria especializada e outros prêmios.

- Apoio às instituições que trabalham com apoio e fomento a microempreendedores(as) – Em 2020, foram estabelecidas parcerias com diversas organizações em todo o Brasil: a Preta Hub, que promove a Feira Preta, maior Feira de Empreendedorismo Negro da América Latina; Redes da Maré, que atua com o objetivo de facilitar a construção de trajetórias profissionais, em especial na área da gastronomia, de mulheres da comunidade da Maré, Rio de Janeiro (RJ); Vale do Dendê, que desenvolve o ecossistema de inovação e empreendedorismo de Salvador (BA), por meio da aceleração de negócios de empreendedores(as) locais do setor de alimentos; Ação Moradia, que busca promover o empreendedorismo comunitário na área de produção de alimentos, capacitando mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes na comunidade do Grande Morumbi em Uberlândia – MG; ASPLANDE, que qualifica e fomenta a atuação empreendedora de quituteiras da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro; o Instituto Empodera, que trabalha o fortalecimento de grupos produtivos na área de alimentos, compostos por mulheres em situação de alta vulnerabilidade no município de São Paulo; o Instituto Peabiru, que apoia a comercialização da produção de mel e de outros produtos da sociobiodiversidade amazônica, contribuindo para o empoderamento dos grupos sociais produtores, localizados em diversas comunidades do estado do Pará; e o Projeto Arrastão, que atua no município de São Paulo, na promoção e pré-aceleração de negócios da área da alimentação saudável, segura e acessível, trabalhando para ampliar o acesso ao mercado e a sustentabilidade desses negócios.
- Fundos Emergenciais para Empreendedores: ainda em 2020, o Assaí apoiou dois fundos emergenciais, voltados ao suporte a micro e pequenos(as) empreendedores(as) na superação dos desafios da crise gerada pela pandemia: [1] Fundo Periferia Empreendedora: ofereceu microcrédito para 252 nano e micro empreendedores(as), de diferentes setores e de todas as regiões do país, que apresentavam um bom fluxo de caixa nos últimos três meses, mas tiveram seus negócios impactados pela pandemia da Covid-19, entre os mais de 750 cadastrados(as). O valor aportado por meio da Academia Assaí Bons Negócios foi destinado para empreendedores(as) do setor de alimentos; e [2] Fundo emergências econômicas Éditodos: destinado à estruturação das ações emergenciais de apoio a empreendedores(as) negros e de periferia, por meio da colaboração de empresas, entre elas, o Assaí Atacadista, por meio do Instituto GPA. Foram mobilizados mais de R\$ 1,5 milhão para apoiar 500 nano e microempreendedores(as), com foco em mulheres, jovens negros(as) e que estão em contexto de vulnerabilidade. Os(as) beneficiados(as) também receberam conteúdos de apoio e mentoria a distância para apoiar a gestão de seus negócios.
- Agenda Solidária:

Temos um calendário de campanhas de solidariedade, com ações de arrecadação em nossas lojas junto aos clientes, colaboradores e fornecedores, que beneficiam centenas de instituições

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

sociais parceiras do Instituto GPA. Em 2020, frente ao desafiador cenário da Covid-19, focamos os esforços das campanhas de solidariedade em arrecadações para doação às instituições como apoio ao enfrentamento da pandemia. Até dezembro/2020, arrecadamos mais de 900 toneladas de alimentos doadas por nossos clientes em 22 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Além disso, o Assaí realizou a doação de 1.000 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza para apoiar famílias de todo o Brasil em situação de vulnerabilidade a superarem os desafios da pandemia, por meio de mais de 160 instituições sociais.

4. Gestão integrada e transparência:

Conforme informado no Comunicado Externo nº 017/2011 – DP de 23/12/2011 da B3, a CBD adota práticas de sustentabilidade e divulga, anualmente, o Relatório Anual de Sustentabilidade (“Relatório”) para reportar o seu desempenho e o da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental.

O relatório referente ao exercício de 2020 estará disponível para consultas no endereço: <http://www.gpari.com.br/>, na seção Informações Financeiras, no item Relatórios Anuais. No intuito de reforçar a sustentabilidade como pilar estratégico dos negócios, a Companhia está em linha com as diretrizes do Grupo Casino e da CBD.

Os relatórios referentes aos exercícios de 2014 a 2019 também estão disponíveis no site de Relações com Investidores da CBD, no endereço <http://www.gpari.com.br/>, seção Informações Financeiras, item Relatórios Anuais.

O relato obedece à metodologia Casino considerando o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 para os indicadores de desempenho e o período de outubro de 2018 a setembro de 2019 para os indicadores ambientais. Os temas e tópicos priorizados neste relatório estão de acordo com o estudo de materialidade e o conjunto de compromissos de sustentabilidade alinhados com as políticas adotadas globalmente pelo Grupo Casino, bem como a correspondência aos temas GRI (Global Reporting Initiative) e também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, conforme segue:

- Combate às mudanças climáticas
- Combate ao desperdício de alimentos
- Oferta de produtos sustentáveis e seguros
- Bom ambiente de trabalho com oportunidades de desenvolvimento
- Diversidade, inclusão e combate à discriminação
- Desenvolvimento de prática sustentáveis na cadeia de fornecimento garantindo respeito do meio ambiente e as pessoas
- Fortalecimento de Pequenos Empreendedores
- Governança, ética, transparência e combate à corrupção

A Companhia, para apresentar o relatório anual de sustentabilidade, passa pelo processo de asseguuração limitada sobre os indicadores definidos em escopo do auditor independente.

5. Valorização da nossa gente (Diversidade e Inclusão):

Somos a 10ª maior empregadora no Brasil, com 11 mil contratações por ano, sendo que ano após ano, estamos fortalecendo nosso foco em diversidade e inclusão, com uma agenda estratégica para promover a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade, combatendo toda e qualquer forma de violência e discriminação. Sobre isso, nós destacamos as seguintes iniciativas:

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

- Política de Diversidade e Direitos Humanos: em 2020 lançamos para todos os públicos internos e externos a nossa política de diversidade e direitos humanos, com o objetivo de estabelecer diretrizes relacionadas a estes temas, trazendo transparência sobre o nosso posicionamento e direcionamentos na busca de um ambiente livre de discriminação, que fomenta e valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades.
- Programa de Diversidade Assai: desde 2018, temos um programa estruturado com o objetivo de promover a inclusão, o diálogo respeitoso e a valorização da diversidade. Temos como foco 5 frentes de atuação: Gênero, Raça, Pessoa com deficiência, LGBTQI+ e Gerações e, todas as ações, tem como base uma atuação que busca a interseccionalidade dos temas, os direitos humanos e a equidade de oportunidades.
- Diálogos sobre Diversidade: desde 2019, mantemos um calendário anual sobre o tema de diversidade, com datas que são reconhecidas no mercado e que tem como objetivo trazer maior conscientização, entendimento e visibilidade a grupos historicamente excluídos. A agenda é composta de ações que vão desde comunicados, formações, vídeos, palestras e ações afirmativas junto à entidades que promovem a representatividade dos diversos públicos inerentes a nossas frentes de atuação (gênero, raça, pessoa com deficiência, LGBTQI+ e Gerações).
- Semana da Mulher: desde 2019, a semana da mulher é realizada para todas as filiais do Assai, com o objetivo de discutir junto à especialistas, lideranças e todos os colaboradores todos os temas que impactam nos avanços da equidade de gênero e empoderamento da mulher. Assuntos como Violência doméstica, Gênero com recorte em raça (Mulher Negra), Carreira e Maternidade foram alguns dos temas discutidos.
- Semana da Diversidade: em 2020, chegamos em sua 4ª edição em todas as unidades e, tem como objetivo a imersão sobre a temática de Diversidade e Inclusão, abordando todas as frentes (Gênero, Raça, LGBTQI+, Gerações e Pessoa com deficiência) de forma transversal e interseccional, possibilitando ampliar o conhecimento das lideranças e colaboradores, a visão e o engajamento na transformação do ambiente corporativo e da sociedade.
- Grupo de Diversidade: composto por líderes das diferentes áreas, tem como missão apoiar, promover e sustentar as diretrizes descritas na Política de Diversidade e Direitos Humanos, corroborando como aliado ao tema para as ações possam ser efetivas e transformadoras, impactando positivamente no clima, na marca e no negócio.
- Workshop com prestadores de serviços de segurança: Desde 2019, realizamos workshops sobre diversidade e inclusão em nossa sede em São Paulo, com todos os nossos prestadores de serviços especializados em segurança privada (vigilância) com o objetivo de reforçar nossos valores, diretrizes estratégicas e a melhoria dos processos de assistência a nossos clientes. Também discutimos nosso compromisso de promover e respeitar os direitos humanos e como trabalhamos para promover a diversidade, o respeito e a inclusão no local de trabalho.
- Formação para a equipe de Prevenção de Perdas: para garantir a melhor experiência para todos que visitam regularmente nossas lojas, desde 2015, temos descritos todos os procedimentos e realizamos capacitações regulares para o time de Prevenção de Perdas de todas as nossas filiais, com o objetivo de garantir que todos atuem de acordo com as normas internas de respeito, inclusão e não discriminação.
- Contratação e Promoção de Mulheres em Posições de Liderança: faz parte de nossas políticas internas a contratação e promoção de mulheres para cargos de liderança. A cada processo

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

seletivo, interno ou externo, nos programas de aproveitamento interno, como Trainee de Operações e Trainee Comercial-

- Treinamento sobre liderança inclusiva e Vieses Inconscientes: Em 2020, provemos treinamento sobre Liderança Inclusiva e vieses inconscientes, em parceria com uma consultoria especializada no tema para todos os colaboradores da área de Recursos Humanos (como recrutamento) e todos os gerentes, subgerentes e chefes de seção de nossas Lojas e Centro de Distribuição (CDs);

Todas essas iniciativas resultaram no atingimento de 29% de mulheres em cargos de diretoria, 23% de mulheres em cargos de liderança (gerentes e acima) e 5,3% de funcionários com deficiência em dezembro de 2020.

Prêmios 2019

Interbrand

Assaí figurou, pela segunda vez consecutiva, na lista das 25 marcas mais valiosas do Brasil. O Assaí ocupa a 22ª posição e obteve um crescimento de 20% em relação a 2018, com a avaliação da marca em R\$553 milhões.

Empresas Mais

Assaí foi reconhecido entre as empresas mais eficientes do País no segmento de varejo, “As 100 de maior impacto econômico” e “Top 10 de cada região”, como destaque no Sudeste. O prêmio avalia as empresas por meio de critérios econômicos e atuação nas áreas de Governança Corporativa e Inovação.

Prêmio Época Negócios Reclame AQUI

Assaí foi vencedor do Prêmio Época Negócios Reclame AQUI, na categoria Supermercados e Atacados. A premiação reúne as empresas que fazem um bom atendimento aos(as) clientes em diferentes segmentos de atuação, e o reconhecimento envolveu critérios rigorosos de seleção e votação popular.

Campeões da Década - Empresas da Década

Assaí foi destaque como uma das empresas da década no Prêmio Campeões da Década pelo serviço de Atacarejo. A premiação, realizada pela revista Consumidor Moderno, computou as notas registradas em diferentes edições do Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente e em outros rankings realizados pelo Grupo Padrão e pelo CIP.

Prêmios 2020

Prêmio O Melhor de São Paulo 2020

O Assaí foi o vitorioso do prêmio “O Melhor de São Paulo 2020”, pela quinta vez consecutiva, entre os atacadistas. A premiação é realizada pelo instituto de pesquisa Datafolha e reconheceu as marcas mais lembradas pelos(as) paulistanos(as) em 43 categorias de serviços.

Ranking 2020 IBEVAR-FIA

O Assaí foi a marca vencedora na categoria atacado no Ranking de Imagem do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR). A pesquisa analisa as maiores empresas do varejo nacional em três dimensões – imagem, faturamento e eficiência. O ranking de imagem engloba as empresas mais admiradas pelos(as) consumidores(as), apontadas a partir de levantamento nas redes sociais.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Melhores do Agronegócio - Revista Globo Rural

Fomos vencedores do Prêmio Melhores do Agronegócio na categoria Atacado e Varejo pela 11ª vez. A premiação, promovida pela Revista Globo Rural em parceria com a Serasa Experian, reconheceu empresas de 21 setores que se destacaram em 2020, com base nos dados contábeis e também nas iniciativas de responsabilidade socioambiental.

Prêmio Reclame Aqui 2020

Fomos vencedores na categoria supermercados e atacados do Prêmio Reclame Aqui 2020. A premiação, realizada por meio de votação popular, reconhece as empresas que promovem um atendimento de qualidade para seus(suas) clientes.

Prêmio Respeito - Empresas que Mais Respeitam o Consumidor 2020

Fomos vencedores do Prêmio Respeito - Empresas que Mais Respeitam o Consumidor 2020. Fomos reconhecidos na categoria Super e Hipermercado, e também na de Atacado, com o Assaí. O estudo trouxe as empresas que se destacaram no ano pela relação de confiança com os(as) seus(suas) consumidores(as), mostrando empatia e sintonia com as suas demandas. A pesquisa, conduzida pelo Centro de Inteligência Padrão (CIP) do Grupo Padrão, pela SKS CX e pelo Opinion Box, foi realizada com base nas percepções dos(as) consumidores(as) em relação às empresas com as quais mantiveram contato nos meses anteriores ao estudo.

Interbrand

Assaí figurou na lista das 25 marcas mais valiosas do Brasil, ocupando a 19ª posição, com a avaliação da marca em R\$580 milhões.

Prêmio Revista Exame “Majores e Melhores”

Assaí foi considerada em 2020 como uma das marcas de mais prestígio do Brasil, pelo prêmio “Majores e Melhores” da Revista Exame, um dos mais renomados do Brasil, que consiste em uma pesquisa anual com mais de mil brasileiros que ranqueia companhias de todos os segmentos.

Prêmio ABT

O Assaí Atacadista foi premiado na categoria Campanhas de Comunicação do Prêmio ABT, a maior premiação em Relacionamento com o Cliente do Brasil, com a Campanha de resposta à Covid-19 - Orgulho de trabalhar por você e Cuidando de um, cuidamos de todos (Classificação - Bronze).

BRANDZ

O Assaí Atacadista apareceu pela primeira vez no ranking das 25 marcas mais valiosas do Brasil no ranking Brandz, alcançando a 23ª posição com um valor da marca de US\$ 559 milhões.

EMPRESAS MAIS ESTADÃO

Conhecido como o maior e mais completo Ranking Empresarial do País, a publicação avalia os critérios econômicos e a atuação de cada empresa nas áreas de Governança Corporativa e Inovação. Definindo assim, as empresas com melhor gestão e resultados. Neste contexto, o Assaí ficou em 1º lugar na Categoria Varejo (Empresa Mais Eficiente), 2º lugar Empresa de maior impacto econômico e 2º lugar - Destaque da Região Sudeste.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor nos últimos três exercícios.

Para histórico de operações, vide itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não há contratos relevantes celebrados pela Companhia, ou suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor.*****a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização***

Os principais ativos imobilizados da Companhia são (i) os imóveis em que estão localizadas as suas lojas, sejam próprias ou locadas de terceiros, (ii) as benfeitorias e melhoramentos realizados nesses imóveis, e (iii) os demais ativos imobilizados neles localizados, tais como edificações, equipamentos, *hardware*, imobilizados em andamento, instalações, móveis e utensílios, além de terrenos, com relação aos imóveis próprios.

A tabela abaixo indica os valores (em milhares de Reais) dos ativos imobilizados acima mencionados, em 31 de dezembro de 2020:

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

UF	Terrenos	Edifícios	Benfeitorias e Melhoramentos	Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Ágio	Software	Fundo de Comercio	Marca	Total Geral
AC	-	-	11.643	-	23	-	-	491	-	-	3	-	-	12.160
AL	-	60.608	44.562	13.682	3.118	8.133	-	1.402	551	-	52	-	-	132.108
AM	-	45.742	57.545	7.434	5.135	4.889	-	2.850	493	-	38	-	-	124.127
AP	-	12.509	34.355	6.608	3.646	3.618	-	110	865	-	9	-	-	61.720
BA	15.070	353.721	214.126	66.671	19.489	34.901	-	2.316	4.827	-	290	3.800	-	715.211
CE	13.610	94.918	107.138	25.381	11.461	15.879	-	2.975	1.477	-	224	-	-	273.064
DF	-	24.728	42.598	8.624	2.438	5.790	-	289	682	-	38	-	-	85.187
GO	17.400	167.114	69.660	22.596	7.827	13.903	-	94	2.021	-	126	-	-	300.741
MA	-	53.150	97.512	24.186	3.641	10.169	-	1.305	1.466	-	17	-	-	191.446
MG	29.140	59.631	2.932	6.117	3.834	4.324	-	942	727	-	41	-	-	107.689
MS	20.741	75.777	30.351	10.576	4.544	7.690	-	254	1.116	-	71	-	-	151.118
MT	70.426	100.678	97.353	13.891	9.340	8.590	-	2.698	351	-	53	-	-	303.380
PA	-	86.484	130.081	24.853	8.551	13.365	-	4.056	2.243	-	113	-	-	269.747
PB	-	34.971	15.651	3.752	1.398	3.737	-	4.260	185	-	83	-	-	64.037
PE	24.997	109.573	160.126	36.810	18.715	20.620	-	5.337	1.835	-	102	-	-	378.115
PI	5.423	47.615	55.004	15.062	4.892	7.892	-	2.214	1.507	-	44	-	-	139.652
PR	-	102.217	76.701	17.360	8.621	7.688	-	3.751	955	-	83	-	-	217.377
RJ	10.659	358.700	408.246	82.319	43.278	41.892	-	12.077	4.288	-	147	120.002	-	1.081.608
RN	-	17.957	38.400	5.726	3.707	3.493	-	-	331	-	13	-	-	69.628
RO	-	15.525	33.008	7.965	1.680	3.579	-	41	771	-	8	-	-	62.578
RR	-	10.211	41.150	7.454	3.321	4.216	-	303	807	-	2	-	-	67.464
SE	16.342	47.313	54.057	13.183	3.729	6.563	-	778	1.091	-	46	-	-	143.101
SP	257.040	1.112.427	778.447	214.917	96.265	107.933	0	19.522	9.448	616.673	69.614	187.397	38.639	3.508.322
TO	-	43.137	199	5.234	1.423	3.441	-	-	450	-	13	-	-	53.897
Total Geral	480.847	3.034.705	2.600.844	640.402	270.075	342.308	0	68.065	38.486	616.673	71.233	311.199	38.639	8.513.477

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 24 lojas, e dois terrenos que poderão ser desenvolvidos como locais para novas lojas no futuro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia alugado as 160 lojas restantes e os 10 centros de distribuição e depósitos que operam no Brasil e os imóveis onde a sede da Companhia está localizada. Estes arrendamentos são geralmente realizados por um prazo de cinco a vinte e cinco anos e preveem pagamentos mensais de aluguel com base em uma porcentagem das vendas acima de um valor mínimo acordado e pagamentos mensais fixos. A Companhia tem somente um para vencer em 2021, que está programado para expirar em julho de 2021. Este aluguel está sujeito a uma renovação automática de 10 anos, a menos que a Companhia decida por rescindi-lo antes de seu vencimento, o que não é esperado de se acontecer. Neste sentido, as tabelas a seguir apresentam o número e a área total de vendas das lojas próprias e alugadas da Companhia, e o número e área total de armazenamento de depósitos próprios e alugados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020

	Imóveis próprios		Imóveis Locados		Total	
	Nº	Área (m ²)	Nº	Área (m ²)	Nº	Área (m ²)
Lojas Assaí	24	107.362	160	701.669	184	809.061
Depósitos	0	0	10	155.642	10	155.642
Total	24	107.362	170	857.341	194	964.703

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

	Imóveis próprios		Imóveis Locados		Total	
	Nº	Área (m ²)	Nº	Área (m ²)	Nº	Área (m ²)
Lojas Assaí	33	140.533	133	572.081	166	712.613
Depósitos	1	3.700	8	146.228	9	149.928
Total	34	144.233	141	718.309	175	862.541

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

b) ativos intangíveis tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores da Companhia, informando: (i) duração, (ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, e; (iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Ativo	Marcas
Descrição	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a marca mais importante da Companhia era Assaí, a qual está devidamente registrada no INPI, e nessa mesma época a Companhia tinha diversas outras marcas registradas ou em processo de registro no Brasil e no Exterior. A Companhia não detinha qualquer patente registrada em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>A Companhia possui registros válidos, ou pedidos de registros em andamento, para as marcas utilizadas na identificação de seus principais produtos e serviços.</p>
i. duração	O registro das marcas no Brasil tem prazo de 10 anos (contados de sua concessão ou prorrogação), prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos.
ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise podem ser negados ou contestados como, por exemplo, através de oposição. Os registros de marca já concedidos podem ser igualmente contestados como, por exemplo, através de processos de nulidade ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida no certificado de registro. A manutenção dos registros das marcas é realizada através do pagamento de contribuições periódicas ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Alguns dos registros e pedidos de registro de marcas da Companhia no exterior estão sendo contestados por meio dos procedimentos acima informados e aguardam decisão definitiva a respeito da titularidade. As defesas e os recursos pertinentes foram apresentados conforme o caso.</p> <p>No âmbito judicial, um registro de marca já concedido pelo INPI pode ser contestado em juízo por um terceiro interessado. Ainda, embora a Companhia seja titular dos registros de suas marcas, e mantenha controle e monitoramento sobre elas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual. No entanto, a Companhia entende que o risco deste tipo de demanda é baixo.</p>
iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros,

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

	podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
--	---

Ativo	Nomes de Domínios
Descrição	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era titular de diversos domínios diferentes, sendo o mais relevante deles: http://www.assai.com.br
i. duração	No Brasil, o prazo de validade dos domínios varia de acordo com o registro. A Companhia pode pedir prazo de 1 a 10 anos, de acordo com a importância do nome para ela, o que quer dizer que ela pede prazo maior para os nomes de domínio mais importantes, como os domínios elencados acima.
ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	O não pedido de renovação do registro na entidade em que o nome está registrado ou a falta de pagamento das renovações no tempo estipulado podem causar a perda dos direitos relativos a esses ativos.
iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos de utilizar os domínios e implica a impossibilidade de impedir terceiros de solicitar registro dos nomes de domínio idênticos ou semelhantes. Após o prazo ordinário de renovação, existe um prazo extraordinário, que varia de acordo com a entidade, para pedir renovação. No entanto, neste prazo a entidade está aberta a pedidos de terceiros também. Após o prazo, o domínio é excluído e se torna disponível para registro por terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

c) Sociedades em que a companhia detém participação e a respeito delas informar

- (i) denominação social,*
- (ii) sede,*
- (iii) atividades desenvolvidas,*
- (iv) participação do emissor,*
- (v) se a sociedade é controlada ou coligada,*
- (vi) se possui registro na CVM,*
- (vii) valor contábil da participação,*
- (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários,*
- (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil,*
- (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados,*
- (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais,*
- (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação*

Na data de apresentação deste Formulário, a Companhia não possuía participação em nenhuma sociedade.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Ao invés de descrever a extensa lista de ativos, a Companhia entende ser mais útil e proveitoso aos seus acionistas a informação incluída no item 9.1 (Bens do ativo não-circulante outros), segundo o qual é possível analisar a distribuição geográfica dos principais ativos imobilizados da Companhia.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Todos os domínios listados no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1-Outros; item (i)	Vide cap 9.1-Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)
Marcas	Todas as marcas listadas no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1- Outros; item (i)	Vide cap 9.1 - Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário, a Companhia não possuía participação em nenhuma sociedade.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 22 de fevereiro de 2021, inclusive as Notas Explicativas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de setembro de 2020 foi autorizado o início dos estudos para a segregação da Companhia do Grupo Pão de Açúcar (“GPA”) por meio de uma operação de cisão parcial (“Cisão”).

A Cisão foi precedida da transferência da participação acionária no Éxito detida pela Companhia e a transferência de certos ativos operacionais para o GPA.

O propósito da Cisão foi liberar o pleno potencial dos negócios da Companhia, permitindo que opere de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e oportunidades de mercado. Adicionalmente, a Cisão permitirá acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento.

Com a implementação da Cisão, as ações de emissão da Companhia detidas pelo GPA foram distribuídas aos acionistas do GPA, na exata proporção das participações por eles detidas no capital social do GPA. A referida distribuição ocorreu após a obtenção, pela Companhia, da listagem das ações de sua emissão no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, juntamente com a listagem de ADSs (*American Depositary Securities*) representando ações da Companhia na *New York Stock Exchange* (NYSE).

Em 11 de dezembro de 2020 a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº480/2009.

Em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos *American Depositary Securities* (“ADS”) de emissão da Companhia na *New York Stock Exchange* (“NYSE”).

Os montantes das demonstrações do resultado de 2019 estão sendo reapresentados, devido a desconsolidação do Grupo Éxito. Maiores detalhes estão na nota explicativa 1.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2020, a Companhia, através da sua bandeira Assaí fortaleceu a sua presença no mercado brasileiro com a abertura de 19 novas lojas no território brasileiro, concretizando mais um ano de forte expansão e sucesso para a bandeira, com crescimento de 14% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo *cash and carry* já incorporado à rotina dos (as) seus (suas) clientes. A Companhia encerrou o ano de 2020 com 184 lojas de atacado de autosserviço em operação em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal, possibilitando encerrar o ano com vendas líquidas de R\$ 36,0 bilhões, com um crescimento de 28%, bem como apresentou a continuidade no avanço de fluxo de clientes, ganhos de market share e evolução da rentabilidade, resultado principalmente da: (i) excelente performance das lojas do Assaí inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores; e (ii) diluição das despesas operacionais.

O ano de 2020 registrou importantes avanços, mesmo em meio à pandemia da COVID-19 e a um cenário econômico desafiador e de consumo fortemente impactado pelos altos índices de desemprego:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 29,3% em relação ao ano anterior, fechando 2020 em R\$ 39,5 bilhões. Também registrou 26,7% de crescimento do EBITDA ajustado pelos Resultados da Equivalência Patrimonial e Outras Despesas e Receitas Operacionais, que totalizou R\$ 2,7 bilhões, e R\$ 1,4 bilhão de lucro líquido.

O nível de alavancagem atingiu -1,60x dívida líquida/EBITDA ajustado, apresentando uma melhora em relação a 2019 (-1,71x). Ao longo de 2020 efetivamos a amortização de parte dos empréstimos e juros incorridos no período, no valor total de R\$ 1.790 milhões.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1,410 bilhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 85,5% quando comparado com 31 de dezembro de 2019.

A Companhia apresentou uma situação de liquidez confortável ao longo dos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez corrente da Companhia era de 0,98x, comparado a 0,91x em 31 de dezembro de 2019 e 0,83x em 31 de dezembro de 2018.

Graças a uma forte geração de caixa operacional no período, o índice de liquidez fica estável mesmo com um alto nível de investimento. A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, 6 postos de gasolina e a operação do Grupo Êxito foram transferidas para a Companhia Brasileira de Distribuição (GPA). Em 2020, a atividade cash and carry, retratada das operações transferidas para o GPA, apresentou forte geração de caixa operacional (R\$ 2,1 bilhões) e uma dívida líquida/EBITDA ajustado pré-IFRS 16 de -1,76x (vs -3,77x em 2019).

R\$ milhões	2020	2019	2018
Ativo Circulante	8.349	12.282	4.198
Passivo Circulante Pré-IFRS16	8.551	13.526	5.044
Índice liquidez corrente	0,98	0,91	0,83

Endividamento

(R\$milhões)	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Dívidas de curto prazo	(2.063)	(1.443)	(633)
Empréstimos e financiamentos	(223)	(287)	(633)
Debêntures	(1.840)	(1.156)	-
Dívidas de longo prazo	(5.700)	(7.338)	(93)
Empréstimos e financiamentos	(941)	(611)	(93)
Debêntures	(4.759)	(6.727)	-
Total Dívida bruta	(7.763)	(8.781)	(726)
Caixa e Aplicações financeiras	3.532	5.026	1.411
Dívida líquida	(4.231)	(3.755)	685
EBITDA Ajustado	2.591	2.130	1.563
Carteira de recebíveis de cartão de crédito não antecipadas	80	28	38
Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados	(4.151)	(3.727)	723

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados / EBITDA Ajustado	-1,60	-1,71	0,46
---	--------------	--------------	-------------

A Companhia encerrou 2020 com alavancagem de -1,60x dívida líquida/EBITDA ajustado, apresentando uma melhora em relação a 2019 (-1,71x). A dívida líquida, ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados, totalizou R\$ 4.151 milhões em 2020. Excluindo o Êxito da posição de 2019, a dívida líquida de 2020 apresenta uma redução de R\$ 2.412 milhões, resultado de uma forte geração de caixa operacional após os investimentos de R\$ 931 milhões, além do recebimento de R\$ 1.399 milhões em dividendos provenientes do Êxito e de R\$ 505 milhões em operações de SLB.

A Companhia encerrou 2020 com posição financeira robusta, tendo R\$ 3.532 milhões de caixa, equivalente a 1,71x a posição de dívida de curto prazo. Por fim, o saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ 80 milhões.

A dívida bruta sofreu uma redução de R\$ 1,018 bilhão, totalizando R\$ 7,763 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 6,599 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas de CDI + 1,60% a.a. a CDI + 2,20% a.a. e vencimento de 2020 a 2023 (1ª emissão de Sendas, em 4 séries) para aquisição do Êxito.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital

(R\$milhões)	31.12.2020	AV 2020	31.12.2019	AV 2019	31.12.2018
Passivo (Circulante e Não Circulante)	17.411	92,5%	26.204	73,0%	6.841
Total Patrimônio Líquido	1.410	7,5%	9.701	27,0%	4.092
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	18.821	100,0%	35.905	100,0%	10.933

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante), e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Administração acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis, garantem a Companhia plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela Companhia

A captação de recursos em 2020, 2019 e 2018 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ainda em relação a 2019, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2020, 2019 e 2018, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião da Administração, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprido essas restrições***i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes***

As tabelas abaixo apresentam o endividamento da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

Em R\$ milhões

	Taxa média	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
<u>Debêntures</u>				
Debêntures	CDI+2,44% a.a.	6.644	7.962	-
Custo de captação		(45)	(79)	-
		6.599	7.883	-
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda nacional</u>				
BNDES	3,72% a.a.	-	23	30
Capital de giro	TR+9,8% a.a.	72	84	95
Capital de giro	CDI + 1,97% a.a.	910	500	-
Contratos de <i>swap</i>		(11)	(10)	(9)
Custo de captação		(14)	(13)	(2)
		957	584	114
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro	IBR3M + 2%	-	46	275
Capital de giro	USD + 2,35%	264	287	380
Contratos de <i>swap</i>		(57)	(18)	(43)
Custo de captação		-	(1)	-
		207	314	612
Total		7.763	8.781	726

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

Vencimento	31.12.2020
De 1 a 2 anos	2.484
De 2 a 3 anos	2.790
De 3 a 4 anos	224
De 4 a 5 anos	224
Após 5 anos	8
Subtotal	5.730
Custo de captação	(30)
Total	5.700

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência.

Financiamento do capital de giro e Debêntures

A Companhia utiliza a emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber)/Patrimônio Líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA conforme tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Sendas	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
DL/EBITDA	3,0	3,25	3,25	3,25	2,5	2,75	2,75	2,75	2,0	2,25	2,25	2,25	2,0
DL/PL	4,5	5,0	5,0	5,0	3,0	3,5	3,5	3,5	2,0	2,5	2,5	2,5	2,0

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

Swaps

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2020 foi de 2,76% (5,96% em 31 de dezembro de 2019).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões

Descrição	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31.12.2020
				Emissão	Vencimento			
1ª Emissão de Notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04.07.2019	05.07.2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53
1ª Emissão de Notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04.07.2019	04.07.2022	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53
1ª Emissão de Notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04.07.2019	04.07.2023	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	267
1ª Emissão de Notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04.07.2019	04.07.2024	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	214
1ª Emissão de Notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04.07.2019	04.07.2025	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	213
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2021	CDI + 1,74% a.a.	876	1.762
1ª Emissão de Debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2022	CDI + 1,95% a.a.	1.004	2.033
1ª Emissão de Debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2023	CDI + 2,20% a.a.	1.005	2.049
Custo de captação								(45)
								6.599

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 (R2) “Arrendamento Mercantil”.

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo de arrendamento pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares), desde que não haja a opção de compra do item implícita no contrato.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

Em R\$ milhões

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos:			
Até 1 ano	172	404	81
De 1 a 5 anos	866	1.323	347
Mais de 5 anos	1.738	2.024	752
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	2.776	3.751	1.180
Encargos futuros de financiamento	2.478	2.347	1.141
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	5.254	6.098	2.321

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. *Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.*

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (*swap*, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) Limites dos financiamentos já contratados, percentuais já utilizados

Em dezembro de 2020 não havia limites de crédito contratados e não utilizados. Em 2019, a Companhia possuía R\$ 400 milhões de limites disponíveis através de “*revolving lines*”.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram a proposta de reorganização societária, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2020.

Demonstração de Resultados

Demonstração do Resultado

R\$ - Milhões

ASSAÍ CONSOLIDADO					
31.12.2020	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AH 2019 x 2018	31.12.2018	
Reapresentado					
Receita Bruta de Vendas	39.536	29,3%	30.574	21,8%	25.092

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	36.043	28,3%	28.082	22,0%	23.017
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(30.095)	29,0%	(23.327)	23,8%	(18.835)
Depreciação e Amortização - Custo	(34)	54,5%	(22)	120,0%	(10)
Lucro Bruto	5.914	25,0%	4.733	13,4%	4.172
Despesas com Vendas	(2.811)	23,7%	(2.273)	19,1%	(1.908)
Despesas Gerais e Administrativas	(435)	23,6%	(352)	28,0%	(275)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	n/a	-	n/a	-
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(97)	781,8%	(11)	266,7%	(3)
Total Lucro Operacional	2.571	22,6%	2.097	5,6%	1.986
Depreciação e Amortização	(503)	27,3%	(395)	26,2%	(313)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	2.068	21,5%	1.702	1,7%	1.673
Receitas financeiras	343	45,3%	236	-215,7%	(204)
Despesas financeiras	(786)	80,3%	(436)	-619,0%	84
Resultado financeiro líquido	(443)	121,5%	(200)	66,7%	(120)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.625	8,2%	1.502	-3,3%	1.553
Imposto de Renda e Contribuição Social	(436)	2,3%	(426)	-10,7%	(477)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.189	10,5%	1.076	0,0%	1.076
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	367	-2.393,8%	(16)	n/a	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.556	46,8%	1.060	-1,5%	1.076
Participação dos Acionistas Não Controladores	(158)	1.115,4%	(13)	n/a	-
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	1.398	33,5%	1.047	-2,7%	1.076

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2020 vs. 31 de dezembro de 2019

Demonstração do Resultado - Consolidado	ASSAÍ CONSOLIDADO				
	31.12.2020	31.12.2019	AH 2020 x 2019	31.12.2018	AH 2019 x 2018
Receita Bruta de Vendas	39.536	30.574	29,3%	25.092	21,8%
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	36.043	28.082	28,3%	23.017	22,0%
Lucro Bruto	5.914	4.733	25,0%	4.172	13,4%
Margem Bruta	16,4%	16,9%	-0,5 p.p.	18,1%	-1,2 p.p.
Despesas com Vendas	(2.811)	(2.273)	23,7%	(1.908)	19,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(435)	(352)	23,6%	(275)	28,0%
Desp. com vendas, gerais e administrativas	(3.246)	(2.625)	23,7%	(2.183)	20,2%
% da Receita líquida	-9,0%	-9,3%	0,3 p.p.	-9,5%	0,2 p.p.
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	n/a	-	n/a
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(97)	(11)	781,8%	(3)	266,7%
Depreciação e Amortização	(503)	(395)	27,3%	(313)	26,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro líquido	(443)	(200)	121,5%	(120)	66,7%
% da Receita líquida	-1,2%	-0,7%	-0,5 p.p.	-0,5%	-0,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	1.398	1.047	33,5%	1.076	-2,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 28,3% em 2020, passando de R\$ 28,082 bilhões em 2019 para R\$ 36,043 bilhões em 2020.

O aumento na receita líquida está em linha com o plano de expansão que a Administração da Companhia vem realizando nos últimos anos, no ano de 2020 tivemos a abertura de 19 novas lojas (22 lojas em 2019), contribuindo para o crescimento de 14% na área de vendas, confirmando a assertividade da estratégia de expansão do modelo.

Lucro Bruto

Em 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 5,914 bilhões, aumento de R\$ 1,181 bilhão ou 25,0% em relação a 31 de dezembro de 2019. A margem bruta atingiu 16,4%, patamar 0,5 p.p. inferior a 2019, explicado pela significativa quantidade de lojas em processo de maturação.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 2,625 bilhões em 2019 para R\$ 3,246 bilhões em 2020, crescimento de 23,7%, resultado das lojas inauguradas em 2020 e impacto da inflação nas despesas.

Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 11 milhões em 2019 para R\$ 97 milhões em 2020. O aumento está principalmente relacionado com as despesas da reestruturação societária e com despesas incrementais relacionadas à COVID-19.

Depreciação e Amortização

Em 2020, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 537 milhões, representando um aumento de 28,8% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 417 milhões em 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização relacionadas à abertura e conversões de lojas durante o ano de 2020.

Resultado Financeiro, líquido

Em 2020, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 443 milhões, representando 1,2% da receita líquida (0,7% em 2019). Esse aumento está impactado principalmente pela emissão da primeira série de debêntures e pelo impacto dos juros sobre passivo de arrendamento. .

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores da Companhia em 2020 foi de R\$ 1,398 bilhão (R\$ 1,047 bilhão em 2019) representando um aumento de 33,5%, resultado da melhor performance operacional e assertividade das estratégias adotadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, 6 postos de gasolina e a operação do Grupo Êxito foram transferidas para a Companhia Brasileira de Distribuição (GPA). O resultado da atividade cash & carry, retratado das operações transferidas para o GPA, atingiu uma receita bruta de R\$ 39,369 bilhões em 2020 com um crescimento de 29,6% e uma receita líquida de R\$ 35,950 bilhões com avanço de 29,3%, em linha com o plano de expansão. A margem bruta, apesar da grande quantidade de lojas em maturação, atingiu 16,4% (0,1 p.p inferior a 2019). As despesas apresentaram redução de +0,5 p.p vs 2019, graças aos ganhos de produtividade e à inflação de commodities. O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 2,696 bilhões e teve crescimento de +38,4%, superior à evolução da receita bruta, com aumento de margem de +0,5 p.p. O lucro líquido alcançou R\$ 1,003 bilhão com margem de 2,8%.

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 22,0% em 2019, passando de R\$ 23,017 bilhões em 2018 para R\$ 28,082 bilhões em 2019.

O aumento na receita líquida está em linha com o plano de expansão que a Administração da Companhia vem realizando nos últimos anos, no ano de 2019 tivemos o recorde de abertura de lojas com 22 lojas (18 lojas em 2018), contribuindo para o crescimento de 20% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R\$ 4,733 bilhões, aumento de R\$ 561 milhões ou 13,4% em relação a 31 de dezembro de 2018. A margem bruta atingiu 16,9%, patamar 1,2 p.p. inferior a 2018.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 2,183 bilhões em 2018 para R\$ 2,625 bilhões em 2019, crescimento de 20,2%, resultado das lojas inauguradas no período e impacto da inflação nas despesas.

Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 3 milhões em 2018 para R\$ 11 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de reestruturação e relacionadas à aquisição do Êxito.

Depreciação e Amortização

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 417 milhões, representando um aumento de 29,1% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 323 bilhão em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização relacionadas à abertura de lojas durante o ano de 2019.

Resultado Financeiro, líquido

Em 2019, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 200 milhões, representando 0,7% da receita líquida (0,5% em 2018). Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 4,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Êxito.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro Líquido**

O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores da Companhia em 2019 foi de R\$ 1,047 bilhão (R\$ 1,076 bilhão em 2018) representando uma redução de 2,7%, impactado pelos gastos não recorrentes para aquisição do Éxito. Excluindo-se esses gastos o lucro líquido teria um aumento de aproximadamente 6,1% quando comparado com 2018.

Balanco Patrimonial

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Balanco Patrimonial – Ativo Consolidado

(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Ativo Circulante	8.349	44,4%	-32,0%	12.282	34,2%	192,6%	4.198	38,4%
Caixa e equivalentes de caixa	3.532	18,8%	-29,7%	5.026	14,0%	256,2%	1.411	12,9%
Contas a Receber	182	1,0%	-62,9%	491	1,4%	258,4%	137	1,3%
Estoques	3.739	19,9%	-28,0%	5.190	14,5%	132,2%	2.235	20,4%
Impostos a recuperar	768	4,1%	-31,4%	1.119	3,1%	231,1%	338	3,1%
Ativos mantidos para venda	-	0,0%	-100,0%	52	0,1%	na	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	57	0,3%	96,6%	29	0,1%	-32,6%	43	0,4%
Outras contas a receber	34	0,2%	-83,5%	206	0,6%	505,9%	34	0,3%
Outros ativos circulantes	37	0,2%	-78,1%	169	0,5%	na	-	0,0%
Ativo Não Circulante	10.472	55,6%	-55,7%	23.623	65,8%	250,7%	6.735	61,6%
Impostos a recuperar	866	4,6%	-10,0%	962	2,7%	3,6%	929	8,5%
Instrumentos financeiros derivativos	11	0,1%	0,0%	11	0,0%	22,2%	9	0,1%
Partes relacionadas	178	0,9%	83,5%	97	0,3%	781,8%	11	0,1%
Depósitos judiciais	134	0,7%	10,7%	121	0,3%	2,5%	118	1,1%
Outras contas a receber	-	0,0%	-100,0%	37	0,1%	na	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	1	0,0%	-98,8%	84	0,2%	na	-	0,0%
Investimentos	769	4,1%	140,3%	320	0,9%	na	-	0,0%
Propriedade para investimento	-	0,0%	-100,0%	3.051	8,5%	na	-	0,0%
Imobilizado	7.476	39,7%	-49,0%	14.652	40,8%	214,8%	4.655	42,6%
Intangíveis	1.037	5,5%	-75,8%	4.288	11,9%	323,3%	1.013	9,3%
TOTAL DO ATIVO	18.821	100,0%	-47,6%	35.905	100,0%	228,4%	10.933	100,0%

Balanco Patrimonial – Passivo Consolidado

(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Passivo Circulante	8.723	46,3%	-37,4%	13.930	38,8%	171,8%	5.125	46,9%
Fornecedores	5.058	26,9%	-48,2%	9.770	27,2%	170,9%	3.607	33,0%
Passivo de arrendamento	172	0,9%	-57,4%	404	1,1%	398,8%	81	0,7%
Empréstimos e financiamentos	280	1,5%	-11,4%	316	0,9%	-53,3%	676	6,2%
Debêntures	1.840	9,8%	59,2%	1.156	3,2%	na	-	0,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Salários e encargos sociais	371	2,0%	-35,1%	572	1,6%	132,5%	246	2,3%
Impostos e contribuições a recolher	104	0,6%	-68,2%	327	0,9%	155,5%	128	1,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	424	2,3%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22	0,1%	100,0%	11	0,0%	na	-	0,0%
Partes relacionadas	41	0,2%	-73,0%	152	0,4%	46,2%	104	1,0%
Receitas antecipadas	227	1,2%	-18,1%	277	0,8%	75,3%	158	1,4%
Obrigações de compra participação minoritária	-	0,0%	-100,0%	466	1,3%	na	-	0,0%
Outros passivos circulantes	184	1,0%	-61,6%	479	1,3%	283,2%	125	1,1%
Passivo Não Circulante	8.688	46,2%	-29,2%	12.274	34,2%	615,3%	1.716	15,7%
Passivo de arrendamento	2.604	13,8%	-22,2%	3.347	9,3%	204,5%	1.099	10,1%
Empréstimos e financiamentos	952	5,1%	53,1%	622	1,7%	509,8%	102	0,9%
Debêntures	4.759	25,3%	-29,3%	6.727	18,7%	na	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82	0,4%	-93,1%	1.191	3,3%	349,4%	265	2,4%
Provisão para demandas judiciais	282	1,5%	-19,2%	349	1,0%	47,9%	236	2,2%
Receitas antecipadas	1	0,0%	-50,0%	2	0,0%	-50,0%	4	0,0%
Outros passivos não circulantes	8	0,0%	-77,8%	36	0,1%	260,0%	10	0,1%
Patrimônio Líquido	1.410	7,5%	-85,5%	9.701	27,0%	137,1%	4.092	37,4%
Capital social	761	4,0%	-82,8%	4.421	12,3%	88,0%	2.351	21,5%
Reservas de capital	4	0,0%	-77,8%	18	0,1%	12,5%	16	0,1%
Reservas de lucros	645	3,4%	-74,2%	2.497	7,0%	44,8%	1.725	15,8%
Outros resultados abrangentes	-	0,0%	-100,0%	162	0,5%	na	-	0,0%
Participação de acionistas não controladores	-	0,0%	-100,0%	2.603	7,2%	na	-	0,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.821	100,0%	-47,6%	35.905	100,0%	228,4%	10.933	100,0%

31 de dezembro de 2020 vs. 31 de dezembro de 2019**Ativo**CirculanteCaixa e equivalentes de caixa

Em 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 3,532 bilhões, uma redução de R\$ 1,494 bilhões em relação a 2019, principalmente relacionado à desconsolidação do Grupo Êxito. As disponibilidades representavam 18,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 14,0% em 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 182 milhões, uma redução de R\$ 309 milhões em relação ao saldo de 2019. Esta variação é decorrente principalmente da desconsolidação do Grupo Êxito, contribuindo com um decréscimo de R\$ 384 milhões.

Estoques

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os estoques reduziram 28,0%, passando de R\$ 5,190 bilhões em 2019 para R\$ 3,739 bilhões em 2020, representando uma redução de R\$ 1,451 bilhão. Esta redução está impactada pela desconsolidação do Éxito com o valor de R\$ 2,993 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, os estoques representavam 19,9% do ativo total e 14,5% em 31 de dezembro de 2019, o que demonstra também uma maior eficiência operacional da administração da Companhia na gestão dos estoques, no período de pandemia, mesmo com a abertura de 19 lojas no ano de 2020.

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar reduziu 21,5%, passando de R\$ 2,081 bilhões em 2019 para R\$ 1,634 bilhão, ou seja, uma redução de R\$ 447 milhões, sendo que R\$ 570 milhões se referem ao saldo de desconsolidação do grupo Éxito. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas, principalmente, ao registro do crédito de ICMS sobre a operação no valor de R\$ 123 milhões.

Outras contas a receber e Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os outros ativos reduziram 85,5%, passando de R\$ 496 milhões em 2019 para R\$ 72 milhões em 2020, variação de R\$ 424 milhões, em função, principalmente, da desconsolidação do Grupo Éxito que impactou em R\$ 521 milhões e pelo recebimento de R\$ 97 milhões decorrente da venda de lojas na operação de *Sale Leaseback* realizada no último trimestre de 2019 e outros valores a receber.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível, investimentos, bem como os impostos a recuperar, outras contas a receber e outros ativos que foram apresentados no circulante, passou de R\$ 3,280 bilhões em 2019 para R\$ 323 milhões em 2020. A redução de R\$ 2,957 bilhões se explica, principalmente, pela desconsolidação do Grupo Éxito.

Investimento

Em 2020, a Companhia passou a ter participação de 17,8% na FIC, através da Bellamar, e o valor do investimento no montante de R\$ 769 milhões se refere ao valor de aquisição dessa participação. O valor do investimento de R\$ 320 milhões em 2019, corresponde aos investimentos do Grupo Éxito que foi desconsolidado pela Companhia em 2020, conforme informado no item 10.1.

Propriedade para investimento

O saldo em 2019, no montante de R\$ 3,051 bilhões está relacionado a propriedade para investimentos do Grupo Éxito que foi desconsolidado em 2020, vide nota 10.1.

Imobilizado

Em 2020, o imobilizado reduziu 49,0%, passando de R\$ 14,652 bilhões em 2019 para R\$ 7.476 bilhões. Esta redução de R\$ 7,176 bilhões está representada por: (i) R\$ 2,788 bilhões de adição, (ii) R\$ 621 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R\$ 10,504 bilhões da desconsolidação do Grupo Éxito, (iv) R\$ 1,262 bilhão de depreciação, (v) R\$ 924 milhões de baixas e transferências, (vi) R\$ 1,970 bilhão de variação cambial sobre a conversão dos ativos do Éxito, (vii) R\$ 135 milhões referente a reorganização societária. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado representava 39,7% do ativo total em comparação a 40,8% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 2,429 bilhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 3,495 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível

Em 2020, os ativos intangíveis apresentaram uma redução de R\$ 3,251 bilhões, passando de R\$ 4,288 bilhões em 2019 para R\$ 1,037 bilhão. A redução está relacionada, principalmente, à desconsolidação do Grupo Éxito, cujo saldo era de R\$ 3,281 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos intangíveis representavam 5,5% do ativo total em comparação a 11,9% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 9,770 bilhões em 2019 para R\$ 5,058 bilhões em 2020. Essa variação de R\$ 4,712 bilhões ocorreu, principalmente, pela desconsolidação do Grupo Éxito com saldo de R\$ 6,449 bilhões e ao aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores representava 26,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação à 27,2% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2020, o passivo de arrendamento reduziu R\$ 975 milhões, passando de R\$ 3,751 bilhões em 2019 para R\$ 2,776 bilhões em 2020. A redução está representada, basicamente, pelos passivos de arrendamento do Grupo Éxito de R\$ 2,416 bilhões e pela adição de novos contratos no valor de R\$ 3,391 bilhões.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Em 2020, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, reduziram 11,2%, passando de R\$ 8,821 bilhões em 2019 para R\$ 7,831 bilhões em 2020. Esses empréstimos e financiamentos representavam 41,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 24,6% em 31 de dezembro de 2019. A redução de R\$ 990 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está, principalmente, relacionado ao pagamento de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para a aquisição do Grupo Éxito.

Salários e encargos sociais

Em 2020, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas reduziu R\$ 201 milhões, passando de R\$ 572 milhões em 2019 para R\$ 371 milhões, cuja variação é, principalmente, em função da desconsolidação do Grupo Éxito, com impacto de R\$ 375 milhões e aumento de R\$ 174 milhões em decorrência da abertura de novas lojas.

Outros passivos e Obrigação de compra participação minoritária (circulante e não circulante)

Os outros passivos tiveram uma redução de R\$ 789 milhões, passando de R\$ 981 milhões em 2019 para R\$ 192 milhões em 2020, impactados, principalmente, pela opção de venda dos minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A. pelo valor de R\$ 636 milhões e de R\$ 236 milhões decorrentes do Grupo Éxito e que foram desconsolidados em 2020.

Não Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Em 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos reduziu 93,1%, passando de R\$ 1,191 bilhão em 2019 para R\$ 82 milhões, representando uma redução de R\$ 1,109 bilhão, principalmente por: R\$ 208 milhões de ganhos não realizados com créditos tributários e de operações de *hedge*; e ii) R\$ 883 milhões do Grupo Êxito.

Provisão para demandas judiciais

Em 2020, a provisão para demandas judiciais reduziu 19,2%, passando de R\$ 349 milhões em 2019 para R\$ 282 milhões em 2020, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além da desconsolidação do Grupo Êxito. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas judiciais representava 1,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,0% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu R\$ 8,291 bilhões, passando de R\$ 9,701 bilhões em 2019 para R\$ 1,410 bilhão em 2020, essa redução se deve principalmente ao processo de cisão da Companhia, vide nota 10.1.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 5,026 bilhões, um aumento de R\$ 3,615 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 3,150 bilhões em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 14,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 12,9% em 31 de dezembro de 2018.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 491 milhões, um aumento de R\$ 354 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Êxito, contribuindo com um incremento de R\$ 303 milhões.

Estoques

Os estoques aumentaram 132,2%, passando de R\$ 2,235 bilhões em 2018 para R\$ 5,190 bilhões em 2019, representando um aumento de R\$ 2,955 bilhões. Este aumento está impactado pela contribuição do Êxito com o valor de R\$ 2,418 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,5% do ativo total e 20,4% em 31 de dezembro de 2018, o que demonstra também uma maior eficiência operacional da administração da Companhia na gestão dos estoques, mesmo com a abertura de 22 lojas no ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar aumentou 64,2%, passando de R\$ 1,267 bilhão em 2018 para R\$ 2,081 bilhões, ou seja, um aumento de R\$ 814 milhões, sendo que R\$ 417 milhões se referem ao saldo do grupo Éxito. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas, principalmente, ao registro do crédito de ICMS sobre a operação no valor de R\$ 331 milhões.

Outras contas a receber e Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os outros ativos aumentaram 1.358,8%, passando de R\$ 34 milhões em 2018 para R\$ 496 milhões em 2019, variação de R\$ 462 milhões, em função, principalmente, da consolidação do Grupo Éxito que impactou em R\$ 256 milhões e pelo valor a receber de R\$ 100 milhões decorrente da venda de lojas na operação de *Sale Leaseback* realizada no último trimestre de 2019.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível, investimentos, bem como os impostos a recuperar, outras contas a receber e outros ativos que foram apresentados no circulante, passou de R\$ 138 milhões em 2018 para R\$ 3,280 bilhões em 2019. O aumento de R\$ 3,142 bilhões se explica, principalmente, pela consolidação do Grupo Éxito.

Investimento

Em 2019, a Companhia passou a consolidar as operações do Grupo Éxito, e montante de R\$ 320 milhões que se refere a associada Tuya, financeira investida do Éxito, que detém 50% de participação.

Propriedade para investimento

Em 2019, o montante de R\$ 3,051 bilhões está relacionado a propriedade para investimentos da controlada Éxito e correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço e são mensuradas pelo valor justo por meio de avaliações realizadas por terceiros.

Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 214,8%, passando de R\$ 4,655 bilhões em 2018 para R\$ 14,652 bilhões. Este aumento de R\$ 9,997 bilhões é representado por: (i) R\$ 2,040 bilhões de adição, (ii) R\$ 138 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R\$ 8,497 bilhões da aquisição do Grupo Éxito, (iv) R\$457 milhões de depreciação, (v) R\$362 milhões de baixa, e (vi) R\$ 139 milhões de ajuste de conversão de Éxito. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 40,9% do ativo total em comparação a 42,6% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 3,495 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1,060 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangível

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R\$ 3,275 bilhões, passando de R\$ 1,013 bilhões em 2018 para R\$ 4,288 bilhões. A evolução está relacionada, principalmente, à primeira consolidação do Grupo Éxito, cujo saldo era de R\$ 3,162 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 11,9% do ativo total em comparação a 9,3% em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 3,607 bilhões em 2018 para R\$ 9,770 bilhões em 2019. Essa variação de R\$ 6,163 bilhões ocorreu, principalmente, pela consolidação do Grupo Éxito com saldo de R\$ 5,208 bilhões e ao aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores representava 27,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação à 33,0% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2019, o passivo de arrendamento aumentou R\$ 2,571 bilhões, passando de R\$ 1,180 bilhão em 2018 para R\$ 3,751 bilhões. O aumento está representado, basicamente, pelos passivos de arrendamento do Grupo Éxito de R\$ 1,817 bilhões.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Em 2019, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, aumentaram 1.033,8%, passando de R\$ 778 milhões em 2018 para R\$ 8.821 milhões em 2019. Esses empréstimos e financiamentos representavam 24,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo as debêntures, em comparação com 7,1% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 8.043 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está, principalmente, relacionado à captação de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para a aquisição do Grupo Éxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 326 milhões, passando de R\$ 246 milhões em 2018 para R\$ 572 milhões, cuja variação é, principalmente, em função da consolidação do Grupo Éxito, com impacto de R\$ 293 milhões.

Outros passivos e Obrigação de compra participação minoritária (circulante e não circulante)

Os outros passivos tiveram um aumento de R\$ 846 milhões, passando de R\$ 135 milhões em 2018 para R\$ 981 milhões em 2019, impactados, principalmente, pela opção de venda dos minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A. pelo valor de R\$ 466 milhões e de R\$ 260 milhões decorrentes da consolidação do Grupo Éxito.

Não Circulante

Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 349,4%, passando de R\$ 265 milhões em 2018 para R\$ 1,191 bilhão, representando um aumento de R\$ 926 milhões, principalmente por: R\$ 1,217 bilhão de depreciação dos itens do imobilizados; e ii) R\$ 253 milhões de prejuízo fiscal do Grupo Éxito.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 47,9%, passando de R\$ 236 milhões em 2018 para R\$ 349 milhões, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Éxito. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 1,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,2% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$ 5,609 bilhões, passando de R\$ 4,092 bilhões em 2018 para R\$ 9,701 bilhões em 2019, esse aumento se deve aos seguintes fatores: (i) R\$ 2,603 bilhões de participação de acionistas não controladores decorrentes da aquisição do Grupo Éxito; (ii) aumento de R\$ 2,070 bilhões no capital social advindos da integralização de capital por meio de 2 imóveis no valor de R\$ 67 milhões e capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 2,003 bilhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

As receitas da Companhia são provenientes das operações de autosserviço do Assaí.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2019, o desempenho da expansão das lojas juntamente com seu posicionamento acertado e política comercial bem-sucedida resultaram em avanço de mais de 3x nas vendas nos últimos 5 anos, com ampliação da participação de mercado para 28,5% (+7,5 p.p. no período), contribuindo para o crescimento do formato de atacado no país.

O faturamento em 2019 alcançou R\$ 28,1 bilhões (+22%), acréscimo de aprox. R\$ 5 bilhões no ano, impulsionado pela excelente performance das 22 lojas (21 orgânicas e 1 conversão) inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores, além do crescimento de 6,3% em “mesmas lojas”, apesar da robusta base de comparação em 2018 (+8,1%). A Companhia terminou o ano de 2019 com uma área total de vendas de 713 mil m².

O ano de 2020 foi de grandes desafios para todos os segmentos de negócio no Brasil e no mundo, e o Assaí trabalhou com disciplina e eficiência, tendo como resultado a maior receita líquida de sua história, atingindo R\$ 36,0 bilhões, com acréscimo de aproximadamente R\$ 8,0 bilhões no ano. Esse resultado foi impulsionado pela excelente performance das 19 lojas inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores (crescimento de 14,1% em “mesmas lojas”). Esse sólido desempenho resultou em um importante ganho de *market share* no setor Atacadista, confirmando a aderência do posicionamento de mercado e a política comercial bem-sucedida do negócio. A companhia encerrou o ano com um total de 809 mil m² de área de vendas.

Para maiores informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) da introdução ou alienação de segmento operacional

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende a cisão total da controlada Éxito para o GPA. O Éxito é uma empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai operando com as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Vide maiores detalhes no item 10.

(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(i) Reorganização societária

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende:

i) Cisão da Companhia: cisão parcial de Sendas com a incorporação do acervo cindido pelo GPA, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente foi de R\$9.179 milhões, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito (“Participação Éxito”) e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas (“Ativos Operacionais”), no valor de R\$25 milhões; e

ii) Cisão do GPA: cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detém na Companhia, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente, foi de R\$1.216 milhões, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

No processo de separação de Sendas e GPA, foi realizada uma permuta de ativos que transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito, mediante o recebimento dos seguintes ativos de propriedade do GPA:

i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. (“Bellamar”), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”), que totalizam o valor de R\$769 milhões e imóveis, que totalizam o valor de R\$146 milhões;

ii) R\$685 milhões mediante aumento de capital na Companhia, sendo: a) R\$500 milhões em dinheiro; b) R\$140 milhões mediante a capitalização de valores a pagar ao GPA; c) R\$45 milhões mediante o acervo líquido contábil de ativos de lojas para futura exploração da Companhia; e

iii) R\$168 milhões referente a contingências e os depósitos judiciais relacionados e que a Companhia e o GPA acordaram que serão responsáveis após a Cisão. Estes efeitos indenizatórios foram registrados em partes relacionadas.

(c) dos eventos ou operações não usuais

Não aplicáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do*****(a) auditor mudanças significativas nas práticas contábeis*****A Companhia como arrendatária**

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

1) Redução ao valor recuperável – impairment

Conforme método divulgado nas notas explicativas nº 16.1 e 17.1, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (35%) representativo de transações entre empresas do mesmo setor. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 5,6% (4,5% em 2019) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 9,8% (8,7% em 2019) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que também são segmentos operacionais que divulgam informações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,8% (8,4% em 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,6% (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

2) Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

se baseia em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº 23 fornece outros detalhes sobre impostos.

3) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo, que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo se baseia em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

5) Tributos a recuperar

A Companhia possui saldo de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

desses créditos. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

6) Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

7) Operação em conjunto (*Joint Venture*)

O investimento da Companhia na FIC está reconhecido como uma operação em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC18 (R2) / IAS28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Ventures*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não realizou a análise, tendo em vista que nesta data reconheceu a participação inicial, conforme descrito na nota nº 13.1.

8) Arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 21), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 2,776 bilhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3,751 bilhões em 31 de dezembro de 2019), de acordo com o quadro a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos:		
Até 1 ano	172	404
De 1 a 5 anos	866	1.323
Mais de 5 anos	1.738	2.024
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	2.776	3.751
Encargos futuros de financiamento	2.478	2.347
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	5.254	6.098

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) Arrendamentos mercantis operacionais ativos e passivos

Arrendamento operacional - Pagamentos contingentes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas (receitas) do período:			
Variáveis (0,5% e 1,6% das vendas)	16	19	12
Subarrendamentos (*)	22	20	11

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais

Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram conforme o quadro a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos		
Até 1 ano	172	404
De 1 a 5 anos	866	1.323
Mais de 5 anos	1.738	2.024
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	2.776	3.751
Encargos futuros de financiamento	2.478	2.347
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	5.254	6.098

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos mencionados no item 10.6(a) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado prevendo um cenário mais ameno em relação ao contexto enfrentado pela pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia se reserva no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos bruto para o Assaí para o ano de 2021 totaliza ao redor de R\$ 1,7 bilhão para construção novas unidades e conversão de hipermercados (25 a 28 lojas), reforma de lojas existentes, logística e tecnologia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, financiamentos obtidos junto ao BNDES, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), notas promissórias, entre outras fontes de financiamento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Neste momento não temos previsão de novas operações de Sales Lease Back.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Expectativa de receita bruta da Companhia para o ano de 2024 e abertura de lojas de 2021 a 2023.

b) Período projetado e prazo de validade da projeção

O período projetado para a receita bruta é referente ao ano fiscal de 2024 e para o plano de expansão vai até 2023, sendo válida referida projeção até dezembro de 2021.

c) *Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle*

As projeções e estimativas apresentadas, conforme o caso, refletiram as expectativas da Companhia acerca do exercício de 2021, exceto onde apresentado de forma diferente, e consideraram, principalmente, as seguintes premissas:

- o histórico de desempenho da economia brasileira, incluindo projeções de taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro e o crescimento do consumo interno, conforme divulgado no começo do ano pelos órgãos e instituições privadas competentes, condição esta que não pode ser influenciada pela administração da Companhia;
- a performance histórica da Companhia;
- plano de expansão de lojas da Companhia; e
- manutenção das condições de acesso a crédito para pessoas físicas, o que não depende da administração da Companhia, podendo tais condições serem afetadas pelas atuais condições de mercado decorrentes do COVID-19.

d) *Valores dos indicadores que são objeto da previsão*

- **Receita Bruta:** A Companhia tem por objetivo alcançar uma receita bruta de R\$100 bilhões em 2024, por meio da maturação das suas lojas novas e plano de expansão contínuo, ampliando sua presença nacional.
- **Plano de Expansão:** 25 a 28 lojas orgânicas em 2021. Em 2022 serão cerca de 50 lojas, sendo 40 lojas provenientes da conversão de Extra Hiper em Assaí e 10 lojas orgânicas. Em 2023 serão cerca de 40 lojas, sendo 30 lojas provenientes da conversão de Extra Hiper em Assaí e 10 lojas orgânicas.

Projeções anteriores

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

No relatório de divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2019 da CBD, ex-controladora da Companhia, foram apresentados indicadores para o exercício social com encerramento em 31 de

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

dezembro de 2020 relacionados ao Éxito, sociedade que era controlada pela Companhia e foi transferida para a CBD no âmbito da cisão aprovada em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, não estão sendo incluídos esses indicadores no Formulário de Referência.

Não foram apresentadas outras projeções para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2020.

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Na divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2018 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia, que eram válidos até 31 de dezembro de 2019:

Receita líquida:

- **Assaí:** continuidade da forte expansão, com crescimento ‘mesmas lojas’ ao redor de 2,0 p.p. acima da inflação e receita total superior a 20%.

EBITDA: evolução em ambos os negócios, sendo:

- **Assaí:** evolução da margem EBITDA⁽¹⁾ em cerca de 0,3-0,4 p.p. vs 2018.

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes.

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Na divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2017 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia, válidos até 31 de dezembro de 2018:

- **Vendas “Mesmas Lojas”:** Companhia acima da inflação, em linha com a inflação alimentar, com continuidade dos ganhos de *market share*.

Margem EBITDA⁽¹⁾:

- **Assaí:** a expectativa é de evolução em cerca de 0,2-0,3 p.p. vs 2017.

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas.*

Não aplicável, considerando que as projeções da Companhia para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2022 não estão (a) substituindo projeções feitas em anos anteriores ou (b) repetindo projeções feitas em exercícios anteriores.

(b) *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando como clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.*

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No relatório de divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2019 da CBD, ex-controladora da Companhia, foram apresentados indicadores para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2020 relacionados ao Éxito, sociedade que era controlada pela Companhia e foi transferida para a CBD no âmbito da cisão aprovada em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, não estão sendo incluídos os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores no Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019⁽¹⁾

<i>Projeções</i>	<i>Guidance</i>	<i>Indicadores atingidos</i>
Receita Líquida Companhia	Crescimento da receita líquida “Mesmas Lojas” ao redor de 2,0 p.p. da inflação IPCA e receita total superior a 20%.	<i>Guidance</i> atingido, sendo que houve crescimento da receita líquida de “Mesmas Lojas” de 5,9% e receita total superior a 21,4%.
EBITDA	Evolução entre 0,3-0,4 p.p na Companhia	Na Companhia, o <i>guidance</i> foi atingido, com evolução de 0,3 p.p.

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T19

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018⁽¹⁾

<i>Projeções</i>	<i>Guidance</i>	<i>Indicadores atingidos</i>
Vendas Alimentar	Manutenção/ganho de <i>market share</i> .	Ganho de <i>market share</i> , conforme Nielsen.
Margem EBITDA Alimentar	Evolução de 0,2-0,3 p.p na Companhia	0,4 p.p no Assaí

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T18

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

As únicas projeções divulgadas pela Companhia para períodos ainda em curso são aquelas apresentadas no item 11.1 deste Formulário de Referência para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2021, de 2022 e de 2023. Referidas projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, auxiliado por cinco comitês: Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, Comitê Financeiro, Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria e Comitê Estratégico e de Investimentos. Tanto os membros do Conselho de Administração quanto da Diretoria possuem mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, e devem subscrever um Termo de Posse, sendo sua posse condicionada à assinatura desse documento. Por meio deste instrumento, os Conselheiros e Diretores se sujeitam à cláusula compromissória referida no artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também pelas seguintes atribuições, dentre outras, conforme Estatuto Social e Regimento Interno próprio:

- a. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b. aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia;
- c. eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações;
- d. deliberar sobre a remuneração individual do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;
- e. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- f. convocar a Assembleia Geral;
- g. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;
- h. deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;

- i. escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria;
- j. emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral;
- k. autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, observada a regulamentação aplicável;
- l. desenvolver, em conjunto com a Diretoria, e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");
- m. fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76, observado que a participação de empregados e administradores nos resultados não poderá ultrapassar a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros, o que for menor, nos termos do § 1º do Artigo 152 e do Artigo 190 da Lei n.º 6.404/76;
- n. estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite do capital autorizado e o limite previsto no item "m" acima;
- o. constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto no Estatuto Social e fixar a remuneração de seus membros;
- p. deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social (a) superior ao valor em Reais equivalente a US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou (b) superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;
- q. deliberar sobre (i) qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos, em valor superior, por transação, a ½ (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação e (ii) qualquer emissão de debêntures não conversíveis em ações;

- r. deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;
- s. elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- t. deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia;
- u. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- v. aprovar e alterar os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria e de quaisquer outros Comitês da Companhia;
- w. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e dos demais Comitês da Companhia, inclusive designando seus respectivos presidentes e membros externos, observadas as regulamentações da CVM, da B3 e o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- x. submeter as matérias e os assuntos, requerer pareceres e opiniões que entender adequadas e necessárias ao Conselho Fiscal ao Comitê de Auditoria e demais Comitês à Diretoria da Companhia, sem prejuízo e observada a competência de cada órgão ou dos Comitês da Companhia. Os pedidos de informações ou esclarecimentos sobre os negócios sociais de iniciativa de qualquer membro do Conselho de Administração deverão ser apresentados perante os órgãos da administração da Companhia, por meio de solicitação assinada pelo Secretário Executivo;
- y. incumbir ao Comitê de Auditoria, aos Comitês e à Diretoria da Companhia, deveres e responsabilidades específicos; e
- z. exercer toda e qualquer competência atribuída pela legislação aplicável, pela regulamentação da CVM, da B3 e pelo Estatuto Social como de competência do Conselho de Administração.

Ademais, em que pese o Comitê de Auditoria ser responsável por acompanhar os trabalhos da auditoria independente, cabe ao Conselho de Administração aprovar a escolha do auditor independente.

De acordo com o Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos cada, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, sendo um Presidente e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

um Vice-Presidente. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Na data de apresentação deste Formulário, o Conselho de Administração era composto por 3 membros.

Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 voto nas deliberações das reuniões do órgão.

O regimento interno do Conselho de Administração foi aprovado em 5 de outubro de 2020 e alterado pela última vez em 03 de fevereiro de 2021 e está disponibilizado no site da Companhia e da CVM.

Comitês

O Estatuto Social prevê o funcionamento do Comitê de Auditoria e a competência para que o Conselho de Administração possa constituir outros comitês.

Atualmente, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020, a criação de 4 Comitês, além do Comitê de Auditoria estatutário descrito no item 12.1(a)(ii) abaixo, a saber: (i) Comitê de Gente, Cultura e Remuneração; (ii) Comitê Financeiro; (iii) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade; e (iv) Comitê Estratégico e de Investimentos. Os membros de tais comitês foram eleitos em 14 de janeiro de 2021.

De acordo com os respectivos Regimentos Internos, cada Comitê é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, os quais são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. É permitida a eleição de 1 membro externo em cada comitê. O Conselho de Administração também é responsável por designar o Presidente de cada Comitê. Todas as regras supra definidas, bem como as atribuições abaixo referidas, estão expressas em regimento interno próprio de cada Comitê, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 5 de outubro de 2020 e alterados em 14 de janeiro de 2021 e estão disponibilizados no site da Companhia e da CVM.

As atribuições de cada um dos Comitês são:

(i) Comitê de Gente, Cultura e Remuneração:

O Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração; c) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como das diretrizes para atração e retenção de talentos; d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro; f) examinar os candidatos a serem eleitos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

para o Conselho de Administração da Companhia e para os comitês de assessoramento do Conselho de Administração, inclusive membros externos, com base na experiência profissional, capacitação técnica, bem como representatividade econômica, social e cultural; g) examinar e recomendar ao Conselho de Administração os candidatos selecionados para a posição de Diretores da Companhia; h) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, propondo ao Conselho de Administração os critérios de remuneração, benefícios e demais programas, incluindo programas de opção de compra de ações; i) apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a sua avaliação acerca da eficácia das políticas de remuneração adotadas pela Companhia, de modo a aferir a capacidade das referidas políticas de recompensar os bons desempenhos e discriminar desempenhos não-satisfatórios, de acordo com métrica alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, bem como de atrair e reter talentos; j) debater e propor ao Conselho de Administração critérios para a avaliação anual do desempenho dos Diretores da Companhia, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro, bem como apoiar o Conselho de Administração no processo de avaliação, manifestando as suas recomendações para as avaliações individuais da Diretoria da Companhia; e k) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Comitê Financeiro:

O Comitê Financeiro, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; d) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação; e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas; f) acompanhar quaisquer operações e negociações mencionadas no item (e) acima; g) analisar e revisar os índices econômico-financeiros, fluxo de caixa e a política de endividamento da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário; h) acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; i) analisar e recomendar oportunidades em relação às operações de financiamento que poderão melhorar a estrutura de capital da Companhia, além de analisar e debater as necessidades de capital de giro e seus impactos na estrutura de capital da Companhia; j) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira; k) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia nos mercados brasileiro e americano, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido; e l) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de governança corporativa e sustentabilidade, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; c) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia e pelo relacionamento entre tais órgãos e destes com os acionistas, e, nesse sentido, revisar periodicamente e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre seu funcionamento e competências assim como sobre a Diretoria e sobre os demais Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia; d) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, o Estatuto Social e os Códigos e Políticas da Companhia, os Regimentos Internos dos Órgãos Auxiliares da Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa e sustentabilidade da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; e) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das normas, bem como acompanhar a implementação de regulamentações e recomendações vigentes e praticadas no mercado, inclusive em relação às normas que venham a ser criadas e impactem as atividades societárias e de mercado de capitais da Companhia; f) minutar, submeter ao Conselho de Administração e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa; g) assessorar o Conselho de Administração da Companhia em todos os aspectos relacionados à sustentabilidade, inclusive no que se refere a ações que visem fomentar o consumo consciente por parte de seus clientes, fornecedores e colaboradores, inclusive recomendando eventuais mudanças ou revisões das propostas de investimentos estratégicos da Companhia nesse sentido; h) assessorar a gestão eficiente da Companhia e recomendar a adoção de programas de gestão de resíduos, de estímulo a pequenos produtores e de segurança alimentar; i) tomar conhecimento e analisar as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia nos termos previstos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; j) manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria, sobre situações em que possa configurar-se cenário de conflito de interesses nas atividades da Companhia; k) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia; l) assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia; m) apoiar o Conselho de Administração na definição do apetite de risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia; n) apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco; o) assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos; p) avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; q) identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração; e r) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

que considerem relevantes.

(iv) Comitê Estratégico e de Investimentos:

O Comitê Estratégico e de Investimentos, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: (a) sugerir alterações ao Regimento Interno, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de inovação, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de inovação, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; (c) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, quaisquer documentos relacionados à inovação da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; (d) assessorar o Conselho de Administração na análise de tendências tecnológicas e inovações, bem como avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos da Companhia sob a ótica de inovação; e (e) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerem relevantes.

Diretoria

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. Ademais, compete aos Diretores: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração; (iv) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras legalmente exigidas em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso; (v) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos; (vi) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos; (vii) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior; (viii) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e (ix) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada Diretor deve residir no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por no mínimo 3 e no máximo 8 membros, sendo um deles

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

designado Diretor Presidente e um deles necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, podendo ainda haver 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Operações, sendo os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores sem designação especial, permitida a cumulação de cargos.

A diretoria não possui regimento próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto;

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, dos quais, no mínimo, 2 membros externos, 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, 1 membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado. O Conselho de Administração elegerá os membros do Comitê de Auditoria para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, bem como designará o seu Coordenador.

O regimento do Comitê de Auditoria foi aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de outubro de 2020 e alterado em 14 de janeiro de 2021 e está disponibilizado no *website* da Companhia e da CVM.

O Comitê de Auditoria é regulamentado em concordância com a Instrução CVM nº 308, e deve zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, de forma que possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (1) a sua independência; (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; c) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia; e ii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; f) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações; g) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia; h) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; i) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e que deve ser mantido na sede social da Companhia e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; j) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia, inclusive os regulamentos e os normativos internos aplicáveis à Companhia e os procedimentos específicos de proteção ao prestador e da confidencialidade da informação, conforme estabelecido no artigo 20 abaixo; k) avaliar e monitorar os mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e l) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

No que tange ao funcionamento, o Comitê reúne-se ordinariamente, no mínimo, a cada 2 meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê, observado que as informações contábeis da Companhia devem sempre ser apreciadas pelo Comitê antes de sua divulgação.

Finalmente, o Comitê de Auditoria estatutário cumpre os requisitos obrigatórios previstos na Instrução CVM nº 308, bem como os requisitos normativos previstos pela SEC.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política específica de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, respeitando a regulamentação a respeito.

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, caberá a este Comitê, dentre outras atribuições: (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Segundo o Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente: (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias, ressalvadas as atividades que devam ser desempenhadas com reporte ao Conselho de Administração ou seus comitês; (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria; (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do Orçamento anual/plurianual e do Plano de Investimento e Expansão junto ao Conselho de Administração; e (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração.

Compete, em especial, ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pela regulamentação aplicáveis: (a) representar isoladamente a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), outras entidades de controle e outras instituições dos mercados financeiro e de capitais, nacionais e estrangeiras; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e/ou no exterior; e (c) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete, em especial, ao Diretor Administrativo Financeiro, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) exercer a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos da Companhia; (b) participar na formulação e execução de estratégias e planos de negócios da Companhia; e (c) gerenciar recursos humanos, administrar recursos materiais e serviços terceirizados de sua área de competência.

Compete, em especial, ao Diretor Comercial, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) atuar na definição do planejamento estratégico da Companhia; (b) definir e executar plano de marketing e vendas; (c) gerir a qualidade da venda; (d) participar da definição de políticas de recursos humanos; e (e) comunicar-se primordialmente para disseminar informações ao público de interesse da Companhia.

Compete, em especial, ao Diretor de Operações, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) estabelecer diretrizes e operações do comércio; (b)

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

coordenar recursos humanos e administrar recursos materiais e financeiros; (c) dirigir operações do comércio; (d) participar de atividades de marketing; (e) implantar filiais e representações comerciais; e (f) comunicar-se em seminários, palestras, entrevistas e em contatos e negociações comerciais com clientes e distribuidores.

Compete aos demais Diretores auxiliarem o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não foi permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, esta terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão**
- iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

O Conselho de Administração e os Comitês, nos termos de seus respectivos regimentos internos, deverão proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação. Também é de sua competência promover, a cada dois anos, a avaliação formal dos resultados da Companhia e do desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração, dos Comitês e de cada diretor, conselheiro e membro externo dos Comitês da Companhia, individualmente.

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento também realizarão sua autoavaliação periodicamente, conforme metodologia descrita acima.

Os Diretores, por sua vez, serão submetidos a uma avaliação anual rigorosa, que consistirá em uma autoavaliação, uma avaliação pelo Diretor Presidente, uma avaliação por seus subordinados e uma avaliação por seus pares, sempre com base nas competências requeridas pela Companhia e comportamentos esperados para esses cargos. Com base nessa avaliação, a Companhia oferecerá um processo de desenvolvimento dos Diretores que contempla cursos, sessões de *coaching*, entre outros. Consideramos que referida avaliação será relevante para o desenvolvimento pessoal e profissional de Diretores, bem como para o alinhamento de suas expectativas e competências esperadas pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Até a data deste Formulário de Referência, não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar a avaliação dos administradores da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Medida Provisória 1040/2021, como regra, a primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 30 dias de antecedência da realização da Assembleia Geral e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 dias.

b) competências

Compete exclusivamente aos acionistas aprovar, na Assembleia Geral Ordinária, contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, bem como deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os administradores, quando for o caso, e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Uma Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre outras matérias, pode ser realizada concomitantemente à Assembleia Geral Ordinária ou sempre que necessário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, compete privativamente aos acionistas, reunidos em Assembleias Gerais: (i) reformar o estatuto social de uma companhia; (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, caso instalado, de uma companhia; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores de uma companhia e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (v) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto social da companhia em questão, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação; (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista de uma companhia concorrer para a formação do seu capital social; (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão de uma companhia, sua dissolução e liquidação, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (ix) autorizar os administradores a confessar falência e requisitar recuperação judicial ou extrajudicial.

Ademais, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete exclusivamente à Assembleia Geral: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (iii) designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iv) tomar anualmente as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, a destinação do lucro líquido do exercício; (v) aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia ou quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam permutáveis ou conversíveis em ações de emissão da Companhia, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração prevista no artigo 5º e no artigo 17(g) do Estatuto Social da Companhia; (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer forma de

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

reestruturação da Companhia; (viii) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); (ix) examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); e (x) definir a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: www.ri.assai.com.br; www.cvm.gov.br; www.b3.com.br.

Endereço Físico: Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, Rio de Janeiro, RJ.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia atualmente não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

Todavia, quando se tratar de transação entre partes relacionadas, serão aplicados os procedimentos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, a qual determina que transações cuja competência de aprovação seja da assembleia geral de acionistas por determinação legal deverão ser examinadas por um comitê especial, a ser constituído nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35. Para mais informações acerca da análise e providências a serem tomadas pela Companhia em Transações com Partes Relacionadas, vide item 16 deste Formulário de Referência.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Como regra geral, os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral devem enviar os documentos hábeis que comprovem sua qualidade de acionista da Companhia e a outorga dos respectivos poderes de representação com antecedência de 72 horas ao Departamento Jurídico Societário, na Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora “E”, Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, ou, ainda, por e-mail a adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento. Ressalta-se que os Acionistas poderão ser representados por procuradores na Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem as vias físicas de tais documentos na abertura da Assembleia.

f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Como regra geral, os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral devem enviar os documentos hábeis que comprovem sua qualidade de acionista da Companhia e a outorga dos respectivos poderes de representação com antecedência de 72 horas ao Departamento Jurídico Societário, na Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora “E”, Central

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, ou, ainda, por e-mail a adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento.

São exigidas as formalidades de reconhecimento de firma, sendo que a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; e as exigirá nos demais casos.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos, preferencialmente por e-mail, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário, para adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento, observados os prazos descritos no respectivo Boletim de Voto a Distância, ou por correspondência, para Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora “E”, Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado na última página pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso), sem necessidade de firma reconhecida em cartório; e

(ii) cópia dos seguintes documentos:

a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

b) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal.

c) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; sendo exigidos nos demais casos. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto e vigentes: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 5º, §2º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

Além da possibilidade de envio, pelo acionista, da documentação relativa à Assembleia, incluindo, se for o caso, seu boletim de voto a distância, via e-mail, a Companhia não disponibiliza qualquer outro sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio do endereço eletrônico adm.societario@assai.com.br, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário, ou por correspondência enviada ao endereço Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora “E”, Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, observados o cumprimento dos prazos e o envio dos documentos relativos à proposta previstos pela regulamentação vigente.

j) fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Atualmente, a Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas que não tiverem suas ações depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto ao agente escriturador da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A., por meio dos canais por ela disponibilizados.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3. Regras, Políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social foram realizadas uma reunião ordinária e cinco reuniões extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não se aplica.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como em deliberações que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e extensão do seu interesse. Nesse sentido, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, é dever do próprio conselheiro comunicar, tempestivamente, a sua hipótese de conflito de interesse ou interesse particular. Caso não o faça, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo sendo certo que a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento Interno do Conselho de Administração. Assim, ao ser identificado o conflito de interesse ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, constando tal fato em ata.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Em 03 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (“Política de Indicação”).

A Política de Indicação está disponível na página da Companhia na internet (www.assai.com.br) e no site da CVM.

A Política de Indicação tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos que deverão ser

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

observados na indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia, quando requisitado por seus acionistas e devidamente instalado, visando assegurar as melhores práticas de governança, bem como definir a estratégia de remuneração dos referidos membros, em linha com as melhores práticas de mercado.

O Comitê de Gente, Cultura e Remuneração será responsável por examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia e seus Comitês de Assessoramento, bem como aqueles a serem eleitos pelo Conselho de Administração para cargos na Diretoria Estatutária, com base nas suas experiências profissionais, capacitação técnica, representatividade econômica, social e cultural.

A indicação e os procedimentos necessários para eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando requisitado por seus acionistas, serão nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais regulamentações aplicáveis.

Com o intuito de garantir que a Companhia se beneficie da pluralidade e complementariedade de opiniões no processo de tomada de decisões, o Comitê de Gente, Cultura e Remuneração será responsável pela avaliação prévia do perfil dos membros indicados ao Conselho de Administração, incluindo a verificação dos critérios de independência do Novo Mercado, quando for o caso, e a ausência de impedimentos, objetivando assim evitar redundância de conhecimentos e experiências, além de ampliar a diversidade, um dos valores da Companhia, também no Conselho de Administração. A avaliação prévia do Comitê de Gente, Cultura e Remuneração não vincula a decisão do Conselho de Administração a respeito dos candidatos a serem indicados.

A indicação de candidatos aos Comitês de Assessoramento poderá ser feita por qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia, devendo o Comitê de Gente, Cultura e Remuneração fazer a avaliação prévia prevista acima em relação a tais candidatos.

A Diretoria estatutária deverá ser composta por profissionais alinhados e comprometidos com os princípios e valores da Companhia, com alta qualificação, além de possuírem notável e adequada experiência profissional, técnica ou acadêmica, com intuito de implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia.

A indicação e eleição de candidatos aos cargos que compõem a Diretoria Executiva caberá ao Conselho de Administração da Companhia, devendo o Comitê de Gente, Cultura e Remuneração fazer a avaliação prévia prevista acima em relação a tais candidatos.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Daniela Sabbag Papa	10/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023	3
262.945.628-56	Administradora	19 - Outros Diretores Diretora Administrativa Financeira	09/05/2022	Sim	0%
Wlamir dos Anjos	08/07/1970	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023	4
114.124.288-58	Administrador	19 - Outros Diretores Diretor Comercial	09/05/2022	Sim	0%
Gabrielle Castelo Branco Helú	03/04/1986	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023	2
352.485.818-00	Administradora	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	09/05/2022	Sim	0%
Anderson Barres Castilho	21/04/1976	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023	4
017.266.429-25	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	09/05/2022	Sim	0%
Belmiro de Figueiredo Gomes	08/11/1971	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023	4
805.421.589-49	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	09/05/2022	Sim	0%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	14/05/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	0
223.184.456-72	Psicólogo	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	05/10/2020	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Presidente do Comitê de Gente, Cultura e Remuneração e do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, Membro do Comitê Financeiro e Comitê Estratégico e de Investimento					
Luiz Nelson Guedes de Carvalho	18/11/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	0
027.891.838-72	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	05/10/2020	Sim	0%
Membro do Comitê Financeiro e Coordenador do Comitê de Auditoria					
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade	19/02/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	1
000.000.000-00	ADMINISTRADORA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade					
José Flavio Ferreira Ramos	05/06/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	1
315.119.536-91	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Gente, Cultura e Remuneração e do Comitê de Auditoria					
GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR	08/03/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	1
144.388.523-15	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0%
Membro do Comitê Financeiro e do Comitê Estratégico e de Investimento					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
David Julien Emeric Lubek	15/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022	1
000.000.000-00	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0%
Christophe José Hidalgo	25/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	1
214.455.098-06	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria e Presidente do Comitê Estratégico e de Investimento e do Comitê Financeiro					
Jean-Charles Henri Naouri	08/03/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	0
000.000.000-00	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	05/10/2020	Sim	0%
Philippe Alarcon	22/03/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	2 anos, estendido até a AGO que aprovar as contas de 2022	1
000.000.000-00	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	31/12/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, do Comitê de Auditoria e do Comitê De Governança Corporativa e Sustentabilidade					
TUFI DAHER FILHO	14/03/1960	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022	1
323.142.486-00	Engenheiro civil	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não aplicável.					
Patrícia Valente Sterli	19/05/1956	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022	0
010.551.368-78	Administradora de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Marcílio Amato Vaz de Melo					
378.741.796-68	24/09/1959	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022	0
378.741.796-68	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Rafael de Souza Morsch					
012.184.570-23	27/11/1990	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022	1
012.184.570-23	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Sim	0%
Não aplicável.					
Marco Antônio Mayer Foletto					
480.083.380-91	24/03/1970	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022	1
480.083.380-91	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Sim	0%
Não aplicável.					
Sérgio Eustáquio Pires					
228.407.886-91	03/05/1958	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2022 Até a AGO da Companhia que aprovar as contas	0
228.407.886-91	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Daniela Sabbag Papa - 262.945.628-56					

A Sra. Daniela é Diretora Administrativa Financeira da Companhia desde outubro de 2019. Atuou por 21 anos na CBD, onde foi responsável pela Diretoria de Relações com Investidores. Foi também diretora de planejamento estratégico, M&A e novos negócios, além de ter atuado na equipe financeira da CBD. Estudou administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez pós-graduação em gestão empresarial na Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV. A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Daniela em entidades do terceiro setor.

A Sra. Daniela declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Wlamir dos Anjos - 114.124.288-58

O Sr. Wlamir é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011. Possui mais de 32 anos de experiência no setor atacadista, tendo sido gerente regional do Atacadão de dezembro de 1988 a maio de 2011. Estudou Gestão de Marketing na UNIP – Universidade Paulista e Liderança e Gestão de Pessoas na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Wlamir em entidades do terceiro setor.

O Sr. Wlamir declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Gabrielle Castelo Branco Helú - 352.485.818-00

A Sra. Gabrielle é Diretora de Relações com Investidores da Companhia desde março de 2021. Ela ingressou no GPA em 2011 como trainee, onde exerceu a função de relações com investidores de 2012 à 2016. Gabrielle também atuou no Grupo Casino na França de 2017 à 2020 no controle de gestão internacional. É bacharel em relações internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, possui mestrado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e MBA Executivo pela HEC Paris.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Gabrielle em entidades do terceiro setor.

A Sra. Gabrielle declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Anderson Barres Castilho - 017.266.429-25

O Sr. Anderson é Diretor de Operações da Companhia desde novembro de 2012. Possui 28 anos de experiência no setor de atacado de autosserviço, tendo atuado como gerente de loja, gerente regional e responsável pela área comercial nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Rondônia. Trabalhou no Atacadão de janeiro de 1992 a março de 2012. Estudou Gestão Empresarial na UNIP – Universidade Paulista.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Anderson em entidades do terceiro setor.

O Sr. Anderson declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Belmiro de Figueiredo Gomes - 805.421.589-49

O Sr. Belmiro é Diretor Presidente da Companhia desde fevereiro de 2011 e antes disso foi seu diretor comercial. É também Diretor de Negócios e Atacado da Companhia Brasileira de Distribuição desde 2012. Anteriormente, por 22 anos trabalhou em diversas áreas da rede Atacadão. Em 2007, coordenou o processo de venda da rede Atacadão para o Grupo Carrefour. Após a aquisição, fez parte do comitê executivo como diretor executivo e responsável pelas áreas comercial, logística, marketing e estratégia de negócios. Desde janeiro de 2016, é vice-presidente da ABAAS – Associação Brasileira de Atacadista de Autosserviço. Estudou contabilidade no Instituto de Educação Maringá.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Belmiro em entidades do terceiro setor.

O Sr. Belmiro declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Ronaldo labrudi foi eleito, em 27.04.2018, Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração do GPA, do qual é membro desde 2016. O executivo também ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cdiscount, com sede em Amsterdam, Holanda. Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, foi Diretor Presidente do GPA. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo, Presidente dos Conselhos de Administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do Conselho da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Foi CEO da Magnesita de 2007 a 2011 e, de 1999 a 2006, trabalhou para o Grupo Telemar, onde assumiu diversas funções, incluindo CEO da Telemar/Oi e Contax. De 1997 a 1999, Ronaldo labrudi atuou como CEO da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e, de 1984 a 1997, como Diretor Financeiro e Administrativo e Diretor de Recursos Humanos no Grupo Gerdau. Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), possui Mestrado em Desenvolvimento Organizacional pela Université Panthéon Sorbonne e Mestrado em Gestão de Mudança pela Université Paris Dauphine, Paris - França.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Ronaldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Ronaldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72

Pós-graduado, Mestrado e Doutorado, em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, onde leciona na categoria de “Professor Sênior”. Foi membro do Conselho de Administração da Cia. Brasileira de Distribuição, do Comitê Financeiro e do Comitê de Auditoria. Foi Membro do Conselho de Administração da B3 S.A. até abril de 2019, tendo sido eleito Vice-Presidente em 21 de maio de 2018 e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrobrás até dezembro de 2018, tendo ocupado a posição de Presidente deste Conselho e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. É Consultor do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Atua como especialista em litígios empresariais envolvendo questões de Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Auditoria. Tem atuado como Co-árbitro em arbitragens na Câmara de Comércio Brasil – Canadá (São Paulo) e na International Chamber of Commerce (Paris). Foi membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis ABRACICON. Foi ainda Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Amazonas Sustentável FAS, ONG voltada para proteção da floresta amazônica. Foi membro independente do Comitê de Sustentabilidade da B3 S.A. Foi também: Presidente do Comitê de “Construção de Capacidade” na área de Relatórios Corporativos Financeiros Internacionais, do Grupo de Especialistas Intergovernamentais em Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios Financeiros, uma unidade da UNCTAD, ONU, em Genebra, Suíça; Membro independente do Comitê de Auto-regulação bancária da Federação Brasileira de Bancos - “FEBRABAN”;- Presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB, Membro do Grupo Consultivo da Crise Financeira (de 2008) formado por iniciativa do FASB dos EEUU e do IASB; Presidente da Seção Américas Central e do Sul da Associação Internacional de Institutos de Executivos de Finanças IAFEI; Diretor do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças IBEF, tanto na regional SP quanto na Diretoria Nacional; Membro do Grupo Consultivo e de Assessoria em normas de auditoria da Federação Internacional de Contadores – IFAC; Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nossa Caixa, da Caixa Econômica Federal, Vicunha Têxtil S. A., Banco Fibra, Banco BBVA Brasil, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, GRUPO ORSA (papel e celulose), e Companhia Müller de Bebidas. Foi representante do CPC no Grupo de Economias Emergentes do IASB. Vice-presidente “sem pasta” da Associação Internacional para Educação e Pesquisa Contábil – IAAER. Vice-diretor da Associação Interamericana de Contabilidade; foi membro dos comitês de auditoria do Banco Nossa Caixa e da Vicunha Têxtil; e membro do comitê de controles internos do Banco Fibra. O Sr. Carvalho também foi presidente regional da Associação Internacional de Institutos de Executivos Financeiros da América Central e do Sul e chefe da supervisão bancária do Conselho de Administração do Banco Central e comissário da CVM..

O Sr. Carvalho declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00

A Sra. Josseline foi membro do conselho de Estado na França, e diretora de gabinete do Sr. Georges Kiejman (ministro júnior de relações exteriores), diplomata na representação permanente da França na União Europeia e chefe de missão, responsável por assuntos culturais e científicos no gabinete do Sr. Hubert Védrine (ministro de negócios estrangeiros), além de ser cônsul-geral da França em Los Angeles, nos Estados Unidos da América. Desde 2008, a Sra. Josseline exerce cargo de Diretora e membro do Conselho de Administração da Areva. Além disso, é conselheira do Grupo Casino desde 2012.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Josseline em entidades do terceiro setor.

A Sra. Josseline declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91

O Sr. José Flavio é bacharel em Administração de Empresas com especialização em Finanças, formado pelo Centro Universitário UNA em Belo Horizonte, em 1980. Trabalhou no Citigroup por 23 anos deixando o banco em 2008. Foi diretor executivo responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais. De 1998 a 2001. Foi também diretor executivo no Citibank Colômbia responsável pela Tesouraria e Renda Fixa. Em 2008 se juntou ao Grupo Safra como CEO do Family Office do Sr. Joseph Safra. Foi responsável pelos investimentos da família em moedas, renda fixa e renda variável globalmente. Também foi responsável pelos investimentos da família Safra em private equity e real estate no Brasil. Em 2012, o Jose Flavio ingressou na BR Partners, como sócio sênior. Foi responsável pela implantação do banco de investimento adquirido pelo grupo em 2012. Jose Flavio tornou-se CEO da BR Partners Banco de Investimento S/A em 2014. Em abril de 2016, foi Co-Fundador da ULBREX Asset Management. Empresa de Investimentos dedicada a gestão de fundos imobiliários. Deixou a empresa em janeiro de 2019 para ser a CFO do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Como CFO do BNDES, tinha sob sua responsabilidade a diretoria de finanças e tesouraria, a diretoria de crédito, áreas de contabilidade e controladoria e também o back office. Foi presidente interino do banco. Deixou o BNDES em setembro de 2019. Atualmente José Flavio é Presidente do Conselho de Supervisão da BSM – Bolsa Supervisão de Mercados da B3, é também Conselheiro Independente no CA da BR Advisory Partners S.A. José Flavio foi Membro e Presidente do Conselho de Administração da BR Properties onde atuou de 2009 a 2015. Foi também Membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA, entre 2004 e 2007. Foi Diretor da ANBIMA- Associação Nacional de Mercado de Capitais de 2002 a 2005.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Flavio em entidades do terceiro setor.

O Sr. José Flavio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301. . Para fins de determinação da independência do Sr. José Flávio, a Companhia considerou os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR - 144.388.523-15

O Sr. Geraldo integrou os quadros do Grupo M. Dias Branco entre os anos de 1995 e 2019, tendo ocupado nos últimos anos, a Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria e a Diretoria de Relações com Investidores S.A.. Lá iniciou, em 1995, no cargo de Diretor Financeiro do Banco Equatorial. No ano 2000, ingressou na M. Dias Branco exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Na M. Dias Branco, coordenou todos os processos de aquisição de empresas, liderou o processo de abertura de capital da companhia, listada no Novo Mercado em 2006 e participou da estruturação da governança da empresa. No período de 1977 a 1995, compôs os quadros do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, tendo ingressado por concurso público, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até o ano de 1995. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1985, graduou-se também em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Integra o Conselho de Administração das empresas HAPVIDA, Cerâmica Portobello e o Conselho Consultivo da USIBRAS. Participou do Conselho de Administração das empresas: Companhia Industrial de Cimento Apodi, Terminal Portuário Cotegipe e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Preside o Comitê de Fusões e Aquisições da empresa HAPVIDA. Professor de disciplina na área financeira em instituições de ensino superior e empresas privadas.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Geraldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Geraldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301. . Para fins de determinação da independência do Sr. Geraldo, a Companhia considerou os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00

David Lubek é inspetor de finanças. Graduado pela École Polytechnique, ingressou no Ministério da Fazenda em 2000 no Departamento de Orçamento, onde ocupou diversos cargos de responsabilidade. Em 2010, ele ingressou na Groupama como Diretor Executivo de Auditoria. Em 2013, ingressou no Grupo Casino como Diretor de Controladoria do Grupo e, em seguida, Diretor Vice-Presidente Financeiro.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. David em entidades do terceiro setor.

O Sr. David declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

O Sr. Christophe atuou como CFO (Chief Financial Officer) do Grupo Êxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012. Após entrar no Casino em 2000, ocupou vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, exerceu o cargo de CFO da rede Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é francês, possui bacharelado em direito privado e licenciatura em finanças e contabilidade, ambos na Universidade de Bordeaux (França).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Christophe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Christophe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

Jean-Charles Henri Naouri é membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Distribuição desde 2005. É também presidente e diretor presidente do Grupo Casino, presidente de sua empresa-mãe, a Euris S.A.S.. Ele também possui os seguintes cargos: presidente do Conselho de Administração da Rallye S.A., membro do Conselho de Administração da F. Marc de Lacharrière (Fimalac) S.A., vice-presidente do Casino Group Corporate Foundation e presidente da Euris Foundation. Em Junho de 2013, o Sr. Naouri foi indicado pelo Ministério das Relações Exteriores da França para ser um representante especial para relações econômicas com o Brasil. Nos últimos 5 anos, ele foi presidente e diretor presidente da Casino Finance (até 2017), presidente do Conselho de Administração da Cnova N.V. (até 2015), presidente do Conselho de Administração da Wilkes Participações (até 2015), presidente e diretor presidente (até 2013), em seguida presidente do conselho de supervisão (até 2013) e membro do conselho de supervisão (até 2014) da Monoprix S.A., e diretor presidente da Rallye S.A. (até 2013). De 1982 até 1986, o Sr. Naouri foi chefe da equipe do Ministério Social e da Solidariedade Nacional da França e do Ministério da Economia, Finanças e Orçamento da França. O Sr. Naouri é Inspetor de Finanças do governo francês. O Sr. Naouri possui graduação da Ecole Normale Supérieure e da Ecole Nationale d'Administration e é Ph.D. em Matemática e estudou na Universidade de Harvard.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Naouri em entidades do terceiro setor.

O Sr. Naouri declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

O Sr. Philippe tem ocupado diversos cargos no Grupo Casino desde seu ingresso em 1983. Depois de ocupar a posição de administrador no Departamento de Finanças do Grupo Casino, ocupou diversas posições como Diretor Financeiro em várias subsidiárias do Grupo Casino, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes. Iniciou sua carreira internacional na Polônia, onde ocupou por 8 anos a posição de Diretor Financeiro do Casino Polônia, e após ocupou o cargo de Diretor Presidente de negócios imobiliários. Em 2005, ele voltou à França para ocupar o cargo de administrador geral dos negócios imobiliários do Grupo Casino, até 2011, quando passou a ser Diretor Internacional do Grupo Casino, cargo que ocupou até janeiro de 2021. É também membro do Conselho de Administração do Grupo Êxito desde 2012, membro do Comitê de Supervisão do Green Yellow e Diretor Presidente da Mayland Real State na Polônia. Atualmente, o Sr. Philippe Alarcon não ocupa outros cargos no Grupo Casino além do cargo na Companhia e dos cargos mencionados acima. A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Philippe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Philippe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

TUFI DAHER FILHO - 323.142.486-00

O Sr. Tufi é proprietário da TDF Consultoria Empresarial Ltda., sócio da The Empreendimentos e Construtora Ltda. e dono das franquias Loungerie, Osklen e Richards em Uberlândia (MG). Nos últimos 5 anos atuou como Conselheiro da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Conselheiro Técnico da Hidrovias do Brasil S.A., Diretor Executivo da Companhia, Diretor da Cia. Metalic Nordeste; Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. e Conselheiro da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Minas Gerais, participou de curso profissionalizante ministrado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão com tema voltado ao Planejamento de Transporte, além disso, possui MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral, e participou do Programa de Gestão Avançada em parceria com a INSEAD, na França.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Tufi em entidades do terceiro setor.

O Sr. Tufi declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Patrícia Valente Sterli - 010.551.368-78

A Sra. Patrícia é certificada pelo IBGC como membro do conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria, sendo que também é membro da Comitê Financeiro e da Comissão Anticorrupção do IBGC. Além disso, é gestora de carteiras certificada pela CVM, pelo Banco Central do Brasil e pela ANBIMA. A Sra. Patrícia possui 13 anos de experiência como gestora de carteiras, sendo seis como membro da Diretoria, atuando na área de gestão de carteiras com foco em clientes institucionais e de varejo. Ademais, possui oito anos de experiência como CFO, sendo três como Conselheira, responsável pelas áreas contábil, fiscal, orçamentária, tesouraria e recursos humanos. Experiência na estruturação de operações financeiras com renda fixa, emissão de debêntures, IPOs e fusões e aquisições. A Sra. Patrícia atuou também como membro do Conselho Fiscal da Petrobras S.A. (mandato de 2021-2022), da Eletrobras Centrais Elétricas S.A. (2017-2019 e 2019-2021), sendo que nesta companhia atuou também como presidente do Conselho Fiscal durante o seu segundo mandato, da Companhia Siderurgica Nacional S.A. (2019-2020), da WEG S.A. (2021-2022), da ITAUSA (2021-2022), da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (01/2021-08/2021) e da Oi S.A. (2019-2021).

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Patrícia em entidades do terceiro setor.

A Sra. Patrícia declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Marcílio Amato Vaz de Melo - 378.741.796-68

O Sr. Marcílio é bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva, onde também concluiu sua pós-graduação em contabilidade avançada e em prática pedagógica do ensino superior. O Sr. Marcílio atuou como analista de contabilidade na Consentino & Noronha Auditoria até 1982, sendo que após atuou como consultor contábil independente atuando na elaboração e revisão de relatórios contábeis. Atualmente, o Sr. Marcílio atua como especialista contábil na Amato Serviços Contábeis, em que presta serviços de assessoria contábil e tributária, auxílio na revisão de relatórios contábeis e na elaboração de estudos de avaliação de valuation.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Marcílio em entidades do terceiro setor.

O Sr. Marcílio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

O Sr. Rafael é formado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2012 e é sócio na Zenith Asset Management Ltda. É membro associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da APIMEC-SUL. Além disso, atuou como membro do conselho fiscal da Positivo Tecnologia S.A., da Coteminas S.A., da Encorpar S.A., da Companhia Tecidos Santanense S.A., da Excelsior Alimentos S.A. e da Forjas Taurus S.A., além de ter atuado como membro suplente do conselho fiscal da Metalgráfica Iguaçú S.A., da Companhia Tecidos Satanense S.A. e da Encorpar S.A.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Rafael em entidades do terceiro setor.

O Sr. Rafael declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Marco Antônio Mayer Foletto - 480.083.380-91

O Sr. Marco é formado em Contabilidade pela UFRGS, com pós-graduação em Gestão de Negócios Globalizados pelo IBMEC-SP e Gestão Empresarial pela UFRGS. Possui sólida atuação em Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Compliance, Controladoria e Finanças, na gestão e implantação de estratégias e processos de negócio em empresas multinacionais de variados segmentos, tendo passagens pelos Conselhos de Administração da Gerdau Steel Índia e Banrisul.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Marco em entidades do terceiro setor.

O Sr. Marco declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Sérgio Eustáquio Pires - 228.407.886-91

O Sr. Sérgio é bacharel em ciências contábeis e em administração de empresas e mestre em administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), além de ter formação de consultores pelo SEBRAE. O Sr. Sérgio possui mais de 30 anos de experiência nas áreas administrativa e financeira em empresas de médio e grande porte, tendo atuado neste período como consultor do SEBRAE e professor em cursos de especialização e pós graduação, como IBMEC, CEPEAD e Fundação Dom Cabral, onde atua também como membro efetivo do Conselho Fiscal desde março de 2010. Ademais, o Sr. Sérgio possui experiência como consultor no Hospital Orto, na BVP Engenharia e na Maria Chocolate em Belo Horizonte, MG.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Sérgio em entidades do terceiro setor.

O Sr. Sérgio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Daniela Sabbag Papa - 262.945.628-56 N/A	
Wlamir dos Anjos - 114.124.288-58 N/A	
Gabrielle Castelo Branco Helú - 352.485.818-00 N/A	
Anderson Barres Castilho - 017.266.429-25 N/A	
Belmiro de Figueiredo Gomes - 805.421.589-49 N/A	
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72 N/A	
Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72 N/A	
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00	

N/A

José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91

N/A

GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR - 144.388.523-15

N/A

David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00

N/A

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

N/A

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

N/A

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

N/A

TUFI DAHER FILHO - 323.142.486-00

N/A

Patrícia Valente Sterli - 010.551.368-78

N/A

Marcílio Amato Vaz de Melo - 378.741.796-68

N/A

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

N/A

Marco Antônio Mayer Foletto - 480.083.380-91

N/A

Sérgio Eustáquio Pires - 228.407.886-91

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Heraldo Gilberto de Oliveira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1964	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
454.094.479-72		ADMINISTRADOR		14/01/2021	1	0%
Philippe Alarcon	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	22/03/1958	31/12/2020	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
000.000.000-00		Administrador		31/12/2020	1	0%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, E DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE E DO COMITÊ DE GENTE, CULTURA E REMUNERAÇÃO						
Luiz Nelson Guedes de Carvalho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	18/11/1945	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
027.891.838-72		Economista	COORDENADOR DO COMITÊ DE AUDITORIA	14/01/2021	1	0%
MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ FINANCEIRO						
José Flavio Ferreira Ramos	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/1958	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
315.119.536-91		ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		14/01/2021	1	0%
MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO COMITÊ DE GENTE, CULTURA E REMUNERAÇÃO						
Christophe José Hidalgo	Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	25/10/1967	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
214.455.098-06		Contador		14/01/2021	1	0%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COMITÊ DE GENTE, CULTURA E REMUNERAÇÃO, COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE, COMITÊ DE AUDITORIA E PRESIDENTE DO COMITÊ ESTRATÉGICO E DE INVESTIMENTO						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/1955	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
223.184.456-72		Psicólogo		14/01/2021	1	0%
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PRESIDENTE DO COMITÊ DE GENTE, CULTURA E REMUNERAÇÃO E DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE, MEMBRO DO COMITÊ ESTRATÉGICO E DE INVESTIMENTO						
David Julien Emeric Lubek	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/1973	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
000.000.000-00		ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		14/01/2021	1	0%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ ESTRATÉGICO E DE INVESTIMENTO						
GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1963	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
144.388.523-15		ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		14/01/2021	1	0%
MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ ESTRATÉGICO E DE INVESTIMENTO						
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/02/1954	14/01/2021	2 ANOS, ESTENDIDO ATÉ A AGO QUE APROVAR AS CONTAS DE 2022
000.000.000-00	MEMBRO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE	ADMINISTRADORA		14/01/2021	1	0%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72						

O Sr. Heraldo é graduado em Administração e em Ciências Contábeis, possui mestrado em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP. Atualmente é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.; membro do Comitê de Auditoria da Companhia Energética de São Paulo – CESP, e membro coordenador do Comitê de Auditoria e Compliance da Iguá Saneamento S.A. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, do Banco Nossa Caixa S.A., membro do Conselho Fiscal da Suzano Holding S/A, entre outras outras empresas, tendo sido ainda membro suplente do Conselho Fiscal no GPA e na Viavarejo. Foi diretor do IBEF-SP e da Anefac, e pesquisador da Fipecafi.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Heraldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Heraldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

O Sr. Philippe tem ocupado diversos cargos no Grupo Casino desde seu ingresso em 1983. Depois de ocupar a posição de administrador no Departamento de Finanças do Grupo Casino, ocupou diversas posições como Diretor Financeiro em várias subsidiárias do Grupo Casino, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes. Iniciou sua carreira internacional na Polônia, onde ocupou por 8 anos a posição de Diretor Financeiro do Casino Polônia, e após ocupou o cargo de Diretor Presidente de negócios imobiliários. Em 2005, ele voltou à França para ocupar o cargo de administrador geral dos negócios imobiliários do Grupo Casino, até 2011, quando passou a ser Diretor Internacional do Grupo Casino, cargo que ocupou até janeiro de 2021. É também membro do Conselho de Administração do Grupo Éxito desde 2012, membro do Comitê de Supervisão do Green Yellow e Diretor Presidente da Mayland Real State na Polônia. Atualmente, o Sr. Philippe Alarcon não ocupa outros cargos no Grupo Casino além do cargo na Companhia e dos cargos mencionados acima. A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Philippe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Philippe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72

Pós-graduado, Mestrado e Doutorado, em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, onde leciona na categoria de “Professor Sênior”. Foi membro do Conselho de Administração da Cia. Brasileira de Distribuição, do Comitê Financeiro e do Comitê de Auditoria. Foi Membro do Conselho de Administração da B3 S.A. até abril de 2019, tendo sido eleito Vice-Presidente em 21 de maio de 2018 e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrobrás até dezembro de 2018, tendo ocupado a posição de Presidente deste Conselho e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. É Consultor do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Atua como especialista em litígios empresariais envolvendo questões de Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Auditoria. Tem atuado como Co-árbitro em arbitragens na Câmara de Comércio Brasil – Canadá (São Paulo) e na International Chamber of Commerce (Paris). Foi membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIEP/CAFI. É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis ABRACICON. Foi ainda Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Amazonas Sustentável FAS, ONG voltada para proteção da floresta amazônica. Foi membro independente do Comitê de Sustentabilidade da B3 S.A. Foi também: Presidente do Comitê de “Construção de Capacidade” na área de Relatórios Corporativos Financeiros Internacionais, do Grupo de Especialistas Intergovernamentais em Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios Financeiros, uma unidade da UNCTAD, ONU, em Genebra, Suíça; Membro independente do Comitê de Auto-regulação bancária da Federação Brasileira de Bancos - “FEBRABAN”;- Presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB, Membro do Grupo Consultivo da Crise Financeira (de 2008) formado por iniciativa do FASB dos EUA e do IASB; Presidente da Seção Américas Central e do Sul da Associação Internacional de Institutos de Executivos de Finanças IAFEI; Diretor do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças IBEF, tanto na regional SP quanto na Diretoria Nacional; Membro do Grupo Consultivo e de Assessoria em normas de auditoria da Federação Internacional de Contadores – IFAC; Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nossa Caixa, da Caixa Econômica Federal, Vicunha Têxtil S. A., Banco Fibra, Banco BBVA Brasil, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, GRUPO ORSA (papel e celulose), e Companhia Müller de Bebidas. Foi representante do CPC no Grupo de Economias Emergentes do IASB. Vice-presidente “sem pasta” da Associação Internacional para Educação e Pesquisa Contábil – IAAER. Vice-diretor da Associação Interamericana de Contabilidade; foi membro dos comitês de auditoria do Banco Nossa Caixa e da Vicunha Têxtil; e membro do comitê de controles internos do Banco Fibra. O Sr. Carvalho também foi presidente regional da Associação Internacional de Institutos de Executivos Financeiros da América Central e do Sul e chefe da supervisão bancária do Conselho de Administração do Banco Central e comissário da CVM..

O Sr. Carvalho declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91

O Sr. José Flavio é bacharel em Administração de Empresas com especialização em Finanças, formado pelo Centro Universitário UNA em Belo Horizonte, em 1980. Trabalhou no Citigroup por 23 anos deixando o banco em 2008. Foi diretor executivo responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais. De 1998 a 2001. Foi também diretor executivo no Citibank Colômbia responsável pela Tesouraria e Renda Fixa. Em 2008 se juntou ao Grupo Safra como CEO do Family Office do Sr. Joseph Safra. Foi responsável pelos investimentos da família em moedas, renda fixa e renda variável globalmente. Também foi responsável pelos investimentos da família Safra em private equity e real estate no Brasil. Em 2012, o Jose Flavio ingressou na BR Partners, como sócio sênior. Foi responsável pela implantação do banco de investimento adquirido pelo grupo em 2012. Jose Flavio tornou-se CEO da BR Partners Banco de Investimento S/A em 2014. Em abril de 2016, foi Co-Fundador da ULBEX Asset Management. Empresa de Investimentos dedicada a gestão de fundos Imobiliários. Deixou a empresa em janeiro de 2019 para ser a CFO do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Como CFO do BNDES, tinha sob sua responsabilidade a diretoria de finanças e tesouraria, a diretoria de crédito, áreas de contabilidade e controladoria e também o back office. Foi presidente interino do banco. Deixou o BNDES em setembro de 2019. Atualmente José Flavio é Presidente do Conselho de Supervisão da BSM – Bolsa Supervisão de Mercados da B3, é também Conselheiro Independente no CA da BR Advisory Partners S.A. José Flavio foi Membro e Presidente do Conselho de Administração da BR Properties onde atuou de 2009 a 2015. Foi também Membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA, entre 2004 e 2007. Foi Diretor da ANBIMA- Associação Nacional de Mercado de Capitais de 2002 a 2005.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Flavio em entidades do terceiro setor.

O Sr. José Flavio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301. . Para fins de determinação da independência do Sr. José Flávio, a Companhia considerou os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

O Sr. Christophe atuou como CFO (Chief Financial Officer) do Grupo Êxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012. Após entrar no Casino em 2000, ocupou vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, exerceu o cargo de CFO da rede Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é francês, possui bacharelado em direito privado e licenciatura em finanças e contabilidade, ambos na Universidade de Bordeaux (França).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Christophe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Christophe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Ronaldo labrudi foi eleito, em 27.04.2018, Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração do GPA, do qual é membro desde 2016. O executivo também ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cdiscount, com sede em Amsterdam, Holanda. Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, foi Diretor Presidente do GPA. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo, Presidente dos Conselhos de Administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do Conselho da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Foi CEO da Magnesita de 2007 a 2011 e, de 1999 a 2006, trabalhou para o Grupo Telemar, onde assumiu diversas funções, incluindo CEO da Telemar/Oi e Contax. De 1997 a 1999, Ronaldo labrudi atuou como CEO da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e, de 1984 a 1997, como Diretor Financeiro e Administrativo e Diretor de Recursos Humanos no Grupo Gerdau. Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), possui Mestrado em Desenvolvimento Organizacional pela Université Panthéon Sorbonne e Mestrado em Gestão de Mudança pela Université Paris Dauphine, Paris - França.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Ronaldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Ronaldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00

David Lubek é inspetor de finanças. Graduado pela École Polytechnique, ingressou no Ministério da Fazenda em 2000 no Departamento de Orçamento, onde ocupou diversos cargos de responsabilidade. Em 2010, ele ingressou na Groupama como Diretor Executivo de Auditoria. Em 2013, ingressou no Grupo Casino como Diretor de Controladoria do Grupo e, em seguida, Diretor Vice-Presidente Financeiro.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. David em entidades do terceiro setor.

O Sr. David declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR - 144.388.523-15

O Sr. Geraldo integrou os quadros do Grupo M. Dias Branco entre os anos de 1995 e 2019, tendo ocupado nos últimos anos, a Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria e a Diretoria de Relações com Investidores S.A.. Lá iniciou, em 1995, no cargo de Diretor Financeiro do Banco Equatorial. No ano 2000, ingressou na M. Dias Branco exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Na M. Dias Branco, coordenou todos os processos de aquisição de empresas, liderou o processo de abertura de capital da companhia, listada no Novo Mercado em 2006 e participou da estruturação da governança da empresa. No período de 1977 a 1995, compôs os quadros do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, tendo ingressado por concurso público, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até o ano de 1995. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1985, graduou-se também em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Integra o Conselho de Administração das empresas HAPVIDA, Cerâmica Portobello e o Conselho Consultivo da USIBRAS. Participou do Conselho de Administração das empresas: Companhia Industrial de Cimento Apodi, Terminal Portuário Cotegipe e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Preside o Comitê de Fusões e Aquisições da empresa HAPVIDA. Professor de disciplina na área financeira em instituições de ensino superior e empresas privadas.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Geraldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Geraldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301. . Para fins de determinação da independência do Sr. Geraldo, a Companhia considerou os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00

A Sra. Josseline foi membro do conselho de Estado na França, e diretora de gabinete do Sr. Georges Kiejman (ministro júnior de relações exteriores), diplomata na representação permanente da França na União Europeia e chefe de missão, responsável por assuntos culturais e científicos no gabinete do Sr. Hubert Védrine (ministro de negócios estrangeiros), além de ser cônsul-geral da França em Los Angeles, nos Estados Unidos da América. Desde 2008, a Sra. Josseline exerce cargo de Diretora e membro do Conselho de Administração da Areva. Além disso, é conselheira do Grupo Casino desde 2012.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Josseline em entidades do terceiro setor.

A Sra. Josseline declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72	
N/A	
Philippe Alarcon - 000.000.000-00	
Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72	
José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91	
Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06	
Ronaldo labrudí dos Santos Pereira - 223.184.456-72	
David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00	
GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR - 144.388.523-15	
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Acionista Controlador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Josseline Marie-José Bernadette de Clausade

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função David Julien Emeric Lubek Membro do Conselho de Administração		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Casino Guichard Perrachon Diretor Vice-Presidente Financeiro	08.572.014/0001-91		
Observação			

Administrador do Emissor Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira Membro do Conselho de Administração	223.184.456-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração	47.508.411/0001-56		
Observação Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

Administrador do Emissor Luiz Nelson Guedes de Carvalho Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria	027.891.838-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Companhia Brasileira de Distribuição Membro Independente do Conselho de Administração	47.508.411/0001-56		
Observação Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

Administrador do Emissor Belmiro de Figueiredo Gomes	805.421.589-49	Prestação de serviço	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretor de Negócios de Atacado			
<u>Observação</u>			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniela Sabbag Papa	262.945.628-56	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretora Administrativa Financeira e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretora de Relações com Investidores			
<u>Observação</u>			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe José Hidalgo	214.455.098-06	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretor Vice-Presidente de Finanças			
<u>Observação</u>			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Prestação de serviço	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Membro do Conselho de Administração	23.041.875/0001-37		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Almacenes Éxito S.A. já não é controlada pela Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			

Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon

Prestação de serviço

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Diretor Internacional

Observação**Administrador do Emissor**

Jean-Charles Henri Naouri

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Observação**Administrador do Emissor**

Jean-Charles Henri Naouri

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Acionista Controlador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
David Julien Emeric Lubek		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Diretor Vice-Presidente Financeiro			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	223.184.456-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Membro do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Luiz Nelson Guedes de Carvalho	027.891.838-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Membro Independente do Conselho de Administração			
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Belmiro de Figueiredo Gomes	805.421.589-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretor de Negócios de Atacado			
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Daniela Sabbag Papa	262.945.628-56	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretora Administrativa Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretora de Relações com Investidores			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

Christophe José Hidalgo	214.455.098-06	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Companhia Brasileira de Distribuição	47.508.411/0001-56		
Diretor Vice-Presidente de Finanças			

Observação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor**

Jean-Charles Henri Naouri		Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Acionista Controlador			

Observação**Administrador do Emissor**

Josseline Marie-José Bernadette de Clausade		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
---------------------------	--------------------	--	--

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Membro do Conselho de Administração			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor David Julien Emeric Lubek Membro do Conselho de Administração		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Casino Guichard Perrachon Diretor Vice-Presidente Financeiro	08.572.014/0001-91		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira Membro do Conselho de Administração	223.184.456-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	47.508.411/0001-56		
Observação Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Nelson Guedes de Carvalho Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria	027.891.838-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Companhia Brasileira de Distribuição Membro Independente do Conselho de Administração	47.508.411/0001-56		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Belmiro de Figueiredo Gomes Diretor Presidente	805.421.589-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição Diretor de Negócios de Atacado	47.508.411/0001-56		
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Daniela Sabbag Papa Diretora Administrativa Financeira e de Relações com Investidores	262.945.628-56	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição Diretora de Relações com Investidores	47.508.411/0001-56		
Observação			
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Christophe José Hidalgo Membro do Conselho de Administração	214.455.098-06	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Distribuição Diretor Vice-Presidente de Finanças	47.508.411/0001-56		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição já não é acionista controlador da Companhia. Para maiores informações, vide itens 6.3, 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Philippe Alarcon

Prestação de serviço

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Membro do Conselho de Administração

23.041.875/0001-37

Membro do Conselho de Administração

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Companhia é tomadora adicional da apólice de seguro celebrada entre a CBD, ex-controladora da Companhia, com a Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência de 23 de dezembro de 2020 a 23 de dezembro de 2021, para cobrir todos os administradores e membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, contra os danos a eles atribuídos no exercício de suas funções (“Seguro D&O”). A cobertura está limitada a R\$133.900.000,00 para as perdas e danos decorrentes de um mesmo ato danoso relacionado ao mercado de capitais, sendo que qualquer importância em moeda estrangeira será convertida para reais, observando-se, para tanto, a taxa de câmbio vigente no ato de emissão. Assim, os administradores da Companhia continuam a fazer jus aos benefícios da apólice mesmo a Companhia tendo deixado de ser controlada da CBD.

A cobertura das apólices do Seguro D&O não se aplica ao caso de atos praticados com dolo ou má-fé dos administradores e, portanto, a Companhia entende que o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida aos seus administradores, considerando a penalidade aplicada decorrer de ato praticado no exercício de suas funções e no melhor interesse da Companhia. Adicionalmente, a Companhia entende que a contratação destes seguros, ao garantir indenizações justas e devidas aos seus administradores e de suas controladas, está alinhada ao seu interesse de atrair e manter profissionais qualificados em sua alta administração.

Ademais, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a alteração do Estatuto Social para prever a possibilidade de celebração de contratos de indenidade com os administradores da Companhia. Neste caso, a indenização somente será devida após a utilização e apenas em caráter suplementar à cobertura oferecida pelo Seguro D&O, sendo que os valores a serem pagos pela Companhia deverão corresponder ao excedente do valor coberto pelo Seguro D&O.

No entanto, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não outorgou contratos de indenidade a seus administradores.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**12.12. Outras Informações Relevantes**

Seguem informações sobre as assembleias realizadas nos últimos 3 exercícios sociais, todas instaladas em primeira convocação, conforme abaixo:

Data	Tipo	Quórum de Instalação
01/01/2018	AGE	100%
30/04/2018	AGO	100%
28/09/2018	AGE	100%
1/10/2018	AGE	100%
11/02/2019	AGE	100%
28/02/2019	AGE	100%
15/03/2019	AGE	100%
30/04/2019	AGO	100%
09/08/2019	AGE	100%
01/10/2019	AGE	100%
26/12/2019	AGE	100%
04/03/2019	AGE	100%
27/03/2020	AGE	100%
31/03/2020	AGE	100%
30/04/2020	AGO	100%
29/09/2020	AGE	100%
30/09/2020	AGE	100%
05/10/2020	AGE	100%
06/10/2020	AGE	100%
10/11/2020	AGE	100%
31/12/2020	AGE	100%
28/04/2021	AGOE	77,14% em AGO 76,88% em AGE

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13 Remuneração dos administradores

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo da política ou prática de remuneração da Companhia, no tocante à remuneração de seus administradores e membros dos comitês, é remunerá-los de acordo com as práticas de mercado, possibilitando a atração e retenção de profissionais qualificados e o envolvimento com a Companhia.

A política de remuneração vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2020 e está disponível no site de Relações com Investidores, na seção Governança Corporativa, e no site da CVM.

(a) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(i) Uma parcela de remuneração fixa, calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos de pesquisa anual realizada por consultorias externas contratadas pela Companhia;

(ii) Benefícios diretos e indiretos;

(iii) Remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados), com pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia para a Diretoria estatutária e, para os casos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia;

(iv) Remuneração variável de longo prazo (correspondente a planos de opção de compra de ações e/ou plano de free shares), com outorga anual e pagamento diferido em um período de três anos;

(v) Benefícios pós-emprego, correspondente a contrapartida em plano de previdência privada para optantes.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais anteriores:

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

% em relação à remuneração total

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	50,77%	1,36%	28,26%	19,61%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	51,54%	1,13%	28,26%	19,07%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	35,76%	0,85%	43,10%	20,29%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não compõem a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações serão submetidas ao Comitê de Gente e Cultura, responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Uma vez aprovada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Gente e Cultura, o Conselho de Administração elaborará a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia paga aos seus diretores nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 13.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia, vide item 13.4 abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a composição da política de remuneração da Companhia é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca pelos melhores talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é necessário destacar que a Companhia referenda a política de remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais nos comparamos (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil segundo o resultado da referida pesquisa.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Presidente do Conselho de Administração não receberá nenhum tipo de remuneração pois renunciará ao seu direito de receber.

(b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Visando cumprir com os objetivos da política de remuneração, que é remunerar de acordo com as práticas de mercado (aféridas através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how; soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.
- Participação nos Resultados: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dos diretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia, celebrado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, Margem Líquida, Despesas Gerais Administrativas e de

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Vendas, EBITDA, Lucro Líquido, Dívida Líquida, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), N° de Tickets (Transações) e *Market Share*. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias, e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demais são fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados em qualquer circunstância, independentemente da distribuição de dividendos pela Companhia, com base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia. Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamente financeiros. O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, *target* e máximo, que serão estipulados e aprovados, respectivamente, pelo Comitê de Gente e Cultura e pelo Conselho de Administração. É a média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado Performance Score (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo Assaí), método esse que no ano de 2019 foi aplicado inclusive para todos os empregados da Companhia de média liderança, ou seja, denominado de Coordenadores.

- Remuneração baseada em ações: informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações, estão dispostas no item 13.4 do Formulário de Referência.

(c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia estrutura a remuneração por meio de programas que monitoram o cumprimento de metas previamente definidas e os resultados efetivamente alcançados.

(d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A fim de alinhar a Diretoria com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de curto e médio prazo, a Companhia oferece aos Diretores uma remuneração fixa (salário base) e, além disso, uma parcela de remuneração variável, a ser paga na forma de participação nos resultados. Ademais, a Companhia oferece aos Diretores um plano de opção de compra de ações e um plano de remuneração baseado em opção de compra de ações que, por possuírem determinadas características como períodos de carência para exercício das opções e *lock up* das ações adquiridas, mantém a Diretoria alinhada com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

longo prazo. Cumpre esclarecer ainda que, o plano de opção de compra de ações, o plano de remuneração baseado em opção de compra de ações e a participação nos resultados, compõem a remuneração variável da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e comitês da Companhia será reajustada com base no valor usualmente pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínua busca pela melhoria dos resultados. Os planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de ações detalhados no item 13.4, podem ser estendidos aos membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês podem fazer jus a remuneração variável de curto prazo, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia. Nesse sentido, a Companhia entende que a política e prática de remuneração estão adequadas aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

(e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração de administradores e membros dos comitês será suportada exclusivamente pela Companhia.

(f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não haverá qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores ou membros dos comitês da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

(g) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam*
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

- i. Conforme indicado no item 13.1.b.iii acima, o Comitê de Gente e Cultura recebe da área dedicada a temas relacionados à remuneração da Companhia, recomendações sobre a proposta de remuneração individual de cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria.

É o Comitê de Gente e Cultura o responsável pela deliberação e aprovação de tais recomendações.

Uma vez deliberadas e aprovadas, tais recomendações são encaminhadas pelo Comitê de Gente e Cultura ao Conselho de Administração, que por sua vez, elaborará a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

- ii. Para fixar a remuneração individual de cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, através da contratação de consultoria especializada e reconhecida, pautadas na análise dos dados das principais empresas brasileiras, com faturamento e porte similares aos da Companhia, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado.

Uma vez analisadas as informações, uma proposta de remuneração é feita baseada no nível de dedicação e papel desempenhado por cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria.

- iii. O Comitê de Gente e Cultura e o Conselho de Administração avaliarão a adequação da remuneração paga de forma anual, em consonância com o resultado da pesquisa formulada pela consultoria especializada contratada pela Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	25.175.556,19	21.294.135,79	540.000,00	47.009.691,98
Benefícios direto e indireto	4.959.386,16	519.000,00	0,00	5.478.386,16
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.615.510,62	0,00	17.615.510,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	12.992.035,20	9.237.245,74	0,00	22.229.280,94
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021.	
Total da remuneração	43.126.977,55	48.665.892,15	540.000,00	92.332.869,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	11.653.780,40	0,00	11.653.780,40
Benefícios direto e indireto	0,00	338.839,20	0,00	338.839,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	970.509,35	0,00	970.509,35
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.026.892,79	0,00	7.026.892,79
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.877.112,45	0,00	4.877.112,45
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	
Total da remuneração	0,00	24.867.134,19	0,00	24.867.134,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	14.387.611,71	0,00	14.387.611,71
Benefícios direto e indireto	0,00	335.262,02	0,00	335.262,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	972.849,02	0,00	972.849,02
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.421.233,21	0,00	8.421.233,21
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.683.742,17	0,00	5.683.742,17
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	
Total da remuneração	0,00	29.800.698,12	0,00	29.800.698,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	7.336.324,15	0,00	7.336.324,15
Benefícios direto e indireto	0,00	207.143,04	0,00	207.143,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.367.403,95	0,00	1.367.403,95
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.491.140,23	0,00	10.491.140,23
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.937.477,00	0,00	4.937.477,00
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018.	
Total da remuneração	0,00	24.339.488,37	0,00	24.339.488,37

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e Comitês de Assessoramento não receberão remuneração variável no exercício de seus cargos, ressalvado pagamentos em caráter excepcional, pela atuação específica em determinados projetos extraordinários, conforme detalhado no capítulo 13.1 acima.

Abaixo é apresentada a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia prevista para pagamento em 2021 e paga com relação aos exercícios 2020, 2019 e 2018.

Valores previstos para o exercício de 2021:

<i>(Valores em R\$, quando aplicável)</i>	Diretoria
Número total de membros	5
Número de membros remunerados	5
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	35.231.021
Valor previsto – metas atingidas	17.615.511

Valores pagos com referência ao exercício de 2020:

<i>(Valores em R\$, quando aplicável)</i>	Diretoria
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	14.053.786
Valor previsto – metas atingidas	7.026.893

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor efetivamente reconhecido	7.026.893
--------------------------------	-----------

Valores pagos com referência ao exercício de 2019:

<i>(Valores em R\$, quando aplicável)</i>	Diretoria
Número total de membros.....	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	16.842.466
Valor previsto – metas atingidas	8.421.233
Valor efetivamente reconhecido	8.421.233

Valores pagos com referência ao exercício de 2018:

<i>(Valores em R\$, quando aplicável)</i>	Diretoria
Número total de membros.....	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	20.982.280
Valor previsto – metas atingidas	10.491.140
Valor efetivamente reconhecido	10.491.140

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em 9 de maio de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária (i) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Opção”); e (ii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Remuneração” e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os “Planos”). O Plano de Opção e o Plano de Remuneração tiveram ainda alterações aprovadas nas (i) Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015 e em 25 de abril de 2019 e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019.

A seguir descrevemos os Planos que possuíam opções vigentes em 31 de dezembro de 2020:

PLANO DE REMUNERAÇÃO

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituirá o Comitê de Gente e Cultura para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração, dentre outras matérias (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B4, B5 e B6 do Plano de Remuneração.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração os empregados e administradores da Companhia, que sejam considerados executivos-chave (“Participante”), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração não interfere nos rendimentos a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Remuneração estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à Companhia executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Remuneração contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Remuneração, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Remuneração, conforme descrito no item (f) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Remuneração, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Remuneração com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração deverá ser correspondente a R\$0,01 (um centavo) (“Preço de Exercício”).

j. critérios para fixação do prazo de exercício

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”) e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção (“Data de Aquisição das Ações”); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações (“Data de Pagamento”).

l. restrições à transferência das ações

O Plano de Remuneração não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

- (i) for desligado da Companhia, conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;
- (ii) for desligado da Companhia, conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;
- (iii) desligar-se da Companhia, conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;
- (iv) desligar-se da Companhia, de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e
- (v) desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

PLANO DE OPÇÃO

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituirá o Comitê de Gente e Cultura para assessorá-lo na administração do Plano de Opção, dentre outras matérias (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C” seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C4, C5 e C6 do Plano de Opção.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e administradores da Companhia, que sejam considerados executivos-chave (“Participante”), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação do Participante no Plano de Opção não interfere na remuneração a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Opção estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à Companhia executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Opção, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, conforme descrito no item (f) acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Opção, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Opção com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série (“Preço de Exercício”).

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”) e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção (“Data de Aquisição das Ações”); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações (“Data de Pagamento”).

l. restrições à transferência das ações

O Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento de direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

- (i) for desligado da Companhia, conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;
- (ii) for desligado da Companhia, conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;
- (iii) desligar-se da Companhia, conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

- (iv) desligar-se da Companhia, de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e
- (v) desligar-se da Companhia, conforme o caso, por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

As tabelas abaixo indicam a remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2021:

Sendas Distribuidora S.A.		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	10,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 6,94	R\$ 28,28
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,14%	0,15%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2020:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	31,55
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	28,40
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,10%
---	-----	-------

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2019:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,63
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	31,75
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	19,37
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	16,74
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,14%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,44
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	38,64
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	68,62
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,13%

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Série B2:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	25.338
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 85,64

Série C2:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	25.338
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 34,60

Série B3:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	55.346
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 40,44

Série C3:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	55.346
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 16,98

Série B4:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017
Quantidade de opções outorgadas	n/a	45.004
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 68,97

Série C4:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Quantidade de opções outorgadas	n/a	45.004
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 30,74

Série B5:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	41.673
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 78,52

Série C5:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	41.673
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$ 35,66

Série B6:

Companhia Brasileira de Distribuição

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	n/a	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	n/a	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$82,39

Série C6:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	n/a	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	n/a	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R\$31,50

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Abaixo é apresentada a remuneração baseada em ações paga à Diretoria da Companhia em 2020.

Valores referentes ao exercício de 2020:

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Diretoria						
Número total de membros	4,00					
Número de membros remunerados	4,00					
Em relação a cada outorga de opções:	Série B4	Série C4	Série B5	Série C5	Série B6	Série C6
Data da outorga	31/05/2017	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas (em nº de ações)	45.004	45.004	41.673	41.673	43.528	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2020	01/06/2020	01/06/2021	01/06/2021	01/06/2022	01/06/2022
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2020	30/11/2020	30/11/2021	30/11/2021	30/11/2022	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	180 dias	N/A	180 dias	N/A	180 dias
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de ações:						
Em aberto no início do exercício social (em R\$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Perdas durante o exercício social (em R\$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Exercidas durante o exercício social (em R\$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Expiradas durante o exercício social (em R\$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga (em R\$, por opção)	68,97	30,74	78,52	35,66	82,39	31,50
Diluição potencial em caso de exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Abaixo são apresentadas as opções exercidas e as ações entregues para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia em 2018, 2019 e 2020.

As ações referentes ao exercício das opções de compra de ações são entregues na data do respectivo exercício e cada opção dá direito a uma ação. Dessa forma, não há diferenciação entre as opções exercidas e as ações entregues nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Valores referentes ao exercício de 2020:

Diretoria		
Número de membros remunerados (que exerceram)	4	
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	Série B4	Série C4
Número de ações	45.320	45.320
Preço médio ponderado de exercício (em R\$ por ação)	0,01	56,78
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R\$, por ação)	67,32	10,55

Valores referentes ao exercício de 2019:

Diretoria								
Número de membros remunerados (que exerceram)	4							
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	Série B3	Série C3	Série B4	Série C4	Série B5	Série C5	Série B6	Série C6
Número de ações	55.346	55.346	1.940	1.940	1.540	1.540	396	396

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Preço médio ponderado de exercício (em R\$ por ação)	0,01	37,21	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R\$, por ação)	85,10	47,91	84,23	27,46	84,23	21,63	84,23	13,62

Valores referentes ao exercício de 2018:

Número de membros remunerados (que exerceram)	4
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	Série B2
Número de ações	25.704
Preço médio ponderado de exercício (em R\$ por ação)	0,01
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R\$, por ação)	80,18

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes-Merton* de precificação de opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de riscos

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black-Scholes-Merton* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas quanto às opções vigentes em 2020:

	<u>Na data de outorga</u>
Preço médio ponderado das ações (por ação), conforme valor médio dos 20 últimos pregões com relação à data de outorga	Série B3: R\$ 46,51
	Série C3: R\$ 46,51
	Série B4: R\$ 70,98
	Série C4: R\$ 70,98
	Série B5: R\$ 78,26
	Série C5: R\$ 78,26
Preço de exercício	Série B6: R\$ 88,27
	Série C6: R\$ 88,27
	Série B3: R\$ 0,01
	Série C3: R\$ 37,21
	Série B4: R\$ 0,01
	Série C4: R\$ 56,78

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

	Série B5: R\$ 0,01
	Série C5: R\$ 62,61
	Série B6: R\$ 0,01
	Série C6: R\$ 70,62
Volatilidade atualizada esperada	30,99%
Prazo de vida das opções	3 anos
Dividendos esperados	0,66%
Taxa de juros livre de riscos	5,08%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	Vide item 13.6 acima

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não são considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados decorrentes de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário, bem como em decorrência de eventos societários.

A Companhia adota a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que se tornarem exercíveis. Dessa forma, o prazo de vida das opções adotado nos cálculos é de 3 anos, de acordo com a série de outorga e correspondentes prazos de carência.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia, de acordo com o prazo de vigência das opções.

e. outras características incorporadas na mensuração do valor justo das opções

Não há características adicionais a informar neste item.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**13.9 Participações detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

- a. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	0
Diretoria	118.978 ações ordinárias de emissão da Companhia
Conselho Fiscal	0

- b. Outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	0
Diretoria	0
Conselho Fiscal	0

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Abaixo são apresentadas as informações referentes aos planos de previdência privada vigentes e conferidos aos membros de administração da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	n/a	4,00
Número de membros remunerados ¹	n/a	4,00
Nome do plano	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum	
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> - Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com a Companhia; - Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e - Ter cessado o vínculo com a Companhia. 	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	R\$575.404,96	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a	R\$226.754,16	

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)

Possibilidade e condições para resgate antecipado:

É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção:

- Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos;
- Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e
- Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos.

Exclusivamente para os casos de Diretores Estatutários, será liberado 100% da reserva no final do respectivo mandato.

¹ O número de membros da Diretoria que são remunerados com planos de previdência privada, informado na tabela acima, corresponde à média anual do número de Diretores remunerados apurado mensalmente, conforme tabela abaixo:

Mês	Nº de Membros do Conselho de Administração	Nº de Membros da Diretoria
Janeiro	0	4
Fevereiro	0	4
Março	0	4
Abril	0	4
Mai	0	4
Junho	0	4

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Julho	0	4
Agosto	0	4
Setembro	0	4
Outubro	0	4
Novembro	0	4
Dezembro	0	4
Total	0	48
Nº total de membros / 12	0,00	4

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	14.973.432,67	20.054.297,01	13.795.248,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	1.879.899,93	3.734.570,11	2.361.333,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	6.216.783,55	5.960.139,62	6.084.872,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2019	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2018	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Em 31 de dezembro de 2020 não tínhamos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturassem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores***Valores referentes ao exercício de 2020:*

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam (valores reconhecidos no resultado da Companhia)

Valores referentes ao exercício de 2020:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos (valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas da Companhia)

Valores referentes ao exercício de 2020:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 14.973.432,67	R\$ 0,00	R\$ 14.973.432,67

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 20.054.297,01	R\$ 0,00	R\$ 20.054.297,01

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R\$ 0,00	R\$ 13.795.248,83	R\$ 0,00	R\$ 13.795.248,83

Os valores acima se referem à remuneração que é reconhecida no resultado da Companhia, e, portanto, refletida no item 13.2 deste Formulário de Referência, mas que também é reconhecida no resultado consolidado do controlador (Companhia Brasileira de Distribuição) por consolidação, uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1 Descrição dos recursos humanos**

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

2020:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	3	56	736	-	795
AM	-	2	41	553	1	597
BA	-	22	315	3.477	6	3.820
CE	-	14	183	2.074	5	2.276
DF	-	7	60	613	2	682
GO	-	7	133	1.570	3	1.713
MA	-	3	56	778	-	837
MG	-	3	37	498	1	539
MS	-	8	78	929	1	1.016
MT	-	7	88	1.023	1	1.119
PA	-	7	105	1.163	1	1.276
PB	-	2	39	511	1	553
PE	-	14	166	1.990	5	2.175
PI	-	3	56	664	-	723
PR	-	8	93	1.051	1	1.153
RJ	-	33	444	5.320	13	5.810
RN	-	2	38	533	1	574
SE	-	3	53	634	-	690
SP	24	165	1.666	17.651	65	19.571
TO	-	1	17	314	-	332
RR	-	1	16	246	-	263
AP	-	1	19	240	-	260
RO	-	1	19	250	-	270
Total Geral	24	317	3.778	42.818	107	47.044(*)

(*) Deste total, 6 empregados estavam envolvidos nas atividades de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos.

2019:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	2	36	484	-	522
AM	-	2	40	530	1	573
AP	-	1	18	238	-	257
BA	-	18	285	3.331	5	3.639
CE	-	12	162	1.813	4	1.991
DF	-	6	62	591	3	662
GO	-	7	135	1.592	2	1.736
MA	-	1	0	2	-	3

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

MG	-	3	35	527	-	565
MS	-	6	73	864	1	944
MT	-	6	67	748	1	822
PA	-	7	101	1.227	1	1.336
PB	-	2	37	496	1	536
PE	-	14	158	1.766	4	1.942
PI	-	3	57	700	-	760
PR	-	8	96	1.098	1	1.203
RJ	-	26	374	4.297	16	4.713
RN	-	2	38	506	1	547
RO	-	1	19	260	-	280
SE	-	3	56	640	-	699
SP	23	150	1.548	15.969	55	17.745
TO	-	1	20	301	-	322
Total Geral	23	281	3.417	37.980	96	41.797

(*) Deste total, 5 empregados estavam envolvidos nas atividades de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos.

2018:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	2	36	502	2	542
AM	-	2	37	529	2	570
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	14	203	2.714	14	2.945
CE	-	12	150	1.767	13	1.942
DF	-	5	40	309	2	356
GO	-	6	110	1.350	6	1.472
MA	-	-	-	-	-	-
MG	-	3	33	538	2	576
MS	-	3	52	621	1	677
MT	-	7	61	724	1	793
PA	-	4	57	759	4	824
PB	-	2	37	475	3	517
PE	-	10	117	1.432	11	1.570
PI	-	1	18	268	1	288
PR	-	8	76	863	2	949
RJ	-	24	328	3.698	24	4.074
RN	-	2	35	502	3	542
RO	-	-	-	-	-	-
SE	-	2	33	465	2	502
SP	20	127	1.375	14.270	148	15.940
TO	-	-	-	-	-	-
Total Geral	20	234	2.798	31.786	241	35.079

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

(*) Deste total, 3 empregados estavam envolvidos nas atividades de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia contrata funcionários terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social e, portanto, não existe um número exato de terceirizados que possa ser informado. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas a: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI) e (v) logística.

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foram, respectivamente, 31,39%, 27,82% e 25,88%.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 Alterações relevantes - Recursos humanos

Não aplicável, tendo em vista que não aconteceram alterações relevantes.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia adotou uma política de salários que sua administração acredita ser competitiva, constantemente avaliada em relação às práticas de mercado. Além disso, desenvolve programas para motivar seus empregados e reduzir o índice de rotatividade. Nesse sentido, a Companhia adotou um programa de PPR - Programa de Participação nos Resultados - com políticas, diretrizes e procedimentos detalhados e pré-definidos. Todos os funcionários da Companhia são elegíveis ao PPR, que é definido a partir de critérios e metodologias específicas atribuíveis a cada funcionário ou grupo de funcionários, de acordo com os respectivos níveis de atuação.

b) política de benefícios

Com o objetivo de proporcionar aos seus funcionários acesso a melhor qualidade de vida, a Companhia concede um amplo pacote de benefícios, considerando seu mercado de atuação.

Desta forma, além dos benefícios exigidos pela legislação aplicável – como subsídio de 80% do vale da refeição e vale transporte - a Companhia oferece aos seus funcionários: (i) convênio médico e assistência odontológica (inclusive para dependentes); (ii) prêmio por tempo de serviço, para colaboradores vinculados à Companhia por mais de 10 anos; (iii) seguro de vida e auxílio funeral; (iv) acesso a uma Cooperativa de Crédito, que disponibiliza kits de material escolar a cada dependente legal, um fundo de poupança para empréstimos a taxas de juros inferiores às do mercado, auxílio a lentes corretivas, órtese e prótese, custeio de vacinas, além de bolsa supletiva gratuita para todos os cooperados; (v) previdência privada; (vi) extensão do período da licença maternidade em 60 dias além do exigido pela legislação; (vii) enxoval e auxílio financeiro específico para funcionárias que sejam mães, para compra de produtos relacionados ao cuidado da criança (alimentação, higiene e vestuário); (viii) programa de qualidade de vida através de parcerias com redes de academias; (ix) serviço social, dentre outros.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os funcionários não-administradores da Companhia também estão habilitados a participar do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Para informações adicionais sobre o Plano de Opção de Compra de Ações aplicável aos funcionários da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, os planos de remuneração baseados em ações cujos beneficiários são funcionários não administradores da Companhia envolvem 172.178 ações de sua emissão.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Todos os empregados e empregadores são representados por Sindicatos de categoria, que por consequência participam das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, conforme determina a legislação trabalhista vigente.

As Convenções Coletivas de Trabalho são deliberadas em assembleias patronais e de empregados, de acordo com a vigência de cada instrumento normativo.

A Companhia atua em todo o país com, aproximadamente, 153 Sindicatos, fazendo parte das comissões de negociação patronal. Desta forma, existe a oportunidade de discutir e/ou influenciar, de acordo com os interesses da empresa.

A área de Relações Sindicais mantém como prática de relacionamento, a realização de reuniões de entendimento e de renovação das condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais, órgãos de fiscalização do trabalho em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, para que empregador e empregados sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas de modo harmonioso e equilibrado.

A Companhia entende que as negociações mantidas com os sindicatos, a exemplo dos reajustes salariais, plano de participação nos resultados e condições de abertura e funcionamento do comércio aos domingos e feriados, são a base para a manutenção do equilíbrio nas relações de trabalho. Além disso, são realizados encontros especiais para abordar temas legislativos, tais como a função e limitações na contratação de menores aprendizes, portadores de necessidades especiais, entre outros.

A Companhia procura manter um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as representações sindicais e demais órgãos, públicos e civis, com base na ética, no respeito aos colaboradores e na harmonia nas relações capital e trabalho, sendo que a Companhia não registrou greves nos últimos 3 exercícios sociais.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
BlackRock, Inc.					
	Norte-Americana	Não	Não	09/05/2022	
67.779.983	5,031	0	0,000	67.779.983	5,031
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	09/05/2022	
10	0,001	0	0,000	10	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Conifer Management LLC					
	Norte-Americana	Não	Não	09/05/2021	
67.700.000	5,025	0	0,000	67.700.000	5,025
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant International BV						
18.867.832/0001-75	Holandesa	Não	Sim	09/05/2022		
51.378.710	3,814	0	0,000	51.378.710	3,814	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Helicco Participações LTDA.						
12.972.326/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	09/05/2022		
2.908.000	0,216	0	0,000	2.908.000	0,216	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Jean-Charles Naouri						
	Francesa	Não	Sim	09/05/2022		
5	0,001	0	0,000	5	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
659.350.303	48,940	0	0,000	659.350.303	48,940	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Segisor						
05.710.423/0001-19	Francesa	Não	Sim	09/05/2022		
28.000.250	2,078	0	0,000	28.000.250	2,078	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.347.213.151	100,000	0	0,000	1.347.213.151	100,000	
Wilkes Participações S.A.						
04.745.350/0001-38	Brasileira-SP	Não	Sim	09/05/2022		
470.095.890	34,894	0	0,000	470.095.890	34,894	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant International BV				18.867.832/0001-75		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
25.262.305/0001-00	Países Baixos	Não	Sim	21/08/2015		
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Helicco Participações LTDA.				12.972.326/0001-60		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
25.262.305/0001-00	Holandesa	Não	Sim	12/07/2019		
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Geant International BV						
18.867.832/0001-75	Holandesa	Não	Sim	12/07/2019		
98.536.690	99,999	0	0,000	98.536.690	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Helicco Participações LTDA.				12.972.326/0001-60	
98.536.691	100,000	0	0,000	98.536.691	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Segisor				05.710.423/0001-19		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016		
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Wilkes Participações S.A.				04.745.350/0001-38		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	27/11/2019		
2	0,001	0	0,000	2	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Segisor						
05.710.423/0001-19	Francesa	Não	Sim	27/11/2019		
223.698.566	99,999	0	0,000	223.698.566	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wilkes Participações S.A.				04.745.350/0001-38	
223.698.568	100,000	0	0,000	223.698.568	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV				25.262.305/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A.						
	Francesa	Não	Sim	26/04/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV				25.262.305/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A.						
	Francesa	Não	Sim	08/07/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant International BV				18.867.832/0001-75		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
25.262.305/0001-00		Não	Sim	21/08/2015		
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Segisor				05.710.423/0001-19		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016		
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Não	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV				25.262.305/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A.						
	Francesa	Não	Sim	26/04/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tevir S.A.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	27/11/2019		
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tevir S.A.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016		
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
		Não	Sim	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Não	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tevir S.A.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	27/11/2019		
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
		Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
		Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,255	0	0,000	54.782.743	36,255	
Rallye						
		Não	Sim	26/04/2016		
96.319.512	63,745	0	0,000	96.319.512	63,745	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
		Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Não			
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Não	30/04/2020		
8.491.618	5,140	0	0,000	8.491.618	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Não	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
17.894.954	100,000	0	0,000	17.894.954	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Não	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Foncière Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carpinienne de Participations						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
		Não	Sim	30/04/2020		
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	11/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física	25.453
Quantidade acionistas pessoa jurídica	278
Quantidade investidores institucionais	1.142

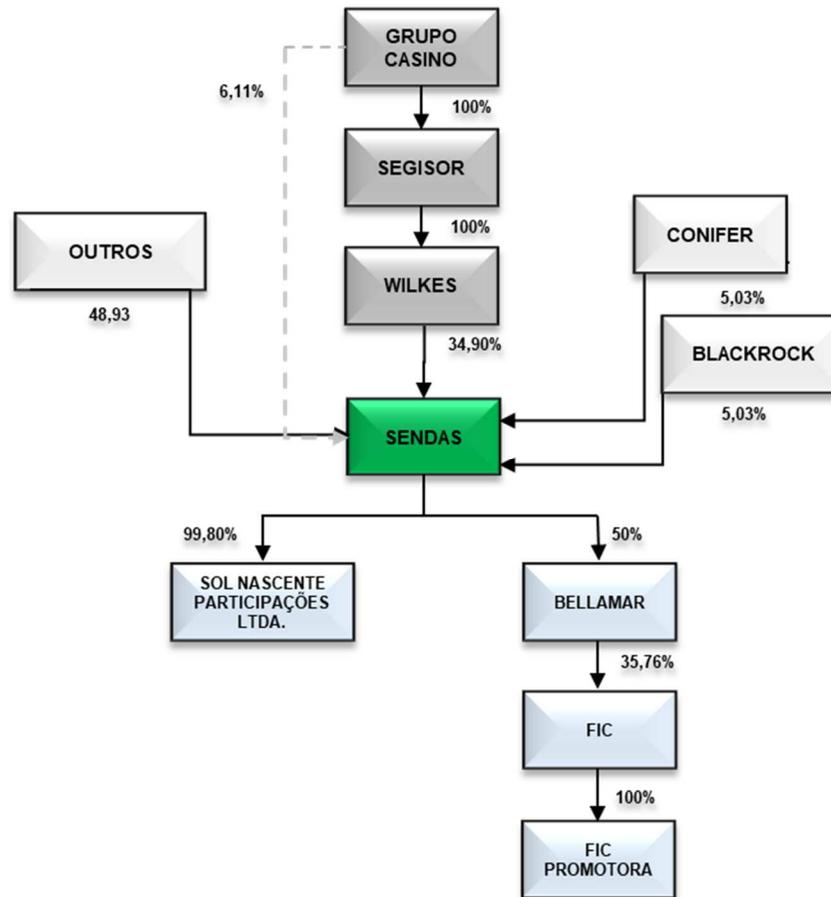
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	794.830.286	58,998%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	794.830.286	58,998%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Organograma dos Acionistas e do Grupo Econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Ocorreram as seguintes alterações nas participações das entidades ligadas ao acionista controlador ou dos administradores da Companhia, nos períodos abaixo indicados:

Em 12 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta na CBD para o Casino, de modo que a conclusão da venda da participação acionária que o Éxito detinha na Companhia estava sujeita o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão do Éxito pela Companhia.

A liquidação de tal oferta pública foi realizada em 27 de novembro de 2019, sendo que, nesta mesma data, anteriormente à liquidação da oferta, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da CBD detidas direta e indiretamente pelo Éxito. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da CBD indicados pelo Éxito renunciaram.

Em decorrência da cisão aprovada em 31 de dezembro de 2020, a Companhia deixou de ser controlada diretamente pela CBD e passou a ser controlada diretamente pelos acionistas controladores de CBD,

Para maiores informações acerca do atual controle da Companhia, ver itens 15.1 e 15.4 deste Formulário de Referência.

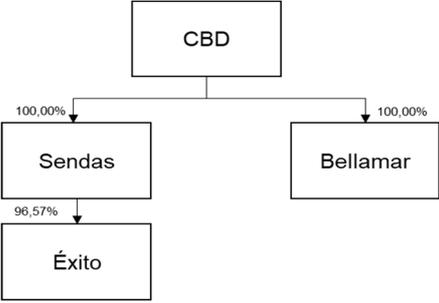
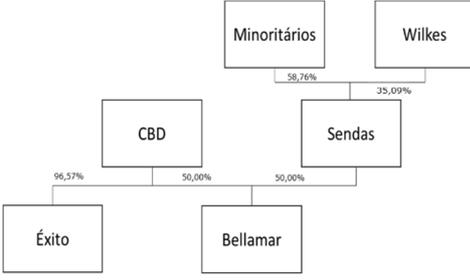
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7. Principais operações societárias*****Exercício de 2021***

a. evento	Desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia.
b. principais condições do negócio	Conforme deliberado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 11 de agosto de 2021, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, sem alteração do valor do capital social, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social atual e sem alteração do número de <i>American Depositary Receipts</i> , os quais passaram a corresponder a 5 (cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, com a consequente alteração do caput dos artigos 4º e 5º do Estatuto Social da Companhia.
c. sociedades envolvidas	Companhia
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Com a aprovação do desdobramento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$786.730.260,87, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.346.499.295 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Além disso, o capital autorizado passou a ser de 2.000.000.000 de ações ordinárias.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Companhia.
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	O desdobramento foi aprovado pela Assembleia Geral da Companhia e todos os acionistas receberam proporcionalmente novas ações de emissão da Companhia na razão de 1:5.

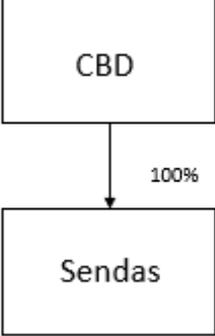
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

a. evento	Cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) e cisão parcial da CBD com incorporação da parcela cindida pela Companhia
b. principais condições do negócio	Cisão parcial da Companhia, com incorporação da parcela cindida pela CBD, correspondente a participação acionária equivalente a, aproximadamente, 90,93% da totalidade das ações da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”) detidas pela Companhia, correspondente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito e 6 (seis) ativos operacionais detidos pela Companhia (“Cisão Parcial Companhia”). Cisão parcial da participação societária detida pela CBD na Companhia, equivalente, a 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, as quais serão entregues diretamente aos acionistas da CBD na proporção de

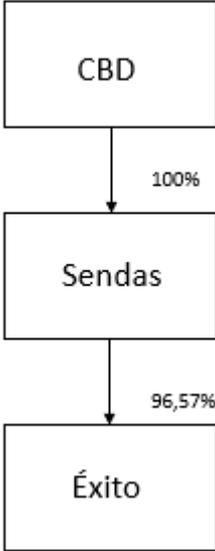
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	<p>suas respectivas participações no capital social da CBD (“Cisão Parcial CBD” e, em conjunto com a Cisão Parcial Companhia, “Cisões Parciais”).</p> <p>As Cisões Parciais foram precedidas, dentre outras operações, de uma permuta de ativos entre a Companhia e a CBD, por meio da qual a CBD trocou terrenos e 50% das quotas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações S.A. (“Bellamar”) por, aproximadamente, 9,07% da totalidade das ações de Êxito detidas pela Companhia, correspondente a, aproximadamente, 8,77% (oito inteiros e setenta e sete centésimos) da totalidade das ações de emissão de Êxito.</p> <p>As ações de emissão da Companhia foram entregues aos acionistas da CBD em 1º de março de 2021.</p>
<p>c. sociedades envolvidas</p>	<p>Companhia, CBD, Bellamar e Êxito</p>
<p>d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor</p>	<p>A Companhia deixou de ser controlada diretamente pela CBD e passou a ser controlada pelos acionistas controladores diretos de CBD.</p>
<p>e. quadro societário antes e depois da operação</p>	<p style="text-align: center;">ANTES</p>  <pre> graph TD CBD[CBD] -- 100,00% --> Sendas[Sendas] CBD -- 100,00% --> Bellamar[Bellamar] Sendas -- 96,57% --> Êxito[Êxito] </pre> <p style="text-align: center;">DEPOIS</p>  <pre> graph TD Minoritários[Minoritários] -- 58,76% --> CBD[CBD] Wilkes[Wilkes] -- 35,09% --> Sendas[Sendas] CBD -- 96,57% --> Êxito[Êxito] CBD -- 50,00% --> Bellamar[Bellamar] Sendas -- 50,00% --> Bellamar </pre>
<p>f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas</p>	<p>Não aplicável.</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias*Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019*

a. evento	Aquisição da Almacenes Éxito S.A. pela Sendas Distribuidora S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 13 de setembro de 2019, a Companhia lançou uma oferta pública de aquisição das ações da Almacenes Éxito S.A., pelo preço correspondente a, aproximadamente, R\$21,76 por ação (“OPA Éxito”).</p> <p>A OPA Éxito foi parte de uma reorganização societária do grupo da Companhia na América Latina. Nesse contexto, o grupo Éxito e nosso controlador Casino Guichard Perrachon celebraram acordo prevendo a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) detidas direta ou indiretamente pelo grupo Éxito para o Casino, caso a OPA fosse efetivada.</p> <p>Em 22 de novembro de 2019, a Companhia foi informada pela Bolsa de Valores da Colômbia que acionistas da Almacenes Éxito S.A. representando 96,57% de seu capital social aderiram à OPA Éxito. A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019, por valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019). Nesta mesma data, anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da CBD detidas direta e indiretamente pela Almacenes Éxito S.A., por preço equivalente a aproximadamente R\$4,9 bilhões.</p>
c. sociedades envolvidas	Sendas Distribuidora S.A. e Almacenes Éxito S.A.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Em decorrência do acordo celebrado entre o Grupo Éxito e o Casino, o Grupo Éxito deixou de ser acionista direto e indireto da CBD, passando a CBD a ser controlado exclusivamente pelo Grupo Casino. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da CBD, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da CBD indicados pelo Éxito renunciaram.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">ANTES</p>  <pre> graph TD CBD[CBD] -- 100% --> Sendas[Sendas] </pre>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	<p style="text-align: center;">DEPOIS</p>  <pre> graph TD CBD[CBD] -- 100% --> Sendas[Sendas] Sendas -- 96,57% --> Exito[Éxito] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de ativos pela Companhia.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

Não há

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8. Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Transações com Partes Relacionadas própria (“Política”), a qual está disponível na página da Companhia na internet (www.assai.com.br) e no sistema da CVM.

Pela referida Política, as transações que envolvam um valor igual ou inferior a R\$ 25 milhões em um único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 meses (“Montante Significativo”), estarão sujeitas à (i) análise prévia por um comitê constituído por integrantes (a) do Departamento Jurídico Societário da Companhia; (b) da área responsável pela contratação da Transação com Parte Relacionada; (c) da contabilidade da Companhia; (d) da área de Central de Compras Administrativas da Companhia (se houver processo competitivo para a referida contratação); e (e) de outras áreas que sejam consideradas necessárias (“Comitê de Avaliação”); e (ii) aprovação formal pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

Por sua vez, as transações com partes relacionadas com valor maior do que o Montante Significativo, estarão sujeitas à: (i) análise prévia pelo Comitê de Avaliação; (ii) análise pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade; e (iii) aprovação formal pelo Conselho de Administração, observado o disposto abaixo.

O Conselho de Administração, por sua própria iniciativa ou por recomendação do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, poderá determinar que a transação, em razão de sua relevância ou de outras características que o Conselho de Administração considere relevantes, seja examinada por um comitê especial independente que tenha sido constituído e delibere nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35 (“Comitê Especial”).

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e o Conselho de Administração analisarão, anualmente, todas as transações com partes relacionadas em bases contínuas, para verificar se é do interesse da Companhia que as referidas transações prossigam em vigor ou, se for o caso, determinar à Diretoria da Companhia que proceda à rescisão dos contratos ou à sua renegociação a fim de se adequarem às condições de mercado vigentes.

Quando se tratar de transação entre partes relacionadas que deva ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia por determinação legal, a transação deverá ser examinada por um Comitê Especial.

Também deverá ser examinada por um Comitê Especial a transação com parte relacionada que envolva sociedade controlada ou sob controle comum da Companhia que não seja companhia aberta, nas hipóteses em que referida transação, caso fosse realizada diretamente pela Companhia, devesse ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GreenYellow e Companhia Brasileira de Distribuição	31/12/2019	12.739.828,47	12.739.828,47	N/A	15 anos, com início em 01/01/2020.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a GreenYellow e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos.						
Garantia e seguros	A Companhia Brasileira de Distribuição forneceu uma fiança corporativa ao Assaí para assegurar o fiel cumprimento do contrato.						
Rescisão ou extinção	(i) em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação de qualquer das partes; (ii) caso qualquer das partes não obtenha ou venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável para o cumprimento das atividades e obrigações previstas no contrato; (iii) caso o registro do contrato seja cancelado pela CCEE; (iv) caso as garantias previstas no contrato não sejam renovadas, complementadas ou não permaneçam vigentes; (v) caso não haja registro e validação da energia na CCEE pela Greenyellow; (vi) em caso de alteração no controle societário da Greenyellow sem prévia anuência da Companhia; (vii) inadimplemento de obrigações contratuais não sanado no prazo de 5 dias ou no prazo de 15 dias para obrigações financeiras; e (viii) violação do dever de sigilo.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Casino International S.A.	20/12/2004	0,00	0		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos da representação da Companhia pelo Casino International S.A. na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; (iv) mediante notificação prévia de 3 meses em caso de (a) aquisição por uma das partes de investimento direto em um competidor da outra parte; (b) aquisição por um investidor de uma das partes de investimento direto na outra parte; (c) caso o Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GreenYellow	10/05/2017	4.990.957,60	2.045.214,37	N/A	25 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a GreenYellow e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Contratos celebrados para estabelecer os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistema fotovoltaico pela GreenYellow à Companhia em lojas localizadas nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Pará. A Companhia pagará mensalmente à GreenYellow os valores de locação e de serviços calculados conforme fórmulas estabelecidas nos seus anexos, de acordo com as porcentagens da economia gerada pelos respectivos projetos. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) em caso de falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; ou (ii) no caso de inadimplemento das obrigações previstas no contrato por qualquer das partes não sanado no prazo de (a) 60 dias contados do recebimento, pelo Assaí, de notificação enviada pela Greenyellow e (b) 120 dias contados do recebimento, pela Greenyellow, de notificação enviada pelo Assaí; (iii) em razão de caso fortuito ou de força maior, entre outros; ou (iv) em caso de transferência da propriedade ou posse do imóvel do Assaí a terceiros, com notificação prévia à Greenyellow de 180 dias.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Companhia Brasileira de Distribuição	01/01/2020	174.187.876,42	174.187.876,42		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e CBD possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Celebração de acordo para gerenciamento de lojas, tais como compartilhamento de despesas de aluguel, reembolso de despesas relacionadas ao estacionamento das lojas e serviços públicos. Ademais, a administração da Companhia entende que estes acordos não serão significativos às operações da Companhia no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, em razão da cisão parcial e da descontinuidade das suas operações com as de CBD. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	21/06/2018	18.685.478,21	5.734.249,21	N/A	30/06/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel situado na Rodovia Presidente Dutra, Bloco 200, Anexo A, Bairro do Portão, Gleba B, Cidade de Arujá, Estado de São Paulo.						
Garantia e seguros	Fiança.						
Rescisão ou extinção	k. Condições de Rescisão ou extinção (i) descumprimento pela Sub(locatária) e Fiador de qualquer cláusula do contrato; (ii) não pagamento de quaisquer valores previstos; (iii) em mora com o aluguel ou abandonando a área; e (iv) abandono do imóvel constatado por ata notarial na forma da Lei 8.935/94.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locadora						
Companhia Brasileira de Distribuição	15/12/2016	8.519.808,50	8.519.808,50		36 meses, com prorrogação automática de sucessivos períodos de 12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e CBD possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Instrumento particular de convênio de rateio de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e Sendas para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes ("Recursos Compartilhados") e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o Recurso Compartilhado (ex: quantidade de horas dedicadas a cada parte, volume de atividades realizadas mensalmente em benefício de cada parte, etc). O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações contratuais; (ii) em caso de dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) por mútuo acordo das partes; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Groupe Casino Limited	25/07/2016	44.987,44	0	N/A	5 anos, renovável por iguais períodos sucessivamente	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia						
Objeto contrato	Celebrado entre CBD, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de global sourcing (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador de ambas as sociedades.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	27/10/2004	205.352.185,20	75.722.867,36	N/A	Até o término do acordo de associação e no caso do acordo comercial de serviços de subcredenciamento pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por igual período.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Celebração de (i) acordo de associação para regular a oferta e distribuição de Produto e Serviço Financeiro (definido abaixo) ofertado pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia Brasileira de Distribuição e o Itaú Unibanco Holding S.A., e (ii) acordo comercial de serviços de subcredenciamento. Para fins do acordo de associação, "Produto e Serviço Financeiro" compreende todo o produto e serviço financeiro, securitário, previdenciário, inclusive aqueles que cuja distribuição, comercialização ou prestação o fornecedor necessite licença ou autorização do BACEN, SUSEP ou da CVM, incluindo, sem limitação, a garantia estendida e os produtos e serviços acessórios, tais como serviços de assistência (veículo emergencial, viagens, residencial etc.), bem como os relacionados a cartões de créditos (co-branded ou private label). O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	No caso do acordo comercial de serviços de subcredenciamento, (i) por descumprimento das obrigações não sanadas em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) mediante notificação prévia de 30 dias; (iii) em caso de insolvência; (iii) em caso de comprovação de falsidade, omissão, erro, incorreção ou inexatidão nas declarações prestadas; e (iv) promulgação de lei ou regulamentos ou emissão de uma ordem governamental proibindo o cumprimento das obrigações no acordo.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) *identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses*

A Companhia adota práticas de governança além das estabelecidas na regulamentação aplicável, buscando assegurar que todas as tomadas de decisões que eventualmente possam auferir um benefício particular a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, sempre respeitando os interesses da Companhia. Para tanto, a Companhia conta com o Código de Ética e com a Política de Conflito de Interesses, os quais exemplificam situações e estabelecem as providências a serem tomadas em caso de identificação de conflito de interesses reais ou potenciais, como a obrigação de reportar tal situação ao superior imediato e declarar-se impedido de representar a Companhia em negócios com parentes ou amigos. Há penalidades em caso de descumprimento das regras da Companhia, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Diretor Executivo da área e/ou pelo Comitê de Ética da Companhia.

Além disso, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia endereça situações de conflito de interesses, de forma que, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho de Administração em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho de Administração comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros. Ainda, a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

A Companhia conta com estrutura de governança para acompanhar as transações com partes relacionadas, bem como dirimir eventuais dúvidas a respeito de tais situações, abaixo descrita:

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade: é responsável por tomar conhecimento e analisar as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia e suas controladas, nos termos previstos na Política. Também é responsável por, dentre outras atribuições, minutar, submeter ao Conselho de Administração da Companhia e revisar periodicamente a política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia e suas controladas, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa, além de manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, sobre situações em que possa estar configurado cenário de conflito de interesses nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Comitê de Auditoria: responsável por, dentre outras atribuições, avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia,

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Política para Transações com Partes Relacionadas: procedimentos aprovados pelo Conselho de Administração, que contribuam para assegurar que transações entre, de um lado, partes relacionadas e, de outro lado, a Companhia ou suas controladas, sejam realizadas no melhor interesse da Companhia ou de sua controlada, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a Política visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais partes relacionadas. Para mais detalhes a respeito da Política, ler o item 16.1 deste Formulário de Referência.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação e, sempre que possível, tomaram como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia e pela CBD com seus parceiros, tendo a partir de 2014 sido aprovadas de acordo com a Política vigente à época da contratação.

As transações com partes relacionadas foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório dessas transações avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Contratos relacionados à Cisão de CBD

Após a cisão, a Companhia e a CBD irão operar separadamente, cada um como uma companhia independente. Neste sentido, a Companhia celebrou com a CBD Acordo de Separação, conexo a outros acordos, para possibilitar a realização da cisão e prever o fornecimento de serviços empresariais chave pela CBD à Companhia por um período de tempo após à reorganização. Neste sentido, este acordo prevê que após a conclusão da cisão haverá a separação de ativos, funcionários, passivos e obrigações (incluindo investimentos, propriedades, benefícios trabalhistas e obrigações fiscais) entre a CBD e a Companhia, sendo esta separação atribuível a períodos anteriores e posteriores à separação.

Acordo de Separação

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia e CBD celebraram Acordo de Separação que estabelece as principais ações a serem tomadas em relação à reorganização e à cisão parcial, cujas principais características seguem abaixo:

Transferência de Ativos e Assunção de Passivos. O Acordo de Separação identifica os ativos a serem transferidos, passivos a serem assumidos e contratos a serem atribuídos, rescindidos e/ou cedidos à Companhia e/ou à CBD, conforme o caso, como parte das transações internas a serem efetivadas antes, durante e após a cisão parcial, com o objetivo de garantir que, quando da conclusão da cisão, tanto a Companhia quanto a CBD detenham os ativos que necessitam para manter sua atividade operacional.

O Acordo de Separação prevê uma descrição geral de quando e como tais transferências ocorrerão, e deve ser lido e interpretado juntamente com seus contratos acessórios, necessários para consecução para a transferência de bens e passivos previstos na legislação brasileira.

Condições. O Acordo de Separação será automaticamente rescindido, caso a cisão parcial não seja concluída até 30 de junho de 2021, além de fornecer certas condições a serem atendidas para a conclusão da cisão parcial.

Cláusulas comuns aos acordos. Todos os acordos, arranjos, compromissos e entendimentos com terceiros que contemplam tanto a Companhia quanto a CBD como partes, beneficiários, garantidores e/ou de qualquer forma criam uma obrigação, tanto para a Companhia quanto para a CBD, serão automaticamente rescindidos quando da conclusão da cisão parcial, exceto quando tal rescisão acarrete em perdas para a Companhia e para a CBD, caso em que tal rescisão será tratada pelo Comitê de Transição (conforme definido abaixo).

Arranjos intercompany. Todos os acordos, arranjos, compromissos e entendimentos, incluindo a maioria das contas *intercompany* a pagar ou contas a receber, celebrados entre a Companhia e a CBD, serão rescindidos a partir da conclusão da cisão parcial, exceto para acordos e arranjos que pela natureza, dependem de um período de transição devido a sua complexidade.

Comitê de Transição. Até 15 dias após a aprovação da cisão parcial em assembleia extraordinária de acionistas da CBD, realizada em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e a CDB criaram um Comitê de Transição para tratar de assuntos relacionados à reorganização de ambas as empresas, que serão compostos por três membros indicados pela Companhia e três membros indicados pela CBD. O Comitê de Transição terá competência para decidir sobre questões relativas à reorganização que não precisam ser deliberadas em reunião do conselho de administração e/ou em assembleia geral de acionistas das companhias.

Declarações e Garantias. A Companhia e a CBD fornecem garantias habituais quanto a sua respectiva capacidade de celebrar o Acordo de Separação. Exceto caso expressamente estabelecido no Acordo de Separação ou qualquer contrato acessório, a Companhia e a CBD não farão qualquer declaração ou prestarão qualquer garantia quanto aos ativos, negócios ou passivos

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

transferidos ou assumidos como parte da separação, ou quanto à suficiência legal de qualquer cessão, documento ou instrumento entregue para transmitir título a qualquer ativo ou coisa de valor a ser transferido em conexão com a cisão parcial. Exceto caso expressamente estabelecido no Acordo de Separação e/ou em outros contratos acessórios ou conforme previsto em lei, conforme aplicável, todos os ativos serão transferidos da forma em que se encontram quando da conclusão da cisão.

Indenização. A Companhia e a CBD se responsabilizam em indenizar cada um de seus diretores, gerentes, membros, representantes e funcionários contra determinados passivos incorridos em relação à cisão e aos negócios da Companhia e de CBD. Além disso, o Acordo de Separação prevê indenização decorrente de quebra do contrato, ou em caso qualquer declaração ou garantia se prove falsa ou incorreta e em relação a certos outros ativos e passivos especificados no Acordo de Separação.

Liberção de Reivindicações. A Companhia e CBD concordam em liberar outros afiliados, sucessores e cessionários, e todas as pessoas que antes da conclusão da cisão foram diretores, gerentes, representantes ou funcionários e seus respectivos herdeiros, sucessores e cessionários, de quaisquer reivindicações contra eles que surjam ou se relacionem com atos, fatos ou omissões ocorridas antes da cisão e quaisquer atos, fatos ou omissões que se relacionam com a reorganização e a cisão.

Prazo / Vigência. Antes da conclusão da cisão, a CBD terá o direito unilateral de rescindir o Acordo de Separação, observado que, após a conclusão de referida cisão, a Companhia e CBD não poderão, em qualquer hipótese, rescindir referido acordo.

Outros Assuntos. Outros assuntos regidos pelo Acordo de Separação incluem mas não se limitam, a arranjos de seguros, confidencialidade, proteção de dados, assistência mútua e troca de informações após a conclusão da cisão, tratamento e substituição de garantias cruzadas, condução de litígios e questões fiscais após a cisão, e transferência e acesso após a reorganização a determinados livros e registros.

Lei Aplicável. O Acordo de Separação é regido pela leis da República Federativa do Brasil.

Acordos Empregatícios

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia e a CBD celebraram Acordo Empregatício, que dispõem sobre a transferência de empregados após a realização da cisão parcial, no que diz respeito à transferência de empregados para a Companhia e CBD, a alteração do *stock option plan* da CBD e a criação de novos *stock option plan* para os diretores e funcionários da Companhia, bem como os arranjos relativos a acordos, entendimentos e/ou representações com sindicatos.

Acordo de Gestão Cruzada

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia e a CBD celebraram Acordo de Gestão Cruzada, que define os termos da contratação de pessoas que farão parte do conselho de administração e da diretoria de ambas as companhias, bem como define as hipóteses de indenização em relação ao exercício de suas funções na Companhia e/ou na CBD, conforme o caso.

Contrato de Proteção de Dados

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia e a CBD celebraram Acordo de Proteção de Dados, com o intuito de estabelecer obrigações para o cumprimento, por ambas as partes, de a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), regras quanto ao compartilhamento de dados entre a Companhia e CBD e regras de indenização relativas a quaisquer penalidades, danos e/ou perdas que possam resultar do descumprimento da LGPD por qualquer uma das partes.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Acordo de gestão de lojas de terceiros

Em 12 de janeiro de 2021, a Companhia e CBD celebraram Contrato de Gestão de Lojas de Terceiros, o qual define compromisso da Companhia com CBD em relação ao engajamento de determinada subsidiária da CBD para gerenciar certos imóveis alugados ou sublocados pela Companhia.

Acordos com o Grupo Casino

Acordo de Repartição de Custos

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia aderiu ao contrato celebrado em 1º de agosto de 2014 pelo seu controlador direto, Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), com empresas do grupo Casino, acionista controlador indireto da Companhia, para estabelecer os termos para reembolso pela Companhia dos custos incorridos pelas empresas do grupo Casino em atividades de seu pessoal que envolvem a transferência de “know-how” à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral).

O contrato tem prazo de duração indeterminado e pode ser rescindido (i) por descumprimento contratual ou legal não sanado em 15 dias do recebimento de notificação; (ii) mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; (iii) caso Casino deixe de ser controlador da Companhia; e (iv) caso alguma das partes se torne insolvente.

A eficácia da adesão de Sendas ao contrato estava condicionada à implementação da cisão de CBD, que foi aprovada em 31 de dezembro de 2020 (vide item 15.7 deste Formulário de Referência).

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
09/05/2022	1.254.522.707,40		1.347.213.151	0	1.347.213.151
Tipo de capital	Capital Subscrito				
09/05/2022	1.254.522.707,40		1.347.213.151	0	1.347.213.151
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2022	1.254.522.707,40		1.347.213.151	0	1.347.213.151
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/02/2022	0,00		2.000.000.000	0	2.000.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/01/2018	AGE	01/01/2018	77,404,171.13	Subscrição particular	52,214,382	0	52,214,382	4.06000000	1.48	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/09/2018	AGE	28/09/2018	98,249,892.35	Subscrição particular	55,300,306	0	55,300,306	4.96000000	1.78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/02/2019	AGE	28/02/2019	67,142,866.73	Subscrição particular	33,320,821	0	33,320,821	3.23000000	2.02	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/12/2019	AGE	26/12/2019	2,003,000,000.00	Subscrição particular	996,517,413	0	996,517,413	93.27055723	2.01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
31/03/2020	AGE	31/03/2020	207,198,337.83	Subscrição particular	87,425,459	0	87,425,459	4.99211051	2.37	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2020	AGE	30/09/2020	120,951,650.23	Subscrição particular	41,997,100	0	41,997,100	2.61000000	2.88	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2020	AGE	31/12/2020	684,679,887.09	Subscrição particular	18,661,368	0	18,661,368	14.41000000	36.69	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	5,868,265.26	Subscrição particular	124,354	0	124,354	0.77085000	47.19	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	745.64	Subscrição particular	74,564	0	74,564	0.00010000	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	223.63	Subscrição particular	22,363	0	22,363	0.00003000	0.01	R\$ por Lote de Mil
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	---------------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	5,445,535.46	Subscrição particular	102,302	0	102,302	0.71532000	53.23	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	622.83	Subscrição particular	62,283	0	62,283	0.00008000	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/06/2021	RCA	01/06/2021	3,303,759.72	Subscrição particular	85,634	0	85,634	0.43398000	38.58	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	3,107,536.80	Subscrição particular	72,606	0	72,606	0.40820000	42.80	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/07/2021	RCA	27/07/2021	11.00	Subscrição particular	1,135	0	1,135	0.00000146	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	-------	-----------------------	-------	---	-------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/07/2021	RCA	27/07/2021	2,378.00	Subscrição particular	237,816	0	237,816	0.00030528	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	----------	-----------------------	---------	---	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/07/2021	RCA	27/07/2021	7,571,777.00	Subscrição particular	160,453	0	160,453	0.00020597	47.19	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/07/2021	RCA	27/07/2021	83,305.00	Subscrição particular	1,565	0	1,565	0.00000201	53.23	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	-----------	-----------------------	-------	---	-------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/07/2021	RCA	27/07/2021	14.00	Subscrição particular	1,352	0	1,352	0.00000174	0.01	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/07/2021	RCA	27/07/2021	71,952.00	Subscrição particular	1,865	0	1,865	0.00000239	38.58	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	-----------	-----------------------	-------	---	-------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

07/12/2021	RCA	07/12/2021	1,193,660.00	Subscrição particular	126,447	0	0	0.00016072	9.44	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

07/12/2021	RCA	07/12/2021	487.00	Subscrição particular	48,735	0	48,735	0.00006195	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	265,311.20	Subscrição particular	28,105	0	28,105	0.00003567	9.44	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	306.04	Subscrição particular	30,604	0	30,604	0.00003884	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
21/02/2022	RCA	21/02/2022	449,536.50	Subscrição particular	42,210	0	42,210	0.00005357	10.65	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	512.69	Subscrição particular	51,269	0	51,269	0.00006507	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	545,912.08	Subscrição particular	70,714	0	70,714	0.00008975	7.72	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	70.83	Subscrição particular	7,083	0	7,083	0.00008899	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	-------	-----------------------	-------	---	-------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

21/02/2022	RCA	21/02/2022	130,820.30	Subscrição particular	9,770	0	9,770	0.00001240	13.39	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	-------	---	-------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/04/2022	AGE	28/04/2022	463,731,717.03	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/05/2022	RCA	09/05/2022	743.42	Subscrição particular	74,342	0	74,342	0.00005933	0.01	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

09/05/2022	RCA	09/05/2022	910,042.50	Subscrição particular	85,450	0	85,450	0.00006819	10.65	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

09/05/2022	RCA	09/05/2022	662.43	Subscrição particular	66,243	0	66,243	0.00005287	0.01	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

09/05/2022	RCA	09/05/2022	562,664.48	Subscrição particular	72,884	0	72,884	0.00005817	7.72	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
05/10/2020	3,269,992,034	0	3,269,992,034	268,351,567	0	268,351,567
Grupamento						
31/12/2020	287,012,935	0	287,012,935	268,351,567	0	268,351,567
Desdobramento						
11/08/2021	269,299,859	0	269,299,859	1,346,499,295	0	1,346,499,295

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação
31/12/2020	31/12/2020	4,672,407,900.25	0	0	0	85.98970000	0.00

Forma de restituição

Não aplicável, visto que não houve redução do número de ações de emissão da Companhia.

Razão para redução

A redução decorreu da cisão parcial da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, conforme descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**17.5 Outras informações relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante o disposto acima, na data de apresentação deste Formulário de Referência, o Estatuto Social não previa quórum específico em Assembleia Geral para a alteração dos direitos assegurados pelas ações emitidas pela Companhia.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não mencionadas neste item 18.1 com relação às ações de emissão da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto dos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas: (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria (“Participação Relevante”), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, de acordo com os requisitos mínimos previstos no Estatuto Social da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Além do disposto na lei, não há outras previsões sobre o assunto no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía ações negociadas nos três últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Comercial (1ª emissão da Companhia) – em 6 séries
Data de emissão	04/07/2019
Data de vencimento	04/07/2025
Quantidade	16
Valor total	800.425.673,51
Saldo Devedor em Aberto	800.157.640,27
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	Tendo em vista que as notas promissórias da 1ª emissão da Companhia acima descritas (“Notas Promissórias”) foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá comunicar a realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias em circulação, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, informando os titulares das Notas Promissórias, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares de Nota Promissória, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Notas Promissórias com 60 (sessenta) dias de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado”), comunicando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado, não podendo realizar resgate parcial das Notas Promissórias em circulação e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Notas Promissórias.</p> <p>O valor a ser pago aos Titulares de Notas Promissórias a título de Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado acrescido de prêmio, incidente sobre o saldo devedor das Notas Promissórias, calculado sobre o saldo devedor da Nota Promissória.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Notas Promissórias foram emitidas em 6 Séries, com vencimento de cada série nas seguintes datas: 03/07/20, 05/07/21, 04/07/22, 04/07/23, 04/07/24 e 04/07/25, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário neste instrumento, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos ao titular desta Nota Promissória na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado.</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas “Taxas DI over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 0,72% (setenta e dois centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares de Notas Promissórias poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Notas Promissórias. Nas deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Promissórias, a cada Nota Promissória caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos presentes, exceto se previsto de forma diversa na Cártula. Para as alterações previstas neste parágrafo, as deliberações serão tomadas por, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos Titulares de Notas Promissórias em circulação no mercado; (b) alteração dos quóruns previstos na Cártula; (c) alterações da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula "Pagamento de Tributos"; (d) alteração do prazo de vigência das Cártulas; (f) alteração da Avalista; (h) alteração das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; ou (j) alteração de qualquer hipótese de vencimento antecipado automático ou não automático.
Outras características relevantes	Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Notas Promissórias, na ocorrência dos eventos descritos nas Cártulas da 1ª emissão de Notas Promissórias.
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (2ª emissão da Companhia) – em 2 séries
Data de emissão	20/05/2021
Data de vencimento	20/05/2028
Quantidade	1.600.000
Valor total	1.600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 2ª emissão acima descrita ("Debêntures") foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM nº 476"), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Companhia poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 20 de maio de 2023 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, a partir de 20 de maio de 2025 (inclusive), resgatar, a qualquer momento, a totalidade das Debêntures da respectiva série, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures da respectiva série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures da respectiva série, nos termos da Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado Facultativo”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil e a qual série(s) ele se relaciona; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures da respectiva série.

Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do seu respectivo Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da respectiva última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido a tal valor o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), bem como multa e juros moratórios, se houver. Considera-se “Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo” um prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da respectiva última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e as Datas de Vencimento das Debêntures.

A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização. Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures da 2ª Emissão da Companhia são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia aos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas.

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série não será objeto de atualização monetária. A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“B3”), acrescida exponencialmente de spread de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.5 da Escritura de Emissão, das Debêntures da Primeira Série (“Remuneração da Primeira Série”).

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, não será objeto de atualização monetária. A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização, as Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.5 da Escritura de Emissão, das Debêntures da Segunda Série (“Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remunerações”).

A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Primeira Série será devido em 20 de novembro de 2021 e, o último, será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Segunda Série será devido em 20 de novembro de 2021 e, o último, será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

Definiu-se como o Agente Fiduciário dessa operação, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), constituindo suas obrigações e deveres na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.</p> <p>Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 4.12 (Vencimento Antecipado) e nas Cláusulas 4.12 (Resgate Antecipado Facultativo), 4.13 (Amortização Extraordinária Facultativa) e 4.15 (Oferta de Resgate Antecipado) da Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série.</p> <p>A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11.4 da Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Companhia que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Companhia possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.</p>
Outras características relevantes	N/A
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (1ª emissão da Companhia) – Série Única
Data de emissão	10/02/2022
Data de vencimento	09/02/2025
Quantidade	750.000
Valor total	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	750.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as notas comerciais da 1ª emissão da Companhia acima descritas (“Notas Comerciais 1ª Emissão”) foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 10 de fevereiro de 2022, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais 1ª Emissão.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do valor equivalente a (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais 1ª Emissão a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais 1ª Emissão a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, conforme indicado no Termo de Emissão.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Características dos valores mobiliários de dívida indicando, quando aplicável: (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado, (ii) juros, (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto, (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado, (v) eventuais restrições impostas à Companhia em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários, à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas, e (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato</p> <p>As Notas Comerciais 1ª Emissão foram emitidas em série única, com vencimento em 9 de fevereiro de 2025, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos ao titular da Nota Comercial 1ª Emissão na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado.</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais 1ª Emissão incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, de acordo com fórmula prevista no Termo de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários de dívida</p> <p>Os titulares das Notas Comerciais 1ª Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Titulares das Notas Comerciais 1ª Emissão a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Notas Comerciais 1ª Emissão. Nas deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais 1ª Emissão, a cada Nota Comercial 1ª Emissão caberá um voto. As deliberações serão tomadas por titulares de Notas Comerciais 1ª Emissão que representem, no mínimo, 2/3 das Notas Comerciais 1ª Emissão em circulação.</p> <p>Para qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Notas Comerciais 1ª Emissão; (ii) nas Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Titulares de Notas Comerciais 1ª Emissão; ou (v) na redação da Cláusula 6.1 (Vencimento Antecipado), e nas Cláusulas 5.1 (Resgate Antecipado Facultativo), e 5.2 (Oferta de Resgate Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Notas Comerciais 1ª Emissão que representem, no mínimo, em primeira ou em segunda convocação, 90% (noventa por cento) das Notas Comerciais 1ª Emissão em circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Notas Comerciais 1ª Emissão, na ocorrência dos eventos descritos no Termo de Emissão.</p>
Identificação do valor mobiliário	Debêntures (5ª emissão da Companhia) – Série única
Data de emissão	28/03/2022
Data de vencimento	28/03/2025
Quantidade	250.000

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipótese e cálculo do valor de resgate</p> <p>A Companhia poderá, a partir de 29 de setembro de 2023 (inclusive), resgatar, a qualquer momento, a totalidade das Debêntures, por meio de envio de comunicado à Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, ou de publicação de comunicado aos Titulares de CRI, conforme procedimento previsto no Termo de Securitização, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento, informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil; e (ii) qualquer outra informação relevante para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do valor indicado nos itens (i) e (ii), dos dois o que for maior: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido a tal valor o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, bem como multa e juros moratórios, se houver. Considera-se “Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo” um prêmio equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e Data de Vencimento das Debêntures, conforme fórmula descrita abaixo.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Características dos valores mobiliários de dívida indicando, quando aplicável: (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado, (ii) juros, (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto, (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado, (v) eventuais restrições impostas à Companhia em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários, à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas, e (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato</p> <p>As Debêntures 5ª Emissão foram emitidas em série única com vencimento em 28 de março de 2025, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos Debenturista na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado.</p> <p>A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	A Debenturista deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos de inadimplemento previsto no contrato, após o vencimento dos seus respectivos prazos de cura.
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (4ª emissão da Companhia) – em série única
Data de emissão	26/11/2021
Data de vencimento	26/11/2027
Quantidade	2.000.000
Valor total	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 4ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério a qualquer momento, a partir de 27 de maio de 2025, inclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures da respectiva série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures da respectiva série, nos termos da Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado Facultativo”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures da respectiva série.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do seu respectivo Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido a tal valor o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, bem como multa e juros moratórios, se houver. Considera-se “Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo” um prêmio equivalente a 0,40% (quarenta por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e Data de Vencimento das Debêntures, conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p> <p>A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.</p> <p>Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

As debêntures da 4ª Emissão da Companhia são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia aos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas.

A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de spread de 1,6000% (um inteiro e seis mil décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.5 da Escritura de Emissão (“Remuneração”).

A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão sempre no dia 26 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 26 de maio de 2022 e, o último, será devido na Data de Vencimento das Debêntures.

Definiu-se como o Agente Fiduciário dessa operação, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), constituindo suas obrigações e deveres na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 4.12 (Vencimento Antecipado) e nas Cláusulas 4.12 (Resgate Antecipado Facultativo), 4.13 (Amortização Extraordinária Facultativa) e 4.15 (Oferta de Resgate Antecipado) da Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11.4 da Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Companhia que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Companhia possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

Outras características relevantes

N/A

Identificação do valor mobiliário

Debêntures Simples, não conversíveis em ações (1ª emissão da Companhia) – em 4 séries

Data de emissão

04/09/2019

Data de vencimento

20/08/2023

Quantidade

8.000.000

Valor total

8.000.000.000,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	5.798.643.471,01
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 1ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>As Debêntures poderão ser resgatadas a qualquer momento partir da Data de Emissão, a critério da Companhia, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.13 da Escritura de Emissão, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado Facultativo”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do seu respectivo Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da respectiva última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, bem como multa e juros moratórios, se houver.</p> <p>A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.</p> <p>Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

1ª (primeira) emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Sendas Distribuidora S.A.

Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Debêntures da 1ª emissão, na ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 4.12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Sendas Distribuidora S.A. (“Escritura de Emissão”).

As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”).

As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 1,74% (um inteiro e setenta e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”).

As Debêntures da Terceira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”).

As Debêntures da Quarta Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”).

A Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série, a Remuneração da Terceira Série e a Remuneração da Quarta Série serão pagas em 2 (duas) parcelas, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Primeira Série será devido em 26 de dezembro de 2019 e das demais em 20 de fevereiro de 2020 e o último pagamento de cada uma das séries será devido na data de vencimento das respectivas séries, conforme descrito no item 18.9.

Definiu-se como o Agente Fiduciário dessa operação, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), constituindo suas obrigações e deveres na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.6 da Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 4.12 (Vencimento Antecipado) da Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.12.4 da Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Companhia que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Companhia possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

Outras características relevantes

N/A

Identificação do valor mobiliário

Debêntures (3ª emissão da Companhia) – em 2 séries

Data de emissão

15/10/2021

Data de vencimento

14/10/2031

Quantidade

1.500.000

Valor total

1.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.500.000.000,00

Restrição a circulação

Não

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, a partir de 15 de outubro de 2025 (inclusive), e (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive), resgatar, a qualquer momento, a totalidade das Debêntures da respectiva série, por meio de envio de comunicado à Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, ou de publicação de comunicado aos Titulares de CRI da respectiva série, conforme procedimento previsto no Termo de Securitização, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento, informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil e a qual série(s) ele se relaciona; e (ii) qualquer outra informação relevante para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do valor indicado nos itens (i) e (ii), dos dois o que for maior: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido (a) das respectivas Remunerações, calculadas pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias vencidas e não pagas referentes às Debêntures; ou (ii) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (a) das respectivas Remunerações, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures, conforme o caso, na data do Resgate Antecipado Facultativo, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias vencidas e não pagas referentes às Debêntures.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Debêntures 3ª Emissão foram emitidas em duas séries, com vencimento de cada série nas seguintes datas: 13/10/2028 e 14/10/2031, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário neste instrumento, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos Debenturista na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado.</p> <p>Debêntures da 1ª Série:</p> <p>A partir da primeira Data Integralização, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 5,1531% (cinco inteiros e mil, quinhentos e trinta e um décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, e paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p> <p>Debêntures da 2ª Série:</p> <p>A partir da primeira Data de Integralização, as Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente a 5,2662% (cinco inteiros e dois mil, seiscentos e sessenta e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, e paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>A Debenturista deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos de inadimplemento previsto no contrato, após o vencimento dos seus respectivos prazos de cura.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	N/A
Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Comercial (2ª emissão da Companhia) – em 2 séries
Data de emissão	27/08/2021
Data de vencimento	27/02/2025
Quantidade	1.000
Valor total	2.500.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as notas promissórias da 2ª emissão da Companhia acima descritas (“Notas Promissórias 2ª Emissão”) foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá comunicar a realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias 2ª Emissão em circulação, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, informando os titulares das Notas Promissórias, por meio de envio de comunicado à totalidade dos Titulares das Notas Promissórias da respectiva série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Notas Promissórias da respectiva série, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento, informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil; e (ii) qualquer outra informação relevante para os Titulares das Notas Promissórias da respectiva série.</p> <p>Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido a tal valor o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, bem como multa e juros moratórios, se houver.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Notas Promissórias 2ª Emissão foram emitidas em duas séries, com vencimento de cada série nas seguintes datas: 27/08/2024 e 27/02/25, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário neste instrumento, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos ao titular desta Nota Promissória na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado.

Notas Promissórias da 1ª Série:

Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento.

Notas Promissórias da 2ª Série:

Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,53% (um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares de Notas Promissórias poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Notas Promissórias.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Promissórias, a cada Nota Promissória caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos presentes, exceto se previsto de forma diversa na Cártula.

Para qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Notas Promissórias; (ii) nas Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais; ou (v) na redação dos Eventos de Vencimento Antecipado, alteração dos termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Oferta de Resgate Antecipado acima, deverá ser aprovada por Titulares que representem, no mínimo, em primeira ou em segunda convocação, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em circulação ou das Notas Promissórias em circulação da respectiva série.

Outras características relevantes

Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Notas Promissórias, na ocorrência dos eventos descritos nas Cártulas da 2ª emissão de Notas Promissórias.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	119
Nota Comercial	0	0	1

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia iniciaram a negociação no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) “ASAI3”, em 1º de março de 2021.

As debêntures da 1ª emissão da Companhia e as notas promissórias da 1ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, que também realiza a liquidação financeira das negociações de referidas debêntures e notas promissórias, bem como sua custódia eletrônica.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
American Depositary Shares (ADSs)	ASAI	Estados Unidos	New York Stock Exchange
Securities and Exchange Commission (SEC)	12/02/2021	08/03/2021	0.000000%
Sim: Bolsa de Valores		Sim: Cada ADS representa 1 ação ordinária	
Sim: JP Morgan Chase Bank, N.A.		Sim: Itaú Corretora de Valores S.A.	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, foram realizadas ofertas públicas para distribuição de Notas Promissórias e de Debêntures da Companhia, todas com esforços restritos de distribuição, conforme listadas abaixo.

Novembro/2021: 4ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão: 2.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão (26 de novembro de 2021), totalizando R\$2.000.000.000,00. Abaixo estão listadas informações adicionais sobre as debêntures:

- (a) Quantidade: 2.000.000 debêntures;
- (b) Vencimento: 6 anos, vencendo-se, portanto, em 26 de novembro de 2027;
- (c) Amortização do valor nominal unitário: em 2 parcelas, uma em 26 de novembro de 2026 e a outra na data do vencimento;
- (d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,60% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (e) Pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 26 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 26 de maio de 2022 e, o último, será devido na Data de Vencimento das Debêntures.

Agosto/2021: 2ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. Principais características da emissão: 1.000 (mil) notas promissórias comerciais, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, no valor total de R\$2.500.000.000,00. Abaixo estão listadas informações adicionais sobre cada uma das séries da emissão:

1ª Série:

- (a) Quantidade: 1.000 notas promissórias;
- (b) Vencimento: 27 de agosto de 2024;
- (c) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,60% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (d) Pagamento da remuneração: em uma única parcela na data de vencimento.

2ª série:

- (a) Quantidade: 1.000 notas promissórias;
- (b) Vencimento: 27 de fevereiro de 2025;
- (c) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,53% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (d) Pagamento da remuneração: em uma única parcela na data de vencimento.

Setembro/2019: 1ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão:

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

800.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 na data de emissão (4 de setembro de 2019), totalizando R\$ 8.000.000.000,00. Abaixo estão listadas informações adicionais sobre cada uma das séries da emissão:

1ª série:

- (a) Quantidade: 200.000 debêntures;
- (b) Vencimento: 1 ano, vencendo em 20 de agosto de 2020;
- (c) Amortização do valor nominal unitário: em 2 parcelas, uma em 26 de dezembro de 2019 e a outra na data do vencimento;
- (d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,60% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (e) Pagamento da remuneração: em 2 parcelas, uma em 26 de dezembro de 2019 e a outra na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

2ª série:

- (a) Quantidade: 200.000 debêntures;
- (b) Vencimento: 2 anos, vencendo em 20 de agosto de 2021;
- (c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
- (d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,74% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

3ª série:

- (a) Quantidade: 200.000 debêntures;
- (b) Vencimento: 3 anos, vencendo em 20 de agosto de 2022;
- (c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
- (d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,95% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

4ª série:

- (a) Quantidade: 200.000 debêntures;
- (b) Vencimento: 4 anos, vencendo em 20 de agosto de 2023;
- (c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
- (d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,20% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

Julho/2019: 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. Principais características da emissão: 16 (dezesesseis) notas promissórias comerciais, em 6 (seis) séries, no valor total de R\$ 800.000.000,00, remuneradas a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,72% ao ano, com

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

vencimento em 3 anos de sua emissão, ou seja, em 3 de julho de 2020.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as ofertas públicas indicadas no item 18.9 foram destinados às seguintes utilizações:

1ª emissão de Debêntures da Companhia: aquisição das ações do Êxito, por meio de oferta pública de aquisição de ações realizada na Colômbia.

1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia: reforço do capital de giro da Companhia.

4ª emissão de Debêntures da Companhia: usos gerais, incluindo reforço de caixa.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação dos recursos oriundos das ofertas públicas de distribuição com esforços restritos da Companhia descritas no item 18.9 deste Formulário de Referência.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Em outubro de 2019, a Companhia lançou uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. (“OPA Éxito”).

Em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital da Almacenes Éxito S.A. aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Companhia de valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019).

A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**18.12 Outras informações relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía valores mobiliários mantidos em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	14/01/2021
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	<p>Acionistas Controladores Administradores Conselheiros Fiscais, Ex-Administradores, Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia Qualquer pessoa que venha a ser indicada pelo Diretor de RI como Pessoa Obrigada, Empregados da Cia. que tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas, Terceiros contratados pela Cia. que, em relação às atividades performadas à Cia., tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas.</p> <p>Qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Cia., nas Sociedades Controladoras, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, que tenham (i) aderido expressamente a Política de Negociação e estejam obrigados à observância das regras ali descritas; e (ii) acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas, bem como outros que a Cia. considere necessário ou conveniente, e que venham a ser indicadas como pessoas obrigadas</p>

Principais características

A Política de Negociação foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358 e tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos que deverão ser observados em qualquer negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, por parte das Pessoas Obrigadas.

Para fins da Política de Negociação, consideram-se Pessoas Obrigadas: (i) a própria Companhia, (ii) os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, Ex-Administradores e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia criados por disposição estatutária, (iii) conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, outras pessoas que tenham acesso, permanente ou eventual, a Informações Relevantes, em virtude de (a) cargo, função ou posição na Companhia, Sociedades Controladoras, Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (b) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição. bem como outros que a Companhia considere necessário ou conveniente, e que venham a ser indicadas como Pessoas Obrigadas nos termos da Política de Negociação.

Plano Individual de Investimento - O Plano Individual de Investimento é o instrumento escrito por meio do qual os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante se comprometem de forma voluntária, irrevogável e irretroatável a investir ou desinvestir em Valores Mobiliários em datas pré-determinadas, elaborado de acordo com o disposto nos artigos 15 e 15-A da Instrução CVM 358. Os Planos Individuais de Investimento devem ser arquivados com o DRI antes de qualquer negociação e deverá prever prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio Plano Individual de Investimento, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeito. É vedado aos participantes manter simultaneamente em vigor mais de um Plano Individual de Investimento.

(a) Comitê de Divulgação e Negociação - A Companhia terá um Comitê de Divulgação e Negociação, composto pelos ocupantes dos seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Relações com Investidores, Diretor ou Gerente ou Responsável por/de Imprensa e Diretor ou Gerente ou Responsável Jurídico.

(b) Infrações e Sanções - As Pessoas Obrigadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

A Política de Negociação de ações da Companhia também poderá ser consultada na página da Companhia na internet www.assai.com.br e na página da CVM www.cvm.gov.br.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>Período de Impedimento à Negociação: as Pessoas Obrigadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Companhia nos Períodos de Impedimento à Negociação, devendo manter tal determinação em absoluto sigilo.</p> <p>Vedação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante: é vedada a negociação de Valores Mobiliários por parte das Pessoas Obrigadas que tenham ou presumivelmente possam ter conhecimento de Informação Privilegiada até que a mesma seja divulgada pela Companhia ao mercado na forma da Instrução CVM 358.</p> <p>Vedação Antes da Divulgação de Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia: é vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Obrigadas no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras, bem como no próprio dia da divulgação.</p> <p>Vedações Relacionadas à Aquisição ou à Alienação de Ações de sua Emissão pela Própria Companhia: o Acionista Controlador e os Administradores não poderão negociar com ações de emissão da Companhia quando (a) estiver em curso aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, Sociedade Coligadas ou outra sociedade sob controle comum; ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou pelas demais entidades mencionadas no item (a).</p> <p>Vedação Aplicável a Ex-Administradores: os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários:</p> <p>(i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (ii) antes da divulgação ao mercado, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, o que ocorrer primeiro.</p> <p>Negociação Indireta: vedações às negociações realizadas pelas Pessoas Obrigadas nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (i) sociedade controlada; (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (iii) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada por intermédio de qualquer das pessoas impedidas a negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado.</p> <p>Operações de Empréstimo de Ações: a Política de Negociação aplicar-se-á integralmente às operações de empréstimo com ações de emissão da Companhia que venham a ser realizadas por Pessoas Obrigadas, as quais deverão ser registradas no BTC e observar os procedimentos estabelecidos pela B3, sendo vedada qualquer operação de empréstimo fora do BTC, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria de Relações com Investidores da Companhia.</p> <p>As Pessoas Obrigadas que sejam beneficiárias de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não poderão realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos que anulem ou mitiguem sua exposição econômica às ações de emissão da Companhia enquanto estiverem sujeitas aos Períodos de Impedimento à Negociação.</p>
--	--

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 Outras informações relevantes

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Negociação, bem como pelo seu acompanhamento e fiscalização.

A aplicação da Política de Negociação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja analisada e avaliada pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e apreciada pelo Conselho de Administração da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui um Código de Ética que estabelece as principais diretrizes da Companhia relacionadas à condução dos seus negócios e ao comportamento esperado de todos os colaboradores da Companhia, bem como todos aqueles que se relacionam com a Companhia, interna e externamente.

Entre as diretrizes e normas a serem observadas, o Código de Ética proíbe que os colaboradores da Companhia e de suas controladas divulguem informações confidenciais da Companhia a terceiros e/ou que as utilizem para a obtenção de vantagem própria ou de terceiros de modo indevido. A utilização de informações privilegiadas para a obtenção de vantagens financeiras indevidas, em negociações em bolsas de valores ou outros meios, é considerada prática ilícita, podendo os envolvidos sofrer as sanções previstas nas regras internas da Companhia e também as medidas penais e/ou administrativas aplicadas pelas agências reguladoras competentes.

A Companhia possui um Comitê de Ética, que é responsável pela gestão do Código de Ética, devendo garantir que ele seja de conhecimento de todos os colaboradores e públicos que se relacionam com a Companhia, interna e externamente, bem como assegurar a sua eficácia e efetividade.

Há penalidades em caso de descumprimento das regras da Companhia, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Comitê de Ética.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, conforme descrita no capítulo 21.2 abaixo.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Nos termos da legislação e da regulamentação vigentes, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 5 de outubro de 2020 e alterada em 14 de janeiro de 2021 (“Política de Divulgação”).

A Política de Divulgação visa estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pela Diretoria de Relações com Investidores, pela Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, pelos membros do Conselho Fiscal, se e quando o Conselho Fiscal estiver instalado, e de membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua sociedade controladora, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenha conhecimento de Informações Relevantes (conforme definidas abaixo), bem como outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação estabelece que “Informações Relevantes” significam as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral ou dos órgãos da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial, financeiro ou econômico relacionados com os negócios da Companhia (se ocorrer dentro da Companhia ou que, de outra forma, se relacione com os negócios da Companhia) que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

É de responsabilidade da Diretoria de Relações com Investidores: (i) divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a ciência, Informações Relevantes ocorridas ou relacionadas aos negócios da Companhia; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral; (iii) diligenciar junto aos diferentes departamentos da Companhia para identificar as Pessoas Obrigadas (conforme definidas abaixo) que tenham acesso permanente ou eventual a Informações Relevantes, delas obtendo adesão à Política de Divulgação; e (iv) prestar aos órgãos competentes, quando por estes exigidos, esclarecimentos adicionais à divulgação de Informação Relevante.

A Companhia, seus acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais ou membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, outras pessoas que tenham acesso, permanente ou eventual, a Informações Relevantes, em virtude de (i) cargo, função ou posição na Companhia, Sociedades Controladoras, Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição (em conjunto “Pessoas Obrigadas”) devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

O documento contendo a Informação Relevante deve ser divulgado ao público (i) na página da rede mundial de computadores do portal de notícias “Portal NEO1” (<http://www.portalneo1.net>), conforme faculdade conferida pela Instrução CVM 358; e (ii) na página da rede mundial de computadores da Companhia (www.assaicom.br).

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Na hipótese do ato ou fato relevante não divulgado escapar ao controle, por qualquer motivo, ou se ocorrer oscilação atípica no volume negociado ou preço de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, a Diretora de Relações com Investidores da Companhia providenciará à imediata divulgação do ato ou fato relevante.

Somente a Diretora de Relações com Investidores ou o Diretor Presidente da Companhia, ou a pessoa por um deles indicada, está autorizada a comentar, esclarecer ou detalhar o conteúdo da Informação Relevante.

As Pessoas Obrigadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Obrigadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

A Pessoa Obrigada que se desligar da Companhia continuará sujeita ao dever de sigilo, até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado.

Quaisquer violações à Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Obrigadas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores ou por meio do Canal de Ouvidoria do Código de Ética.

Caso qualquer Pessoa Obrigada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público não esteja totalmente sob o controle da Companhia, ou, ainda, que tenha ocorrido oscilação atípica na cotação ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados ao Diretor de Relação com Investidores.

Na hipótese de não divulgação de Informação Relevante por decisão dos Acionistas Controladores ou Administradores da Companhia, estes, caso referida Informação Relevante ainda não divulgada escape ao controle da Companhia, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, ficam obrigados a realizar a divulgação pertinente diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Divulgação poderá ser alterada nas seguintes situações: (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM; (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias; e (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

A Política de Divulgação de informações poderá ser consultada na página da Companhia na internet www.assai.com.br e na página da CVM www.cvm.gov.br.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Divulgação e pelo seu acompanhamento.

A aplicação da Política de Divulgação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja apreciada pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade também realiza o acompanhamento periódico da aplicação da Política de Divulgação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.